

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **196** Jan.-jun.
2019

ISSN 1413-1536

Rafael Lucchesi

O futuro do trabalho e
oportunidades com a indústria 4.0

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E GESTÃO MUNICIPAL:**

Análise comparativa de
indicadores de sustentabilidade de
Blumenau, Florianópolis e Joinville
no período de 2010 a 2018

As relações entre as políticas
governamentais e o setor sucroenergético

EDUARDO MATTA MILTON DA SILVEIRA

**DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL NA BAHIA**



C&P 196 Jan.-jun. 2019
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo,
Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto, Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Mercejane Wanderley
Santana, Zélia Maria de Carvalho Abreu Góes, Ian Almeida Mota (Estagiário)

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL /
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO DE LINGUAGEM
Calixto Sabatini

DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz

WEB DEVELOPER
Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)

EDITORIAÇÃO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa, Isabel Dino Almeida,
Patrícia Fernanda Assis da Silva

IMPRESSÃO
EGBA - Tiragem: 100 exemplares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador:
SEI, 2019.
n. 196
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



**GOVERNO
DO ESTADO**

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**7 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA CRESCEU 1,1% EM 2018 E
DESACELEROU NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019
Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

31 ENTREVISTA

DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA BAHIA
EDUARDO MATTA MILTON DA SILVEIRA

ARTIGOS

**37 GEOESPACIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS: OS ÍNDICES DE FURTO,
ROUBO E HOMICÍDIO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS (BA)**
Frederico Júnior Gomes da Silveira, Graciete Bastos de Souza

**53 AS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS
E O SETOR SUCROENERGÉTICO**
Geraldo Jose Ferraresi de Araujo, Adhemar Ronquim Filho, Nadia Maria Colin

**69 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE
COMPARATIVA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE BLUMENAU,
FLORIANÓPOLIS E JOINVILLE NO PERÍODO DE 2010 A 2018**
Paulo Roberto de Freitas Junior, Roni Francisco Pichetti

88 PONTO DE VISTA

O FUTURO DO TRABALHO E OPORTUNIDADES COM A INDÚSTRIA 4.0
Rafael Lucchesi

92 LIVROS**94 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**

104 INDICADORES ECONÔMICOS

113 INDICADORES SOCIAIS

122 FINANÇAS PÚBLICAS



CARTA DO EDITOR

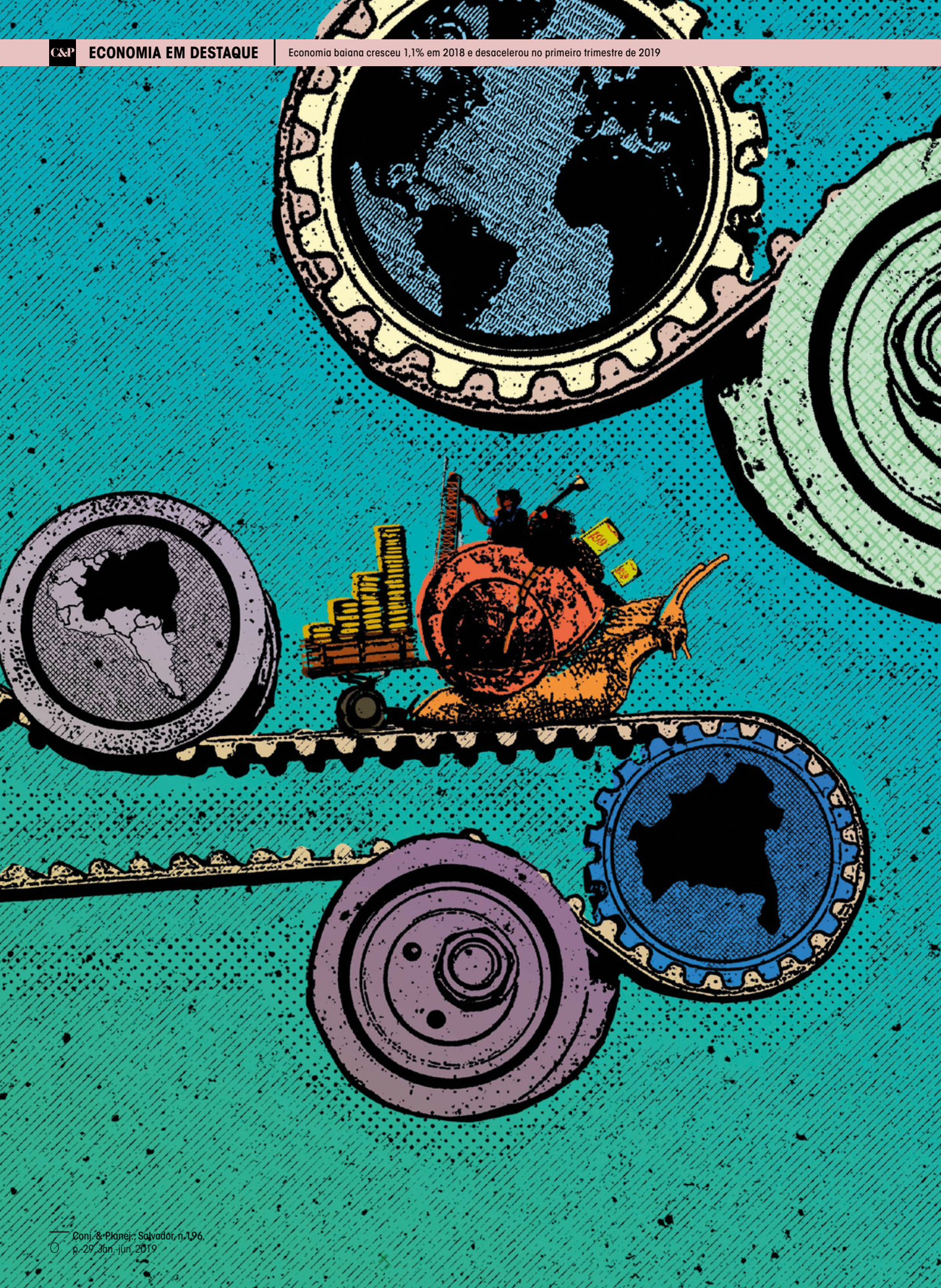
A Edição 196 da revista *Conjuntura & Planejamento* retrata a economia brasileira e os principais indicadores conjunturais da economia baiana em 2018 e nos primeiros meses de 2019, como também aponta algumas perspectivas para o corrente ano. De acordo com a equipe de conjuntura da SEI, a economia brasileira encerrou 2018 aquém das expectativas do início do ano, em que se esperava um crescimento de 3,0%. Esse movimento se repete para o primeiro trimestre de 2019, quando os principais indicadores de atividade econômica apresentaram-se abaixo das expectativas.

Na seção Ponto de Vista, a percepção do economista Rafael Lucchesi, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), diretor-superintendente do SESI, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) acerca do futuro do trabalho e oportunidades com a indústria 4.0 traz o desenho de uma nova era. Para Lucchesi o conjunto de novas tecnologias, baseadas em novas rotas tecnológicas como big data, internet das coisas, produção integrada e conectada, manufatura avançada, indústria aditiva e inteligência artificial, consolida essa percepção. Portanto, para que as empresas e trabalhadores sejam bem-sucedidos, serão necessárias muitas adaptações.

A seção Entrevista traz uma conversa com Eduardo Matta Milton da Silveira, Diretor de Administração dos Benefícios Previdenciários, acerca de questões como Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as principais atribuições da Suprev, as razões e diferenças entre os Planos de Previdência do servidor estadual (Funprev, Baprev e Prevbahia), bem como os principais desafios a serem enfrentados pelo Estado da Bahia, na busca do equilíbrio financeiro e atuarial do seu RPPS. De forma elucidativa, Silveira traz ainda uma reflexão sobre como a reforma da Previdência e um novo pacto federativo podem garantir a sustentabilidade do RPPS da Bahia em longo prazo. Para ele, algumas ações desenvolvidas pelo Estado, principalmente pela instituição da Previdência Complementar, deverão equacionar o déficit em longo prazo, para as próximas gerações. Porém, para a geração atual, o déficit é grande e ainda irá crescer significativamente, até que se estabilize e reduza.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Paulo Roberto de Freitas Junior e Roni Francisco Pichetti intitulado “Desenvolvimento sustentável e gestão municipal: Análise Comparativa de Indicadores de Sustentabilidade de Blumenau, Florianópolis e Joinville no Período de 2010 a 2018”. Nesse trabalho, os autores chamam a atenção para a utilização do termo ‘desenvolvimento’, remeter a diferentes significados, tendo em vista sua utilização em diversos setores e atividades. Outro trabalho é o de Geraldo Jose Ferraresi de Araujo, Adhemar Ronquim Filho e Nadia Maria Colin com o tema “As relações entre as políticas governamentais e o setor sucroenergético’. Para os autores a não intervenção governamental no setor fez com que as empresas se tornassem mais competitivas, com maior investimento em tecnologia e eficiência. Porém, a crise de 2008, aliada ao subsídio da gasolina prejudicaram o setor que está em vias de recuperação.

Assim, a Edição 196 da C&P reforça o objetivo de oferecer uma avaliação sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazo.



ECONOMIA BAIANA CRESCER 1,1% EM 2018 E DESACELEROU NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada em
Ciências Econômicas, pela
Universidade Estadual de Feira
de Santana (UEFS). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

A ECONOMIA mundial manteve-se forte em 2018, apesar de alguns sinais de desaceleração no ritmo, se comparado com o ano de 2017. Ao longo de 2018, o cenário externo esteve vulnerável à alta volatilidade nos mercados financeiros globais e à forte desvalorização das moedas, principalmente nos países emergentes, causada pela tensão nos mercados internacionais decorrente da elevação dos juros americanos, da valorização do dólar, do aumento dos preços do petróleo e do risco de guerra comercial entre EUA e China.



O relatório World Economic Outlook, divulgado pelo International Monetary Fund (IMF) (2019), mostra que a atividade econômica global cresceu 3,6% em 2018 – 0,3 ponto percentual abaixo da taxa projetada em abril de 2018. A expansão média das economias avançadas foi de 2,2% no ano de 2018. Dentro das principais economias avançadas que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o comportamento difere. O destaque vai para os Estados Unidos cuja economia acelerou de forma significativa no ano, com taxa de 2,9%. O Japão obteve crescimento do PIB de 0,8%, bem abaixo do ano anterior (1,9%). O desempenho dos países da Zona do Euro, com taxa de 1,8%, foi bem mais fraco do que em 2017, e as expectativas são ainda piores. Os riscos estão relacionados à intensificação das disputas comerciais e ao seu impacto nas expectativas dos agentes econômicos. A economia chinesa avançou 6,6% em 2018. Embora o crescimento permaneça robusto, houve desaceleração nos últimos meses do ano, com o enfraquecimento dos investimentos em fábricas e em infraestrutura.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB), com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2018), elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totalizou R\$ 6.827,6 bilhões em valores correntes em 2018, correspondente a um crescimento real de 1,1% em relação a 2017.

Ressalta-se que a economia brasileira encerrou 2018 aquém das expectativas do início do ano, em que se esperava um crescimento de 3,0%. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela greve dos caminhoneiros em maio, que afetou a cadeia produtiva, com efeitos sobre a produção, o consumo e os preços. Nesse sentido, cabe destacar também a crise econômica da Argentina, o avanço da taxa de câmbio entre agosto e setembro e a incerteza política e eleitoral, que se intensificou ao longo do ano.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou resultado positivo no ano (1,9%), influenciada pela desaceleração da inflação, dos juros e pela melhora nos indicadores de crédito. Já a formação bruta de capital fixo, impulsionada principalmente pelo crescimento de 15,4% do componente de máquinas e equipamentos, variou 4,1% no ano em relação a 2017, apesar do desempenho negativo do componente da Construção, que acumulou queda de 3,4% no período.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2018), a despesa de consumo do governo ficou estável no ano, enquanto as exportações apresentaram alta de 4,1%, destacando-se o crescimento das vendas externas de produtos agrícolas, petróleo e gás, automóveis e máquinas e equipamentos. As importações reagiram no período em análise, registrando alta

de 8,5% no ano, com aumento relevante nas compras de refino de petróleo, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação e vestuário.

Pela análise da oferta, dentre os setores de atividade, a Agropecuária apresentou o pior resultado, com taxa de 0,1%, na comparação com o ano anterior. A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas totalizou 226,5 milhões de toneladas, 5,9% inferior à obtida em 2017. A Indústria teve aumento de 0,6% no período. Os segmentos Transformação (1,3%), Extração mineral (1,0%) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,3%) tiveram resultado positivo no mesmo período, enquanto a Construção (-2,5%) exibiu resultado negativo. O setor Serviços registrou crescimento de 1,3%. Todos os segmentos exibiram resultado positivo, destacando-se Atividades imobiliárias (3,1%), seguido por Comércio (2,3%) e Transporte, armazenagem e correio (2,2%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2018).

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego no país recuou de 11,9%, no terceiro trimestre, para 11,6% no quarto trimestre de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018). O saldo de empregos formais foi de 529.554 postos de trabalho no ano (BRASIL, 2018b).

A inflação manteve-se em patamares baixos e dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou taxa de 3,75% em 2018, e a Selic manteve-se em 6,5% a.a. desde a reunião do Copom em março.

No primeiro trimestre de 2019, os principais indicadores de atividade econômica apresentaram-se abaixo das expectativas¹. A produção industrial registrou queda de 2,2% no primeiro trimestre deste ano, recuo maior que o observado no último trimestre de 2018, quando o setor registrou taxa de -1,2%, indicando intensificação no ritmo de queda da produção. Por outro lado, o Comércio varejista ampliado teve crescimento de 2,3% no primeiro trimestre de 2019, impulsionado pela ampliação nas vendas no setor Veículos, motos e peças, que exibiu taxa de 8,3% no período.

No mercado de trabalho, o desemprego manteve-se elevado, apesar do saldo positivo dos empregos formais no primeiro trimestre de 2019. A taxa de desemprego elevou-se de 11,6%, no último trimestre de 2018, para 12,7% nos três primeiros meses de 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018). Os dados do Cadastro

1 Os dados do produto interno bruto para o 1º trimestre de 2019 não estavam disponíveis até a finalização do artigo.

A Agropecuária, por sua vez, contribuiu fortemente para o desempenho da atividade econômica na Bahia e foi influenciada pelo clima favorável e pela forte demanda externa por produtos agrícolas

Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram aumento de 179.543 postos de trabalho no país durante o primeiro trimestre de 2019 (BRASIL, 2019). O resultado representou uma variação positiva de 0,47% em relação ao estoque de empregos formais.

Considerando-se o setor externo, a conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 8,18 bilhões no primeiro trimestre de 2019, segundo o Banco Central do Brasil (2019b). Por sua vez, o superávit da balança comercial acumulou saldo de US\$ 9,33 bilhões no mesmo período. As exportações somaram US\$ 52,86 bilhões, queda de 2,6% em relação ao mesmo período de 2018, enquanto as importações totalizaram US\$ 43,52 bilhões, valor 0,6% maior que o do mesmo período do ano anterior. As reservas internacionais totalizaram US\$ 384,16 bilhões em março de 2019. Em 2018, o déficit das transações correntes e o saldo da balança comercial alcançaram, respectivamente, US\$ 14,51 bilhões e US\$ 53,59 bilhões.

Ainda no primeiro trimestre de 2019, no que se refere ao setor fiscal, o déficit primário do setor público consolidado somou R\$ 13,34 bilhões, o equivalente a 0,76% do PIB. A meta do governo para déficit é de R\$ 104,3 bilhões para 2019. O déficit fiscal no primeiro trimestre pode ser atribuído ao déficit de R\$ 17,2 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente, dos governos estaduais (0,98% do PIB) e das empresas estatais (0,09% do PIB) (BANCO CENTRAL BRASIL, 2019c).

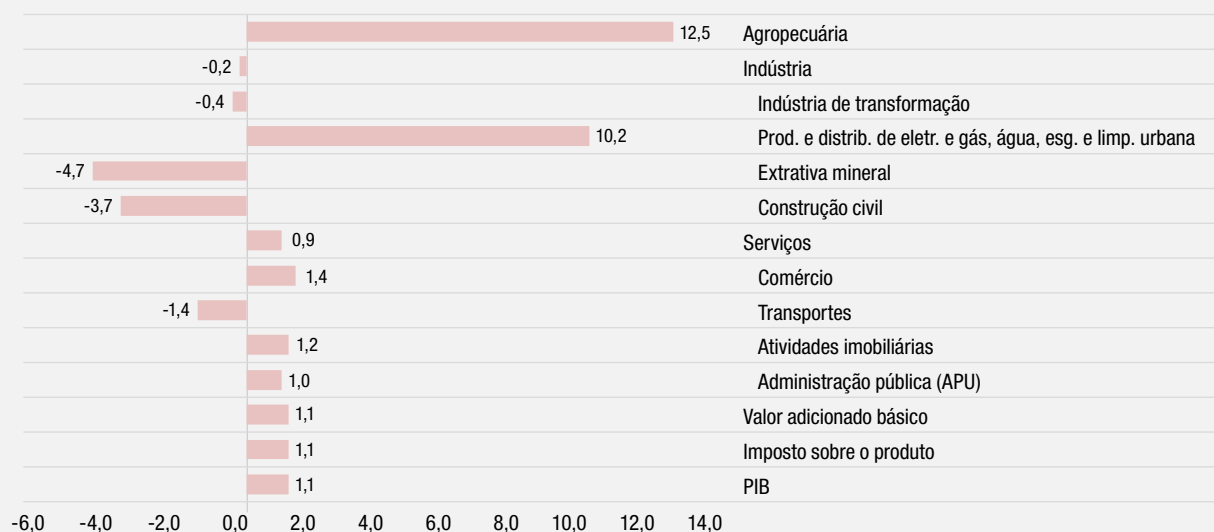
ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no *Informativo PIB Trimestral* (2018), apresentou crescimento em 2018, registrando taxa de 1,1%. A Agropecuária e Serviços cresceram 12,5% e 0,9%, respectivamente, enquanto a Indústria registrou queda de 0,2%. Os resultados do PIB baiano para o período estão apresentados no Gráfico 1.

O cenário macroeconômico de redução das taxas de inflação e dos juros manteve o resultado positivo do setor Serviços, especialmente para os segmentos Comércio e Administração pública. No entanto, a fraca demanda doméstica e o elevado nível de ociosidade dos fatores de produção prejudicaram o crescimento da Indústria, especialmente da Indústria de transformação e da Construção civil, segmentos que têm grande peso no valor adicionado do setor. A Agropecuária, por sua vez, contribuiu fortemente para o desempenho da atividade econômica na Bahia e foi influenciada pelo clima favorável e pela forte demanda externa por produtos agrícolas.

Gráfico 1

Produto Interno Bruto e valor adicionado – Bahia – Jan./dez. 2018



Fonte: SEI – Informativo PIB Trimestral (2018).

Nota: (1) Dados preliminares, sujeitos a revisão.

(2) Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

SETOR AGRÍCOLA

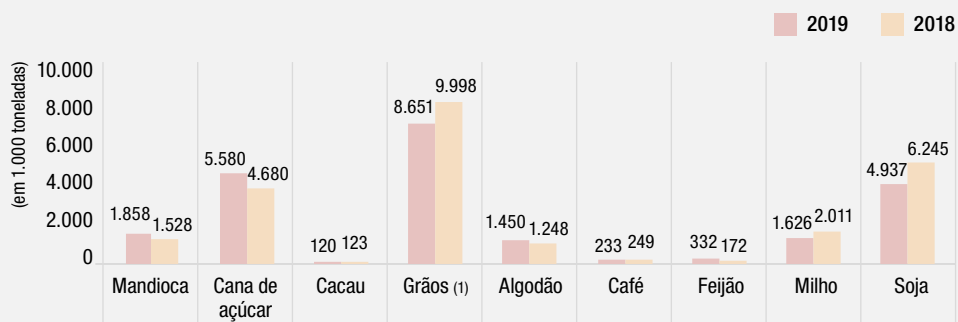
A Bahia obteve a maior safra de grãos de sua história em 2018, o que se refletiu na taxa de crescimento acumulado do valor adicionado pela agropecuária, calculada em 12,5%. No Brasil, esta atividade apresentou ligeira expansão, de 0,1%, na mesma base de comparação (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018). As condições favoráveis de clima e preço foram determinantes para o bom desempenho das principais lavouras no estado. Entre os grãos, apenas a produção do feijão sofreu revés, em função das altas temperaturas e da distribuição irregular de chuvas no segundo semestre.

O IBGE, através de seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), estimou a produção estadual de grãos em cerca de 10 milhões de toneladas em 2018, numa área plantada próxima a 3,1 milhões de hectares. Dessa forma, o indicador apontou uma expansão de 16,8% em relação à safra de 2017 e praticamente a manutenção das áreas plantada e colhida. Portanto, o principal fator do crescimento significativo da lavoura de grãos esteve no aumento da produtividade, que, em média, registrou variação positiva de 18,2% na comparação anual (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA, 2019).

Para 2019, a expectativa é de queda da safra de grãos, em função especialmente do desempenho negativo das lavouras da soja e do milho. A produção estadual estimada dos principais grãos em 2019 está em cerca de 8,6 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019) divulgado para o mês de abril (Gráfico 2). Este resultado corresponde a uma queda de 13,5% na comparação com a safra 2018. Em relação à área plantada, o levantamento registrou uma extensão aproximada de 3,2 milhões de hectares, um avanço de 1,1% na comparação anual.

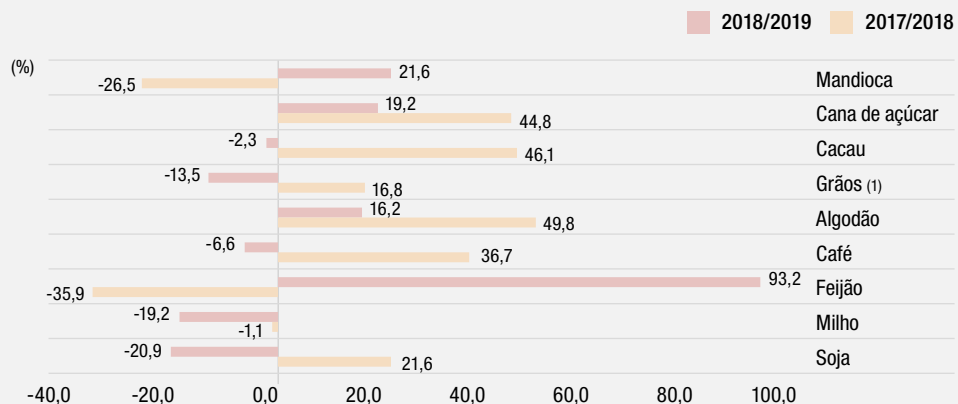
Em que pese a soja ter alcançado níveis recordes de produção na safra 2018, este ano os efeitos do chamado veranico (ausência de chuvas no

Gráfico 2
Volume físico de produção – Bahia – 2019/2018



Fonte: IBGE – LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

Gráfico 3
Variação da produção – 2017/2018 e 2018/2019



Fonte: IBGE – LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Grãos: algodão, café, feijão, milho, soja e sorgo.

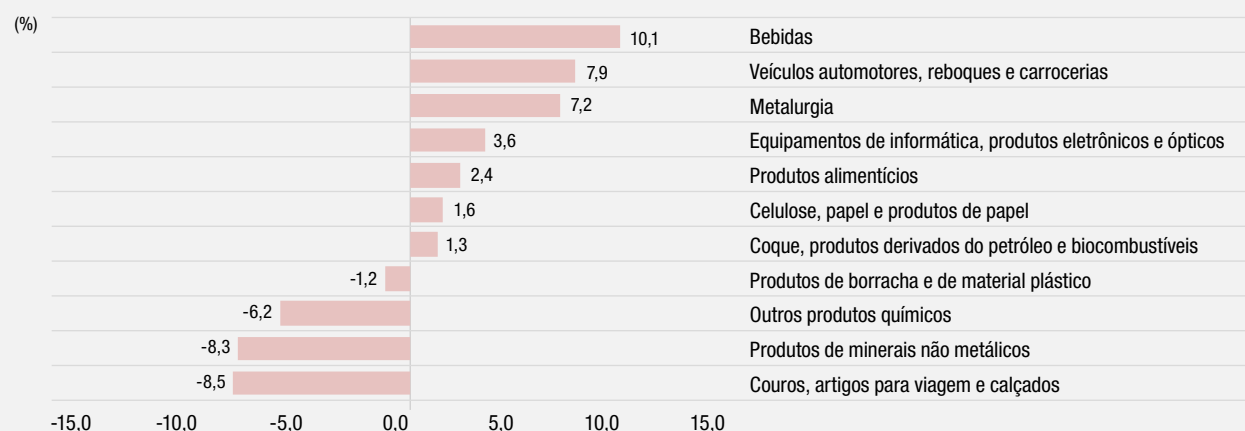
período esperado) na região oeste durante o mês de janeiro prejudicaram o desempenho da lavoura. No caso do milho, a retração da produção de 1,1% verificada em 2018, na comparação com 2017, foi ampliada, com a expectativa de queda de 19,2% em 2019. As projeções para a safra de milho em 2019 estimam 1,6 milhão de toneladas em 593 mil hectares plantados. Para a soja, a expectativa é de uma produção em torno de 4,9 milhões de toneladas, em área plantada de 1,6 milhão de hectares, o que representa queda de 20,9% em comparação ao volume produzido na safra anterior.

O principal destaque positivo é a produção do algodão, cujo volume, estimado em cerca de 1,4 milhão de toneladas, representa alta de 16,2% na comparação com a safra anterior. O otimismo observado dos produtores refletiu-se na expansão de 24,3% da área plantada, somando um total de 332 mil hectares.

SETOR INDUSTRIAL

O valor adicionado pela Indústria baiana reduziu-se em 0,2% em 2018, na comparação com o mesmo período de 2017. Dentro do setor industrial, a maior queda foi verificada na atividade Mineral (-4,7%), acompanhada pela Construção (-3,7%) e pela Transformação (-0,4%). A única atividade a registrar alta no ano foi Produção e distribuição de energia, gás e água (10,2%) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018).

Gráfico 4
Gêneros da Indústria de transformação baiana – Variação acumulada no ano (1)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2019).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Jan.-dez. 2018/jan.-dez. 2017.

o setor Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (2018), registrou, em 2018, acréscimo de 0,8%, sendo que, no ano de 2017, esta atividade havia recuado 6,6%. Mais da metade dos setores da indústria baiana de transformação registraram aumento no período, conforme dados ilustrados no Gráfico 4.

O setor Veículos foi o mais dinâmico, tanto em relação à produção como às vendas. No período de janeiro a dezembro, enquanto a produção cresceu 7,9%, as vendas avançaram 14,7%. Entre os fatores que favoreceram esse desempenho destacam-se aumento da demanda das famílias, beneficiadas pela leve melhora do mercado do trabalho e da confiança dos atores econômicos na economia, principalmente no primeiro trimestre do ano; elevado nível do estoque, em razão da queda acentuada durante a crise no período 2013/2016; taxas de juros menores e crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas; e renovação de frotas por parte das locadoras de automóveis. A paralisação dos caminhoneiros no segundo trimestre afetou o setor, mas sem grandes perdas.

A produção da indústria metalúrgica beneficiou-se da retomada do segmento de cobre, que foi severamente impactado financeiramente em 2016/2017, mas apresentou melhora gradativa no volume produzido após acordo de investimento com empresa multinacional do ramo. Todavia, no segundo trimestre de 2018, o volume de produção de cobre foi impactado por 31 dias sem fabrico de anodo de cobre, por conta de manutenção programada. O retorno ao processo de produção ocorreu de forma mais lenta do que o planejado, em razão de alguns ajustes operacionais necessários à retomada do processo produtivo da planta. A greve dos caminhoneiros também prejudicou a produção no período. Mesmo com esses impactos, a produção física do segmento atingiu aumento de 7,2% em relação ao ano anterior.

O segmento Derivados de petróleo encerrou o ano com resultado positivo, mesmo após as perdas provocadas pela nova política de preços de combustíveis – com reajustes diários nos preços da gasolina e do diesel – e pela retirada de tarifas de importação dos derivados de petróleo, o que favoreceu a importação dos produtos e, conseqüentemente, a substituição da produção nacional pela importada.

Por sua vez, o setor Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes. Já o setor Bebidas apresentou crescimento significativo no período (10,1%), com a aceleração na produção para atender à demanda em expansão dos consumidores, mesmo com o forte impacto na produção durante a greve dos caminhoneiros, em maio.

A indústria de Produtos químicos, que registrou taxa negativa no período, foi impactada pela interrupção no fornecimento de energia elétrica no primeiro trimestre; pela restrição logística decorrente da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre; e pela redução na produção de fertilizantes em unidade que está em processo de encerramento das atividades. Por sua vez, o setor Couro e calçados refletiu a queda na demanda e na renda em decorrência do elevado desemprego. E os setores Minerais não metálicos e Borracha e plástico têm sido fortemente afetados pela intensa crise na construção.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2018), a Indústria extrativa cresceu 1,6% no período, principalmente em decorrência do aumento na extração de minérios de cobre e de pedras britadas, uma vez que a produção de petróleo e de gás natural registrou queda de, respectivamente, 8,9% e 1,0%, em relação ao ano anterior, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2018).

O setor Serviços industriais de utilidade pública (10,2%) contribuiu positivamente para o PIB, por conta especialmente do acréscimo de 2,0% no consumo cativo de energia elétrica no estado, com base nos dados da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). O consumo de gás natural aumentou 5,8% no período, conforme dados da Bahiagás.

E o setor Construção (-3,7%) segue prejudicado pela conjuntura desfavorável, caracterizada pela perda de poder aquisitivo e por restrições ao crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda retraído e com oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à construção, conduzindo projetos habitacionais populares e de infraestrutura.

As perspectivas para 2019 da indústria baiana estão condicionadas ao movimento da economia brasileira, que tem se mostrado apática nos primeiros meses do ano. Assim, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2019), a produção industrial do estado caiu 3,5% no primeiro trimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. Sete dos 12 segmentos da Indústria geral influenciaram o resultado, com destaque para Celulose, papel e produtos de papel (-16,4%), Produtos químicos (-8,6%), Derivados de petróleo (-5,7%) e Veículos (-8,4%). Em sentido contrário, destacam-se os resultados positivos de Metalurgia (17,8%), Produtos de minerais não metálicos (25,9%), Bebidas (13,7%), Extrativa mineral (3,9%) e Borracha e material plástico (1,2%).

O setor Celulose e papel teve a produção reduzida em decorrência de parada para manutenção programada em duas das principais unidades de produção do segmento, entre os meses de fevereiro e março. Por outro lado, o bom

O setor Construção segue prejudicado pela conjuntura desfavorável, caracterizada pela perda de poder aquisitivo e por restrições ao crédito habitacional

desempenho observado no setor metalúrgico reflete as estratégias adotadas pela unidade produtora de cobre nesse período, como a requalificação dos ativos, foco na eficiência operacional e a melhor ocupação da fábrica de fios e vergalhões. O segmento também teve que realizar parada para manutenção por 15 dias, por conta de intermitências nos equipamentos (PARAPANEMA, 2019).

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 881,09 milhões no período de janeiro a dezembro de 2018, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgados no *Boletim de Comércio Exterior da Bahia* (2018) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 8,80 bilhões e ficaram 9,1% acima das de igual período de 2017, enquanto que as importações somaram US\$ 7,91 bilhões – maiores em 10,0% se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 16,7 bilhões, avançando em 9,5% no resultado em relação a igual período de 2017.

Os segmentos mais beneficiados pelas exportações baianas estão relacionados aos produtos semimanufaturados e produtos básicos, cujas vendas externas registraram, respectivamente, crescimento de 21,0% e 10,4%, no ano de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017 (Gráfico 5).

Considerando-se os produtos básicos, as exportações de derivados de soja em 2018 alcançaram em torno de 5 milhões toneladas. No mesmo período, o valor das exportações de derivados de soja aumentou 35,0%, e as quantidades embarcadas cresceram 26,6%.

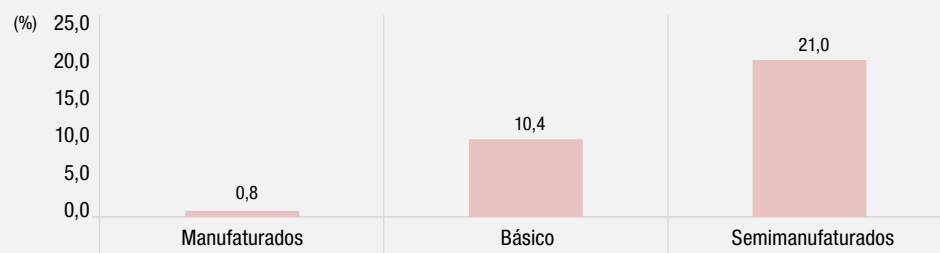
Entre os produtos semimanufaturados destaca-se a celulose (pasta química de madeira), que teve um aumento no valor das exportações de 17,7% no período, representando um volume de mais de 3 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 1,0% nas quantidades embarcadas.

As vendas de produtos manufaturados aumentaram 0,8%, comparadas com as do mesmo período de 2017. O setor Derivados de petróleo avançou 19,5%, Químico/Petroquímico cresceu 3,0%, enquanto que Automotivo declinou 12,6% em 2018 (Gráfico 6).

As importações alcançaram US\$ 7,92 bilhões, com base nos dados acumulados em 2018, o que representa um aumento de 10,0% comparado ao ano de 2017 (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2018). O aumento das compras externas no período deveu-se à expansão nas aquisições

de combustíveis (33,4%), bens de consumo não duráveis (23,9%), bens de capital (21,7%) e bens intermediários (7,0%). As compras de bens duráveis caíram 14,8%, influenciadas pela crise argentina, o que prejudicou o setor automobilístico (Gráfico 7).

Gráfico 5
Exportações baianas por fator agregado⁽¹⁾ – Jan.-dez. 2018

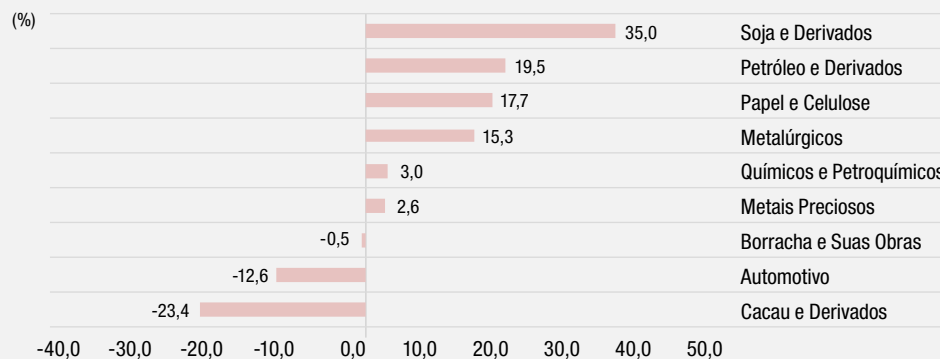


Fonte: MDIC – Brasil (2018a).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no período, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 6
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-dez. 2018

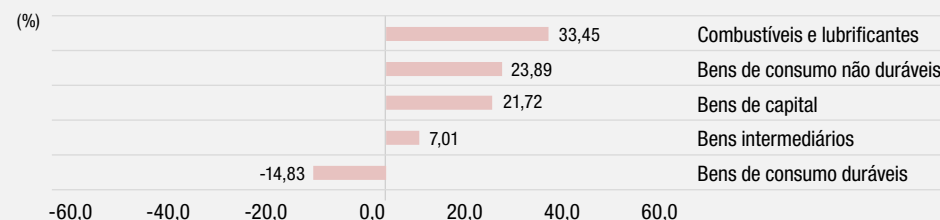


Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados coletados em 2/5/2018.

Gráfico 7
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-dez. 2018



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados coletados até 2/5/2018.

O varejo no estado baiano mostrou tímido desempenho. Diversos fatores contribuíram para esse resultado, como a restrição orçamentária e a desconfiança dos consumidores quanto ao comportamento da economia

No primeiro trimestre de 2019, as exportações baianas, com valor de US\$ 1,751 bilhão, registraram queda de 6,1%, e as importações, com valor de US\$ 1,875 bilhão, cresceram 28,6%. Com esse resultado, o saldo da balança comercial exibiu déficit de US\$ 123,6 milhões. As maiores quedas de exportações ocorreram nos segmentos Químicos e petroquímicos (-4,7%), Papel e celulose (-36,4%), Soja e derivados (-2,0%) e Automotivo (-54,8%) (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2019)

SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

O valor adicionado de Serviços do estado registrou crescimento de 0,9% em 2018, na comparação com o ano anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Comércio (atacadista e varejista) (1,4%), Atividades imobiliárias (1,2%) e Administração pública (1,0%), enquanto que Transportes teve resultado negativo (-1,4%) (Gráfico 1).

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2018) do IBGE, houve queda de 3,3% no volume de Serviços em 2018. Tal resultado foi atribuído à queda em três das cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 8, destacando-se Serviços de informação e comunicação (-11,9%), Outros serviços (-10,6%) e Serviços prestados às famílias (-1,7%). Os segmentos que apresentaram resultados positivos foram Serviços profissionais, administrativos e complementares (1,7%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (0,2%).

No primeiro trimestre de 2019, o setor Serviços acumulou acréscimo de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os segmentos Serviços profissionais, administrativos e complementares (4,5%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (4,6%) foram os únicos a contribuírem para o desempenho do setor. O resultado positivo verificado no primeiro trimestre de 2019 foi o primeiro desde dezembro de 2014 (PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS, 2019).

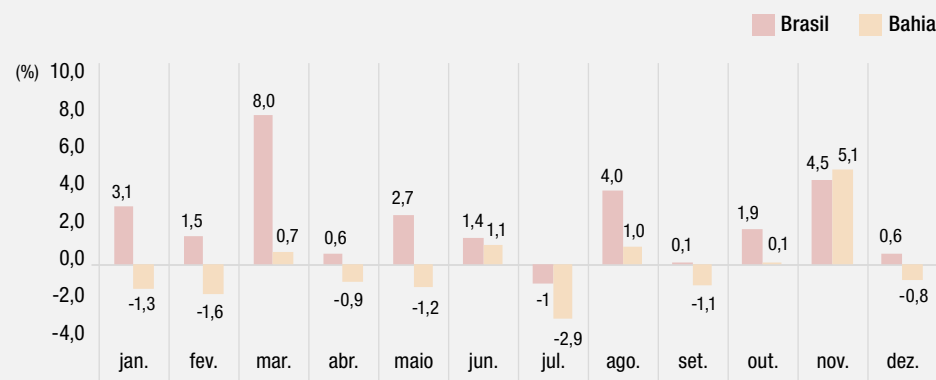
O Comércio varejista na Bahia teve, em 2018, vendas moderadas, mostrando, em alguns momentos, variações negativas. Em relação ao cenário nacional, que exibiu taxas positivas em quase todos os meses desse ano, como ilustrado no Gráfico 9, o varejo no estado baiano mostrou tímido desempenho. Diversos fatores contribuíram para esse resultado, como a restrição orçamentária e a desconfiança dos consumidores quanto ao comportamento da economia.

Gráfico 8
Volume de serviços – Bahia – Jan.-dez. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2018).
 Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 9
Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Brasil e Bahia – Jan.-dez. 2018



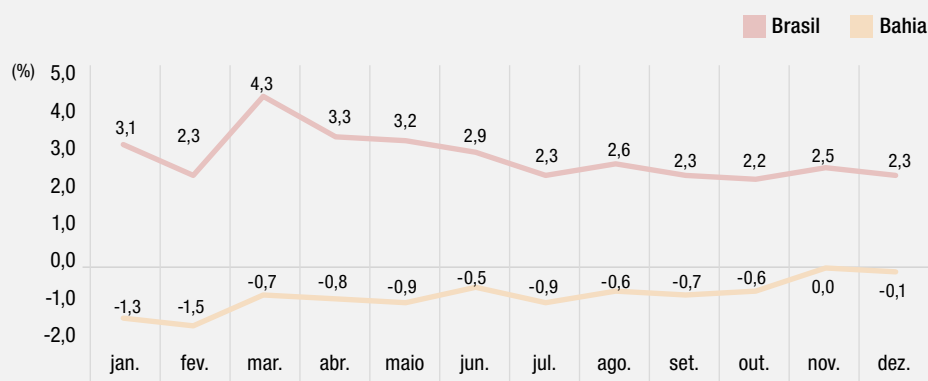
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).
 Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em 2018, com exceção dos meses de março, junho, agosto e novembro, todos os demais apresentaram comportamento negativo nas vendas do varejo. Na falta de uma sinalização positiva de mudança no cenário econômico, as pessoas ficaram mais cautelosas em comprometerem a sua renda. O aumento da incerteza provocou retração na demanda, pois os agentes econômicos ficaram cada vez mais temerosos em realizar gastos, comprometendo, assim, as vendas do setor.

Quando observado o volume de vendas no acumulado do ano, verifica-se que, em 2018, o varejo na Bahia teve comportamento díspare em relação ao nacional. Enquanto o país registrou um crescimento 2,3% no ano, na Bahia a taxa se manteve estável, com uma tendência de queda (-0,1%) (Gráfico 10).

Gráfico 10
Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Brasil e Bahia – Jan.-dez. 2018

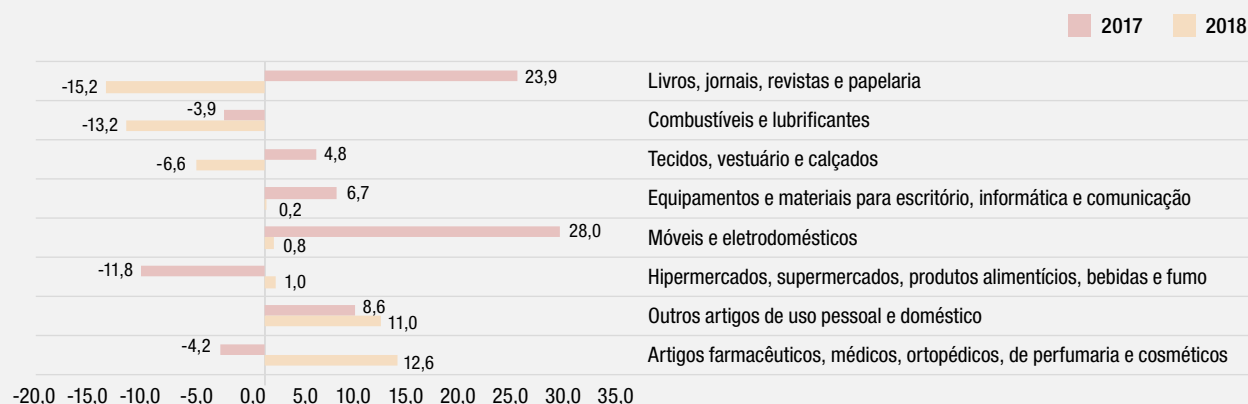


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 11
Volume de vendas do comércio varejista, segundo atividades⁽¹⁾ – Bahia – 2017/2018



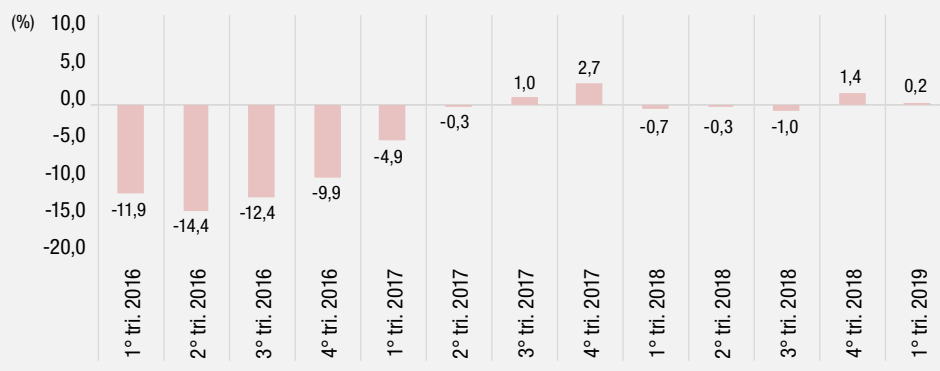
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto às atividades, observa-se que, em 2018, cinco dos oito segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram comportamento positivo, como ilustrado no Gráfico 11. Listados pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, têm-se Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (12,6%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (11,0%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,0%), Móveis e eletrodomésticos (0,8%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (0,2%). Entretanto, as

Gráfico 12

Volume de vendas do comércio varejista⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2019

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2019).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

variações registradas não foram suficientes para reverter apatia que marcou o setor ao longo de 2018.

As atividades que registraram comportamento negativo foram Livros, jornais, revistas e papelaria (-15,2%), Combustíveis e lubrificantes (-13,2%), e Tecidos, vestuário e calçados (-6,6%) (Gráfico 11). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que tiveram variações positivas Hipermercados e supermercados (2,4%) e Eletrodomésticos (2,8%), em contrapartida a uma taxa negativa de Móveis (-2,3%).

No Comércio ampliado, que inclui o varejo restrito e mais as atividades Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, a variação no período foi positiva em 1,5%. O segmento Veículos, motos, partes e peças exibiu taxa de 6,8%, enquanto que em Material de construção as vendas caíram 0,6%.

A análise do volume de vendas no trimestre reforça a percepção de que o setor enfrenta um processo de arrefecimento que se prolonga já há vários trimestres (Gráfico 12). No quarto trimestre de 2018, a taxa de crescimento foi de 1,4%. Em linhas gerais, observa-se que as vendas do Comércio varejista refletiram, em 2018, a retração da atividade econômica do país, atingindo o setor nos primeiros meses de 2019.

No primeiro trimestre de 2019, verifica-se um movimento ainda tímido nas vendas baianas (0,2%). Em março de 2019, a taxa foi negativa de 4,3%,

Em 2018, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo

quando comparado a igual mês de ano anterior. No varejo nacional, o volume de negócios caiu 4,5%, em relação à mesma base de comparação. Assim, diante de um cenário marcado por incertezas quanto à recuperação da atividade econômica, associadas à insegurança no tocante à condução da política econômica brasileira, a perspectiva para o setor nos próximos meses de 2019 é de taxas de crescimento em ritmo reduzido, com tendência, em alguns momentos, de queda no volume de negócios.

MERCADO DE TRABALHO

Em 2018, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo. Esses indicadores podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2019).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018) do IBGE, passou de 15,0%, no quarto trimestre de 2017, para 17,4%, no quarto trimestre de 2018, registrando aumento de 2,4 p.p. ao longo do período. Também ocorreu aumento da taxa de desocupação, de 1,2 p.p., no quarto trimestre de 2018, em comparação com o terceiro trimestre de 2018. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 13, no qual se verifica o elevado patamar do indicador no período.

Gráfico 13
Taxa de desocupação⁽¹⁾ – Bahia – 1º tri. 2016–4º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, houve decréscimo na comparação trimestral (4º trim.17/4º trim.18), passando de 58,8% para 58,4%. Já no quarto trimestre de 2018, se comparado ao período exatamente anterior, a taxa manteve-se estável em 58,4%.

A população ocupada na Bahia recuou 2,6% no quarto trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, houve aumento de 1,0% na mesma comparação (Gráfico 14). No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados do quarto semestre de 2017 e de 2018, o desempenho negativo dos segmentos Indústria geral (-7,2%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-6,4%), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-1,4%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-0,6%) e Construção (-0,4%). Por sua vez, destaca-se aumento em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (0,3%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados do setor privado no estado sem carteira assinada registraram expansão de 3,8% no quarto trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados do setor privado com carteira assinada, por sua vez, foram reduzidos em 1,0%.

Gráfico 14

Pessoas ocupadas(1)(2) – Bahia – 1º tri. 2016-4º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

(2) Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os indicadores analisados apontaram melhora gradual do mercado de trabalho baiano em 2018, com leve recuperação dos empregos formais

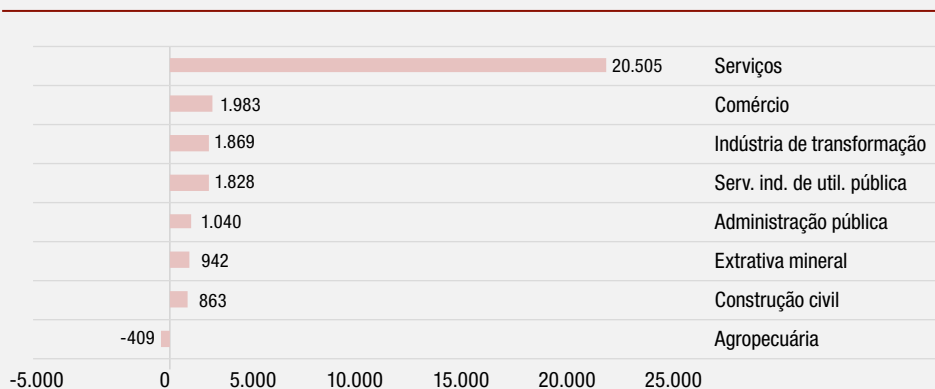
Na Bahia, o rendimento médio real (em todos os trabalhos) caiu para os ocupados (-0,2%), na comparação entre o quarto trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) reduziu-se em 2,3% na comparação entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2017, e aumentou 0,8% na comparação com o terceiro trimestre.

Quanto ao emprego formal, em 2018, a Bahia gerou 28.621 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2018b) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 1,73%, acima da média nacional (1,4%) e nordestina (1,3%). No país houve aumento de 529.554 postos, e no Nordeste, crescimento de 80.639 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, dos oito setores de atividade, sete apresentaram saldos positivos, destacando-se Serviços, com 20.105 postos de trabalho. O único setor a registrar saldo negativo foi Agricultura, com perda de 409 postos de trabalho, de acordo com o Gráfico 15.

Os indicadores analisados apontaram melhora gradual do mercado de trabalho baiano em 2018, com leve recuperação dos empregos formais. Ressalta-se que, mesmo com o aumento dos postos de trabalho formal, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas, e a população ocupada está em declínio.

Gráfico 15
Saldo de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-dez. 2018



Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2018b).

Elaboração: SEI/CAC. Dados divulgados em janeiro de 2019.

(1) Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até novembro de 2018.

Em 2019, os dados disponíveis, no caso de emprego formal, indicam movimento positivo. No primeiro trimestre de 2019, o saldo foi de 11.179 postos de trabalho, resultado similar ao observado nesse mesmo período em 2018, quando o saldo foi de 11.129 postos de trabalho (BRASIL, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica revelou um cenário cheio de incertezas no que se refere às questões econômicas e a seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2018. O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,1% no ano de 2018, bem abaixo das expectativas do início do ano, quando o Banco Central sinalizava um crescimento para a economia brasileira de 2,9%, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estipulava que o Brasil crescería 1,8% no ano.

O cenário observado em 2018 foi um pouco melhor do que o verificado em 2017, haja vista os indicadores econômicos. Houve condições de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – com taxa de 3,75%, em 2018, segundo o IPCA do IBGE (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2018). Ao mesmo tempo, houve manutenção da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018, o que propiciou condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores oscilou ao longo do ano e se arrefeceu a partir da paralisação dos transportes de cargas e com a indefinição do processo eleitoral, que culminou em uma retomada ainda mais lenta do que a esperada no início do ano.

As previsões para economia global são de crescimento do PIB em 2019 e 2020, com taxas de 3,3% e 3,6%, respectivamente, segundo o último relatório do FMI, de abril de 2019. Apesar das previsões positivas para a economia mundial, a expansão global está desacelerando, refletindo a escalada de tensões comerciais EUA-China; estresse macroeconômico na Argentina e Turquia; interrupções no setor automotivo na Alemanha; políticas de crédito mais rígidas na China; e aperto financeiro, ao lado da normalização da política monetária nas maiores economias avançadas. A provável desaceleração global pode se traduzir em impactos negativos nos termos de troca, afetando o mercado de *commodities* brasileiro, piorando a situação das contas públicas e, conseqüentemente, traduzindo-se em menor crescimento da taxa do PIB nacional.

Para 2019, as expectativas do mercado financeiro para o PIB nacional são de aumento de 1,24%, segundo o Boletim Focus, divulgado em 17 de maio deste ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019a). Em 28 de dezembro, essa taxa estava projetada em 2,55%. A inflação esperada é de 4,07%, dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Ainda segundo o Boletim Focus, a taxa Selic deverá manter-se em 6,5% em 2019, patamar favorável ao financiamento de despesas de consumo e investimento, desde que associada à melhora na confiança dos agentes. A confiança da indústria apresentou avanço no mês de abril, mas não conseguiu recuperar os níveis obtidos no primeiro semestre de 2018. Ao mesmo tempo, a confiança do consumidor, que manteve trajetória de crescimento a partir de setembro de 2018, recuou por três meses consecutivos entre fevereiro e abril, influenciada por uma reavaliação das expectativas, que estavam otimistas após as eleições. O baixo nível na confiança dos empresários e dos consumidores está relacionado à decepção com a lenta recuperação econômica e com a manutenção de níveis elevados de incerteza. Diante disso, as previsões para o consumo e investimento são modestas.

Na Bahia, as expectativas para 2019 estão condicionadas à retomada mais forte de crescimento da Indústria, que tem a seu favor a elevada capacidade ociosa e grande demanda por infraestrutura. Porém, diante do cenário apresentado no primeiro trimestre do ano, presume-se que a produção industrial seja impactada pela queda da demanda interna, influenciada pelos piores níveis de confiança e pelo baixo nível de emprego e de renda. Os resultados para o primeiro trimestre indicam que o ritmo de atividade do setor mantém-se lento, e que há certa desconfiança quanto à possibilidade de uma aceleração expressiva nos próximos meses. O setor mostra sinais de estar em movimento de espera frente aos níveis ainda elevados de incerteza econômica.

As perspectivas para os setores de Serviços e Comércio dependem do aumento da renda agrícola e industrial, associado à manutenção da inflação dentro da meta e à taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que um recuo na taxa de juros e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo será limitado pelo grau de endividamento das famílias. No entanto, os resultados para o primeiro trimestre de 2019 indicam um consumo muito abaixo das expectativas, observado na queda de 2,1% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, atribuída, principalmente, à redução de 7,0% nas vendas de automóveis no período.

Por sua vez, a contribuição da Agropecuária deverá ser negativa, em decorrência da forte estiagem no início do ano, que prejudicou a lavoura, em especial as principais colheitas de grãos: soja e milho.

Por fim, o cenário para 2019 ainda é incerto. O principal desafio do governo federal é a grave situação fiscal. O crescimento mais forte da atividade econômica está condicionado a um ajuste fiscal e a uma retomada dos investimentos em infraestrutura. O equilíbrio nas contas públicas, em busca de solidez fiscal, é também o grande desafio para os estados e municípios do país. Na política monetária, o sentimento com o novo governo é de continuidade da estratégia em curso nos últimos dois anos.

Todavia, deve-se estar atento às recentes movimentações na economia mundial que podem se tornar obstáculos para o cenário em curto/médio prazo. Neste ponto, ressalta-se o risco da desaceleração global; as dificuldades da economia da Argentina, que já exercem forte efeito sobre as exportações baianas, principalmente de automóveis; e questões de natureza geopolítica, como o Brexit, as sanções contra o Irã, o conflito entre Itália e Comissão Europeia em torno do desequilíbrio fiscal naquele país e o risco de guerra comercial entre as duas maiores potências do mundo.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_dez_2018.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, abr. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_abr_2019.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*: processamento de petróleo e produção de derivados. Brasília: ANP, dez. 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. Brasília: BCB, maio 2019a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180831.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas fiscais. Brasília: BCB, mar. 2019b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 17 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas do setor externo. Brasília: BCB, mar. 2019c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>. Acesso em: 17 maio 2019.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2018.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, mar. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mar_2019.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez18.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, mar. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_mar19.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Comércio exterior*. Brasília: MDIC, 2018a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, dez. 2018b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, mar. 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 14 maio 2019.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2018. 4º trimestre. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_4tri.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em: 16 maio 2019.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 9, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2018_4.pdf. Acesso em: 2 maio 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: growth glowdown, grecaious gecoverly*. Washington: IMF, abr. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/03/28/world-economic-outlook-april-2019>. Acesso em: 3 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2018_dez.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2019_abr.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

PARAPANEMA. Divulgação dos resultados do 4º trimestre. Disponível em: <https://www.paranapanema.com.br/show.aspx?idMateria=W7iwaoeBlgLKMvWXplq0EQ==>). Acesso em: 17 maio 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2018_dez.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2019_mar.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2018_dez.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2019_mar.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2018_dez.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2019_mar.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2018. 4º trimestre. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_4tri.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.



EDUARDO MATTA
MILTON DA SILVEIRA

Superintendente da Previdência – SUPREV

DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA BAHIA

SEI – CADA ESTADO POSSUI SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS), POR MEIO DO QUAL SE ASSEGURA AOS RESPECTIVOS SERVIDORES O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMO ESTÁ ESTRUTURADO O RPPS BAIANO?

EDUARDO MATTA – O órgão gestor do RPPS baiano é a Superintendência de Previdência - Suprev, esta começou a funcionar em janeiro de 2008, criada pela Lei 10.955/2007, com a finalidade de gerir e operacionalizar a Previdência dos servidores do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Administração - Saeb. A Suprev processa hoje uma das maiores folhas de pagamento do país, contando com cerca de 132 mil beneficiários, entre aposentados e pensionistas.



SEI – COMO É ESTRUTURADA E QUAIS AS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA SUPREV?

EM – A Suprev tem estrutura enxuta, possuindo 3 setores de destaque: a *Diretoria de Administração dos Benefícios Previdenciários*, responsável pela análise criteriosa e concessão dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma (esses dois exclusivos para a Polícia Militar) e pensão previdenciária, bem como responsável também pelo processamento da folha de pagamento de todos esses beneficiários; a *Diretoria de Gestão Financeira Previdenciária e Investimentos*, responsável pela captação de recursos, incluindo compensação previdenciária, investimento dos recursos legalmente permitidos e pagamento da folha de benefícios previdenciários; e a *Coordenação de Controle dos Benefícios*, responsável pela gestão dos 71 postos de atendimento espalhados pelo Estado, pela auditoria permanente sobre a folha de pagamento, reavaliação periódica de benefícios já concedidos, recadastramento, entre outras ações que visam a correta utilização dos recursos previdenciários.

SEI – DE MODO GERAL, OS NÚMEROS APONTAM DESEQUILÍBRIOS TANTO SOB O ASPECTO FINANCEIRO, COMO O ATUARIAL PARA VÁRIOS ESTADOS. QUAL É A SITUAÇÃO DA BAHIA HOJE?

EM – Como bem colocado na questão, praticamente todos os RPPS dos Estados brasileiros experimentam significativos déficits financeiros e atuariais. Nesse aspecto, a Bahia não foge à regra. Quando o FUNPREV foi criado, em 1998, havia a prescrição legal de que apenas 5% do contingente de aposentados migrariam para o Fundo, por ano. Assim, apenas em 20 anos todos os aposentados seriam absorvidos pelo FUNPREV. Esse sistema gradual permitiria a criação de um lastro suficiente para manter o equilíbrio do Fundo. Porém, em 2001, uma alteração legislativa permitiu que 100% dos aposentados migrassem diretamente para o FUNPREV, exaurindo rapidamente seus recursos. A partir de então, o sistema previdenciário baiano se tornou deficitário.

SEI – QUAL É O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DA BAHIA?

EM – Em 2018, o déficit bruto do Regime Próprio de Previdência do Estado da Bahia foi de 4,04 bilhões. A previsão para 2019 é de 4,4 bilhões.

SEI – A REDUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES ATIVOS EM RELAÇÃO AO DE INATIVOS, OU SEJA, A RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIASERIA UMA DAS CAUSAS DESSE DÉFICIT?

EM – Conforme já explicado, o déficit do sistema previdenciário baiano tem sua causa em fatores históricos, que remontam ao início dos anos 2000. Porém, com o passar do tempo, o aumento do índice de servidores aposentados, em relação aos servidores ativos, naturalmente é um dos fatores que acelera o crescimento do déficit. O ingresso de novos servidores efetivos oxigena o sistema e aumenta a receita de contribuição previdenciária.

SEI – EXISTEM CATEGORIAS PRIVILEGIADAS DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO, QUANTO AO TEMPO DE SERVIÇO E REMUNERAÇÃO AO SE APOSENTAREM?

EM – Entendo que não cabe falar em privilégio. Existem as chamadas “aposentadorias especiais”, que são regras específicas para carreiras ou grupos ocupacionais que laboram em condições excepcionais e, por isso, possuem diferenças quanto aos requisitos para a aposentadoria. Essas situações, inclusive, são previstas pela Constituição Federal e podem incluir professores de ensino médio e fundamental, policiais civis, policiais e bombeiros militares, servidores com deficiência e servidores que laboram em atividades de risco à saúde e à integridade física. Por exemplo, na legislação do Estado da Bahia, os professores do ensino médio ou fundamental, que tenham todo o seu tempo de serviço prestado em atividade de magistério, possuem redução de 05 anos na idade e no tempo de contribuição. Já o policial militar pode se transferir para a Reserva Remunerada com 30 anos de tempo de contribuição, independente da idade e do sexo.

SEI – QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELO ESTADO DA BAHIA NA BUSCA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL DO SEU RPPS? AS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO, COMO AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO E CRIAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, SÃO SUFICIENTES PARA REDUZIR ESSE DÉFICIT EM LONGO PRAZO?

EM – Sim. A previsão é de que a instituição da Previdência Complementar para os novos servidores, ingressos a partir de julho de 2016, venha a equacionar o RPPS a longo prazo (daqui a cerca de 100 anos). Já outras medidas, como a alteração nas regras para concessão e manutenção do benefício de pensão previdenciária e o aumento de 2% na alíquota de contribuição dos servidores, medidas já adotadas em muitos entes federados e que provavelmente se tornarão obrigatórias a todos, a partir da Reforma da Previdência, apenas ajudam a mitigar o aumento anual do déficit, mas não são suficientes para debelá-lo.

SEI – QUE OUTRAS MEDIDAS DE GESTÃO TÊM SIDO ADOTADAS PARA MITIGAR ESSE DÉFICIT E QUALIFICAR A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS?

EM – Desde a sua criação, a gestão da Suprev tem apresentado um olhar bastante atento à questão do controle sobre o pagamento dos benefícios. Várias frentes foram desenvolvidas e aprimoradas, como o cadastramento anual de todos os mais de 130 mil beneficiários, com o intuito de atualizar informações cadastrais e verificar a ocorrência de óbitos, nem sempre informados pela família. Outra linha de ação muito importante é a verificação da manutenção das condições que ensejaram a concessão dos benefícios. Por exemplo, um(a) pensionista viúvo(a) de servidor, que case novamente ou adquira nova união estável, perde o direito ao benefício. Ou beneficiários por invalidez, caso tal condição não mais se verifique. Ademais, realiza-se

constante monitoramento sobre a folha de pagamento, para verificar inconsistências e erros nos pagamentos, benefícios calculados erroneamente pelo sistema, entre outras ocorrências.

Como resultado de todas essas ações de controle, a Suprev já conseguiu economizar ou resgatar quase 600 milhões de reais para os cofres da Previdência estadual. Naturalmente, ações de controle não serão suficientes para resolver o problema global do déficit previdenciário, porém cada vez mais se faz necessário qualificar o gasto e gerir com responsabilidade os recursos previdenciários.

SEI – QUAIS AS RAZÕES E DIFERENÇAS ENTRE OS PLANOS DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR ESTADUAL (FUNPREV, BAPREV E PREVBAHIA)?

EM – Os servidores ingressos no Estado da Bahia até 31.12.2007 contribuem para o Funprev, que é o Fundo Financeiro, responsável por pagar os seus benefícios. Já aqueles ingressos a partir de 01.01.2008 contribuem para o Fundo Previdenciário, o Baprev. Essa é a única diferença. Na prática, todos estão vinculados ao mesmo sistema, que é o Regime Próprio de Previdência Social do Estado, e se submetem à mesma legislação, não havendo regras ou direitos distintos para os servidores vinculados ao Funprev ou ao Baprev. As regras gerais de aposentadorias e pensões regem-se pelas Emendas Constitucionais vigentes, principalmente a EC 20/98, a EC 41/2003 e a EC 47/2005.

Quanto à instituição da Previdência Complementar (atual Prevnordeste), que é válida para os servidores ingressos a partir de julho de 2016, essa sim trouxe um novo sistema previdenciário para os servidores estaduais. Nestes casos, de forma resumida, o servidor contribuirá apenas até o teto do Regime Geral de Previdência (INSS) e somente receberá aposentadoria até esse teto, na mesma proporção da contribuição. Para complementar esse valor, o mesmo deverá aderir a um dos planos de benefícios previstos pela Prevnordeste.

SEI – QUAL O IMPACTO EM LONGO PRAZO NAS CONTAS RPPS DA INCLUSÃO DOS ESTADOS NA NOVA PREVIDÊNCIA?

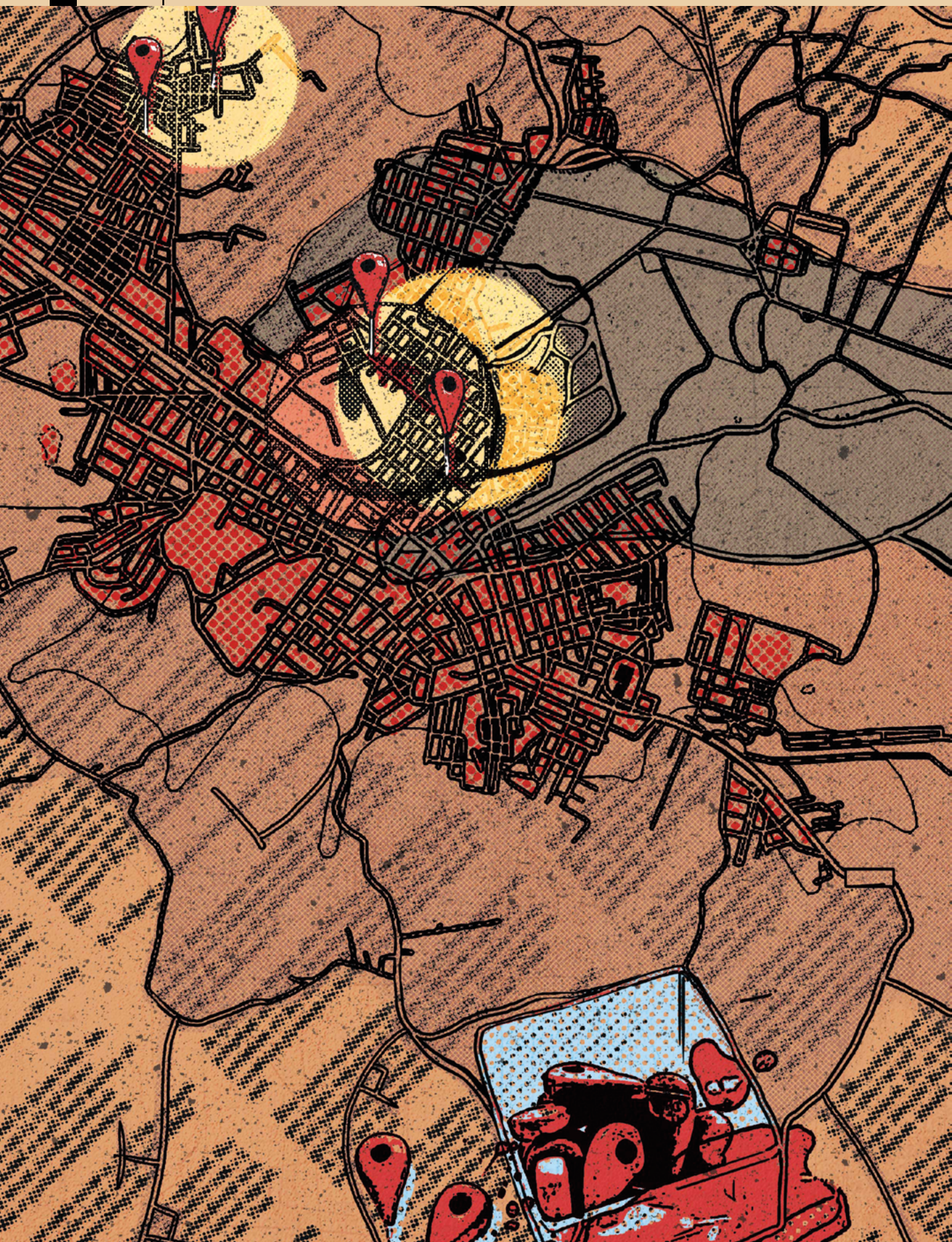
EM – A inclusão dos Estados na Reforma da Previdência ajudará a mitigar os déficits previdenciários dos RPPS estaduais. Porém, é sempre importante destacar que a Reforma proposta não atinge os principais pontos que causam desequilíbrio nos Estados, não altera as regras dos benefícios que mais impactam, além de também não instituir novas fontes de receitas para os RPPS, nem novas formas de financiar esses déficits.

SEI – A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E UM NOVO PACTO FEDERATIVO PODEM GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO RPPS DA BAHIA EM LONGO PRAZO OU AINDA SERÃO NECESSÁRIAS OUTRAS MEDIDAS?

EM – Como está posta, a Reforma da Previdência trará pequeno impacto para mitigar o déficit previdenciário do Estado. Muito menos para garantir a sua sustentabilidade em longo prazo. Consoante já abordei, algumas ações desenvolvidas pelo Estado, principalmente a instituição da Previdência Complementar, deverão equacionar o déficit em longo prazo, para as próximas gerações. Porém, para a geração atual, o déficit é grande e ainda irá crescer significativamente, até que se estabilize e reduza. Durante esse grande lapso temporal, entendemos que somente um novo pacto federativo poderá efetivamente trazer equilíbrio financeiro e atuarial aos RPPS estaduais.

SEI – SEGUNDO O GOVERNADOR RUI COSTA, APENAS UM NOVO PACTO FEDERATIVO DARIA SUSTENTABILIDADE À PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS. COMO SE DARIAM ESSES EFEITOS?

EM – Esse novo pacto precisará ser gerado e maturado por todos os entes envolvidos e deverá consistir em um plano nacional para a criação e destinação de novas receitas, com o fito decustear o pagamento dos benefícios previdenciários.

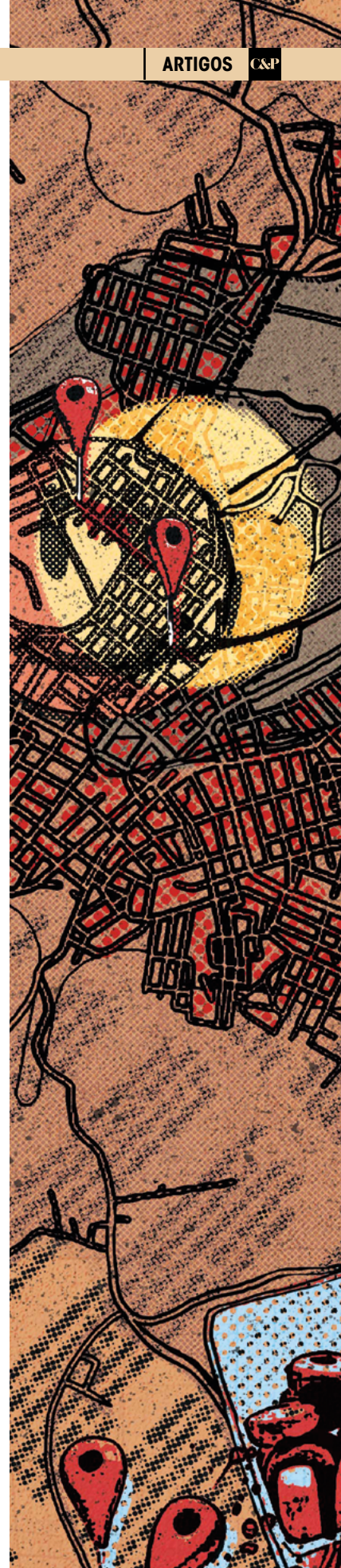


GEOESPACIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS: OS ÍNDICES DE FURTO, ROUBO E HOMICÍDIO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Frederico Júnior
Gomes da Silveira
Mestre em Computação
Aplicada, pela Universidade
Estadual de Feira de Santana
(UEFS) e graduado em
Ciência da Computação, pela
Universidade Estadual de
Santa Cruz (UESC). Analista
de Tecnologia da Informação
na Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia (UFRB).
fredsilveira13@yahoo.com.br.

Gracinete Bastos
de Souza
Doutora em Geotecnia,
pela Universidade de São
Paulo (USP) e mestre em
Geotecnia, pela Universidade
de Brasília (UnB). Professora do
Programa de Pós-graduação
em Computação Aplicada
da Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
graciesouza@gmail.com.

O ÍNDICE da violência, um dos indicadores sociais, tem crescido muito nos municípios brasileiros. Nota técnica do IPEA de 2016 (CERQUEIRA *et al.*, 2016) mostra que de 2004 a 2014 o número de homicídios aumentou em 21,9% no território nacional. Vários aspectos sociais podem influenciar o crescimento da violência, entre os quais o aumento da taxa de desemprego, o crescimento da população, o empobrecimento da população, etc.



O anexo 2 do Mapa da Violência de 2016 mostra um aumento de 181,8%, entre os anos de 2013 e 2014, no número de Homicídios por Arma de Fogo em Cruz das Almas (BA) (HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100mil)). Esses dados podem estar relacionados com alguns dos fatores citados anteriormente, como ausências de estruturas públicas básicas nas localidades de ocorrências, tais como hospitais, escolas, parques, etc. Espera-se que o conhecimento dos dados sobre a criminalidade, através da geoespacialização de informações sociais, permita o controle e o desenvolvimento de ações preventivas contra a violência, em especial os crimes de roubo, furto e homicídios, no município de Cruz das Almas (BA).

A utilização de Sistemas de Informação Geográficos (SIG ou GIS – *Geographic Information System*) tem se tornado cada vez mais comum nas pesquisas que tratam sobre o espaço urbano. O SIG possibilita a visualização de diversas variáveis, que facilitam a análise e visualização do espaço, assim como suas mais variadas características, sendo a principal ferramenta na geoespacialização da informação.

A aplicação de Sistemas de Informação Geográficos surge como uma ferramenta para auxílio na manipulação de dados geoespaciais, na representação dos dados de estudo (índices/locais de furto, roubo e homicídios no município) e na visualização de alternativas existentes para a tomada de decisões mais eficientes da prefeitura municipal e da delegacia territorial, a partir da sinalização de áreas onde os crimes mais acontecem, assim como uma provável ausência de estruturas básicas do estado, como escolas, unidades de saúde ou áreas de lazer.

Este trabalho apresenta o mapeamento da criminalidade para a cidade de Cruz das Almas (BA) entre os anos de 2013 a 2017, podendo determinar a compreensão e desenvolvimento da capacidade de atuação do Estado e do Poder Público para com a cidade, servindo de base para ações como organização e intervenção.

A CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Cruz das Almas - BA está localizada no recôncavo do estado da Bahia, a 146 quilômetros de distância ao oeste da capital baiana, com uma área territorial de 145,742 km² e uma população estimada de 64.552 habitantes em 2016, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). O município possui como limites as cidades de Governador Mangabeira ao Norte, São Felipe ao Sul, Conceição do Almeida e Sapeaçu ao Oeste e São Félix ao Leste, como podemos ver na Figura 1.

Cruz das Almas está localizada entre as coordenadas aproximadas de latitude -12°40'12" sul e longitude 39°06'07" oeste, a uma altitude média de 220m acima do nível do mar e se caracteriza pelo clima árido e semiárido. A rodovia BR-101 é a principal via de acesso ao município.

Cruz das Almas sedia a reitoria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e possui um Centro Nacional de Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o que faz da cidade um local com uma população flutuante alta, em virtude de trabalho, educação, eventos universitários (congressos, seminários, etc.) e programas de qualificação profissional.

A cidade apresenta indicadores considerados satisfatórios de acordo com estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014), sendo que no ano de 2014, obteve 0,634 no Índice do Nível de Saúde (INS), 0,820 no Índice do Nível de Educação (INE) e 0,726 no de Economia de Finanças (IEF). No mesmo ano, o município obteve 0,727 no Índice de Performance Socioeconômica (IPESE), considerado alto pela SEI, ocupando a vigésima terceira posição no estado da Bahia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E TRABALHOS RELACIONADOS COM A ÁREA

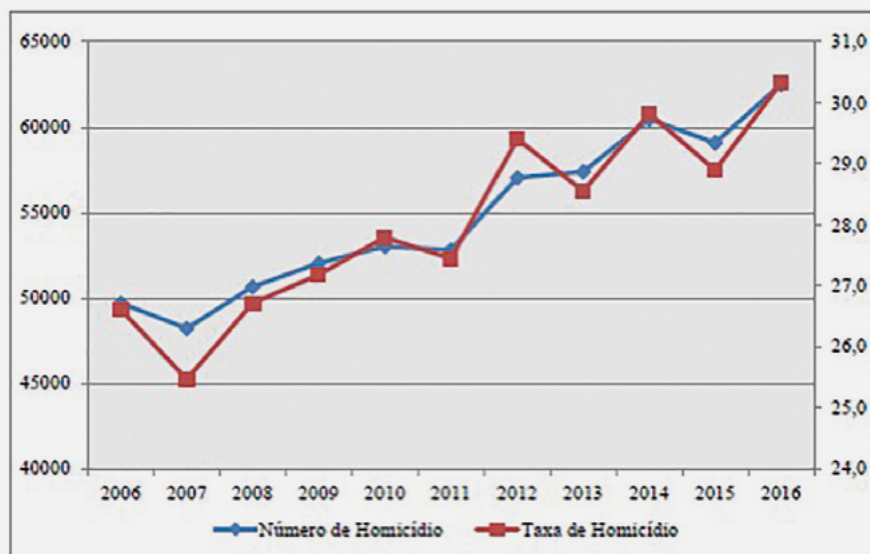
Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública; esses espaços e bens não constituem necessariamente um bem comum. Ao longo da história da urbanização, a provisão de espaços públicos e de bens públicos por meios públicos ou privados foi crucial para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2014).

No universo de problemas sociais, talvez seja, hoje, a criminalidade aquela que desperta maior atenção pela ameaça que representa ao desenvolvimento social. Diante dessa nova realidade, a sociedade brasileira parece reconhecer que o aparelho estatal tem falhado no cumprimento de uma das suas funções básicas: oferecer segurança aos seus cidadãos. (SAMPAIO *et al.*, 2008).

O que vem a ser violência? Segundo Souza, Silva Filho e Toledo (2016), não é tarefa fácil definir violência, dado o universo de conceitos e o seu relacionamento com diversas áreas do conhecimento, como a ciência política, a sociologia, a psicologia, a antropologia, as ciências jurídicas e a demografia, entre outras. O Ministério da Saúde define violência como qualquer

Cruz das Almas
sedia a reitoria da
Universidade Federal
do Recôncavo da
Bahia (UFRB) e
possui um Centro
Nacional de Pesquisa
da Empresa Brasileira
de Pesquisa
Agropecuária
(EMBRAPA), o
que faz da cidade
um local com uma
população flutuante
alta, em virtude de
trabalho, educação,
eventos universitários
(congressos,
seminários, etc.)
e programas
de qualificação
profissional

Gráfico 1
Brasil: número e taxa de homicídio – 2006-2016



Fonte: Cerqueira e outros (2018).

conduta – ação ou omissão – de caráter intencional, que cause ou venha a causar dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico ou patrimonial (BRASIL, 2016). Para Lima (2016), violência é a linguagem que vai determinando os rumos e sentidos das relações sociais e das políticas públicas no país.

A natureza dos atos violentos pode ser identificada de quatro formas: física, sexual, psicológica, ou envolvendo privação ou negligência. Essa pesquisa se restringe às violências de natureza física, pois nela se inserem os crimes de furto, roubo e homicídios. Aqui cabe justificar por que não registrarmos também os latrocínios (roubo seguido de morte). Nos sistemas consultados para a coleta de dados não tinham as informações dessa criminalidade, ou não estavam assim designadas.

De acordo com Cerqueira e outros (2018):

O Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2016 houve 62.517 homicídios¹ no Brasil. Pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3). Esse

¹ Nesse conceito estão agrupadas as categorias agressões (110) e intervenções legais (112) do CID-BR-10, segundo o SIM/SVS/MS.

número de casos consolida uma mudança de patamar nesse indicador (na ordem de 60 mil a 65 mil casos por ano) e se distancia das 50 mil a 58 mil mortes, ocorridas entre 2008 e 2013, conforme destacado no gráfico 1 a taxa de homicídio no Brasil entre 2006 e 2016 (CERQUEIRA et al. 2008).

De acordo com algumas pesquisas, o recôncavo baiano pode ser caracterizado como a segunda região mais violenta do estado da Bahia, considerando o número de homicídios por arma de fogo, no período de julho de 2012 a julho de 2014, utilizando os dados das Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica (ARAÚJO, 2017).

O Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA et al., 2018) que traz dados de homicídios de 2006 a 2016, mostra um aumento no número de homicídios no Brasil entre 2013 e 2016 que é de 8,93%. Já o estado da Bahia no mesmo período apresentou um crescimento de 26,9%. E em Cruz das Almas, bem superior aos números nacional e estadual, com 62,5%.

Alguns estudos apontam que o aumento das taxas de criminalidade nas cidades está associado ao acelerado crescimento urbano, à desordem, à degradação física do ambiente, à falta de acesso a equipamentos comunitários e à falta de infraestrutura urbana, fatores esses, que exercem influência direta sobre a ocorrência dos crimes (BEATO, 2008). A construção e a análise de indicadores de criminalidade e violência, devido a fatores de ordem econômica e social, entre outros, têm ocupado espaço relevante entre os analistas econômicos e sociais e entre os gestores públicos (SOUZA; SILVA FILHO; TOLEDO, 2016).

Com o advento da computação aliada ao uso da estatística, hoje é possível realizar estudos relativos ao crime no tempo, no espaço e caracterizar em uma determinada área, o perfil das vítimas e autores. E, além disso, realizar simulações computacionais (SILVA FILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013). Essa constatação é feita a partir da geoespacialização das estruturas públicas municipais, estaduais e/ou federais (educação, saúde, segurança e lazer), comparando-os com a geoespacialização dos crimes nas respectivas zonas de mapeamento de Cruz das Almas.

Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) é uma ferramenta com aplicações em diferentes áreas e pode ser utilizado para auxiliar na gestão municipal. Os Sistemas de Informação Geográfica apresentam entre suas principais vantagens, a eficiência na integração de mapas, tabelas, fotos aéreas, imagens de satélite, entre outras. A partir do SIG são possíveis a análise e o cruzamento de dados de diversas fontes, facilitando a interpretação da

Um Sistema de
Informação Geográfica
(SIG) é uma ferramenta
com aplicações em
diferentes áreas e
pode ser utilizado
para auxiliar na
gestão municipal.
Os Sistemas de
Informação Geográfica
apresentam entre
suas principais
vantagens, a eficiência
na integração de
mapas, tabelas, fotos
aéreas, imagens de
satélite, entre outras

O SIG utilizado na pesquisa é o SPRING (Sistema para Processamento de Informações Georeferenciadas). [...] Possui funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta no banco de dados espaciais.

informação e a tomada de decisões em diversas áreas. Os SIGs podem representar uma grande variedade de dados espaciais, como delimitação de municípios, mapas de solo, estradas, delimitação de áreas de interesse, etc. Os dados para análise espacial podem ser encontrados em diversos locais, desde órgãos oficiais como INPE, IBGE, SEI, etc. ou a partir de levantamentos e pesquisas de campo.

Os SIGs podem auxiliar na solução de problemas frequentes nas cidades brasileiras, como no combate aos constantes aumentos de índices de criminalidades já citados nessa pesquisa, assim como na prevenção dos mesmos. A partir de uma base de dados de ocorrências de furto, por exemplo, é possível georeferenciá-los e identificar em qual bairro da cidade ou em que localidade de determinado bairro ocorrem mais crimes. É possível aperfeiçoar rondas policiais e/ou identificar locais com maior necessidade de vídeo monitoramento, aumentando a confiança e a cooperação entre polícia e sociedade.

A ideia de mapear o crime não é nova, esta data do início do século XVIII na França, onde Adriano Balbi e André - Michel Guerry criaram os primeiros mapas de crime, combinando técnicas de cartografia com interesses legais, usando estatísticas criminais e dados demográficos do censo francês (WEISBURD; MCEWN, 1997, p. 4, 5). Os indicadores de criminalidade são compilados e monitorados por várias organizações internacionais como, por exemplo, Interpol, ONU, FBI nos Estados Unidos, Home Office na Inglaterra e no País de Gales, entre outras (SILVA FILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013).

A escolha de um bom software é fator essencial ao se trabalhar com sistemas de coordenadas geográficas, na elaboração de mapas e georeferenciamento de informações. Existem diversos sistemas que podem ser utilizados, podem ser softwares livres ou proprietários. Como exemplo existe o "TerraView" que é um sistema brasileiro desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o "GvSIG", programa espanhol, que tem como vantagem uma apresentação mais amigável para os usuários. Dentre as opções proprietárias estão o "ArcGis", e o "MapInfo", ambos possuem as mesmas características, são muito usados no Brasil e seu emprego é mais voltado para soluções corporativas.

O SIG utilizado na pesquisa é o Sistema para Processamento de Informações Georeferenciadas (Spring). Ele é um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) com a Divisão de Processamento de Imagens (DPI) e a participação de outros órgãos. Possui funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta no banco de dados espaciais.

Segundo Câmara (2005) as aplicações SIG são classificadas em:

- *Aplicações socioeconômicas*: abordam fatores que envolvem seres humanos e sua ocupação no espaço, infraestrutura e uso da terra. Estão relacionadas com informações de propriedades, construções, população, serviços de utilidade pública e atividades econômicas;
- *Aplicações ambientais*: tratam do meio ambiente e uso de recursos naturais. Incluem esta categoria a modelagem do clima, a previsão do tempo e o monitoramento de parâmetros climáticos;
- *Aplicações de gerenciamento*: auxiliam na tomada de decisão e alocação de recursos para solucionar problemas ou conservar determinadas características. Tráfego urbano, controle de obras, defesa civil e localização de serviços (hospitais, delegacias) são exemplos dessa classe.

Pelas características abordadas, esta pesquisa se encaixa na classificação de Aplicações Socioeconômicas, por colaborar no monitoramento de serviços de utilidade pública e da população.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se: levantamento bibliográfico, levantamento dos dados referentes à segurança e das estruturas públicas (instituições de ensino, saúde, segurança e locais de lazer) do município, geração do mapa da cidade em formato digital no SIG e integração dos dados no Sistema de Informações Geográficas (Spring).

Nesse trabalho, foram utilizados periódicos e banco de dados bibliográficos, para selecionar artigos e livros sobre os assuntos relacionados ao tema da pesquisa. A pesquisa bibliográfica é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se desperdiçar tempo com o que já foi solucionado (MEDEIROS, 2010, p. 39).

As informações referentes aos endereços das unidades de educação e saúde públicas, assim como locais de lazer, foram obtidas junto às secretarias de governo da cidade de Cruz das Almas (BA). A geração do mapa da cidade foi obtida a partir das coordenadas geográficas do conjunto de pontos que formaram as linhas do mesmo. Elas foram conseguidas a partir do Google Earth, *OpenStreetMap* e *Google Maps*.

Com relação aos procedimentos metodológicos vale destacar que os dados quantitativos aqui utilizados são oriundos do Sistema de Atendimento Policial (SISAP) e do Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP).

As estatísticas oficiais da criminalidade, geradas a partir das ocorrências policiais, são utilizadas por instituições governamentais e não governamentais com objetivo de diagnosticar a situação da criminalidade em determinado período e/ou espaço geográfico (SILVAFILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013)

Essa última é a ferramenta utilizada atualmente pela Delegacia Territorial de Cruz das Almas e está presente em outros 40 municípios da Bahia, além da capital, Salvador. Para geração de gráficos, os dados coletados, que estavam em valores absolutos, foram transformados em taxas por 100 mil habitantes. Tal procedimento, faz-se necessário para melhor compreensão dos dados, uma vez que estamos trabalhando com séries temporais.

As estatísticas oficiais da criminalidade, geradas a partir das ocorrências policiais, são utilizadas por instituições governamentais e não governamentais com objetivo de diagnosticar a situação da criminalidade em determinado período e/ou espaço geográfico (SILVAFILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013).

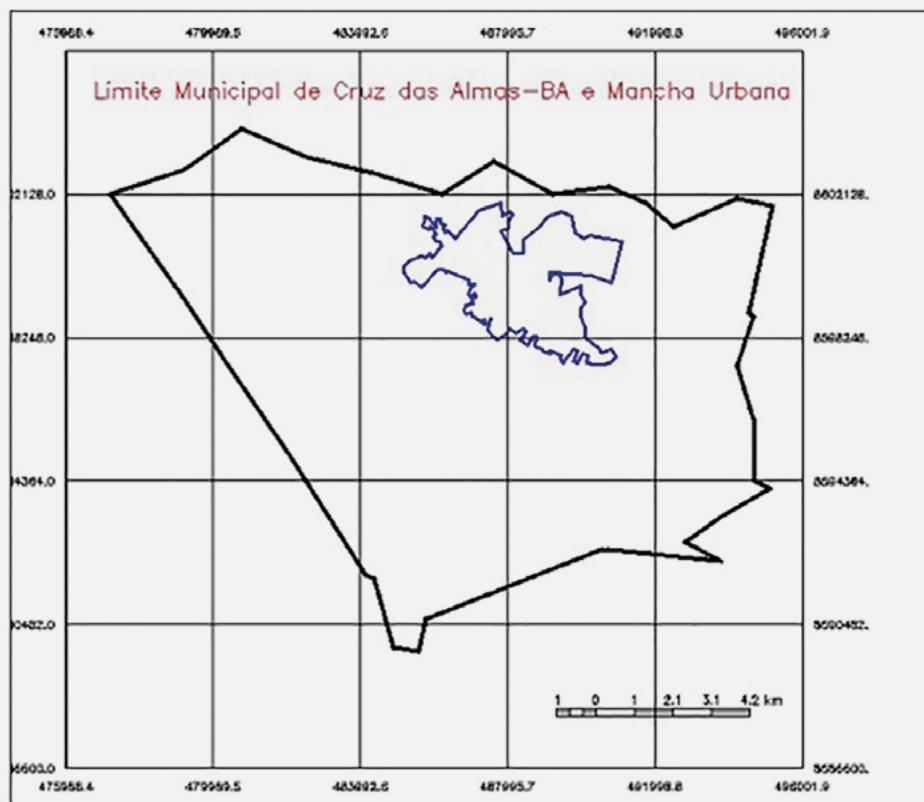
Esse trabalho foi norteado pelo método estatístico, uma vez que este vale-se das possibilidades da teoria estatística para explicar a realidade (MEDEIROS, 2010, p. 33). Coletamos dados referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017, onde atuamos como pesquisadores de campo na Delegacia Territorial de Cruz das Almas (BA).

A justificativa pela escolha desse período é para que pudéssemos fazer um comparativo com o estudo apresentado sobre o número de homicídios por arma de fogo no Brasil em 2016, já citado aqui, em que o mesmo apresentou um aumento de 181% na cidade de Cruz das Almas entre os anos de 2013 e 2014. Aliado a isso, o novo estudo do Atlas da Violência disponibilizado em 2018 (CERQUEIRA *et al.*, 2018) mostra o aumento dos homicídios no Brasil entre os anos de 2013 e 2016. Coletamos dados do ano de 2017 também, para analisarmos se houve aumento, diminuição ou estabilização das taxas de criminalidade na cidade, possibilitando ainda comparar com o período de análise do Atlas da Violência de 2018 com o Estado da Bahia e o próprio Brasil.

GERAÇÃO DO MAPA DE CRUZ DAS ALMAS (BA) EM FORMATO DIGITAL

Optamos por desenhar o mapa da cidade, a mancha urbana e suas respectivas zonas especiais de interesse social, todos a partir de arquivo de dados, com os quais utilizamos no Spring para importar as informações necessárias para a geoespacialização dos mapas. A escolha desse formato visa facilitar a interpretação dos dados, devido à necessária divisão do mapa por zonas. O trabalho envolve o estudo da localização de estruturas de saúde, educação e lazer públicas e a localização de crimes de furtos, roubos e homicídios, com a indispensável inserção das regiões ou zonas em que estes crimes acontecem.

Figura 1
Mapa com mancha urbana, gerado pelo Spring – Cruz das Almas (BA)



Fonte: elaboração própria (2018).

Desenhamos o mapa, a partir da importação de um arquivo de dados contendo coordenadas geográficas obtidas através de informações do *OpenStreetMap*, o qual apresenta linhas e seus respectivos pontos com os limites do município de Cruz das Almas.

Cruz das Almas tem 85,1% de sua população residente na zona urbana, mas devido ao fato de grande parte dos dados das criminalidades coletados referentes à zona rural, virem apenas com o endereço “zona rural”, sem nenhuma referência, optamos por fazer a análise de nossa pesquisa baseada apenas na mancha urbana municipal. Para isso utilizamos como base para geração de nosso segundo mapa, o mapa está disponível na ferramenta *GoogleMaps*, que possui informações atualizadas em 2018, garantindo assim uma informação ainda mais atualizada da mancha urbana de Cruz das Almas (BA). O limite municipal, com a mancha urbana, gerado pelo Spring pode ser vista na figura 1.

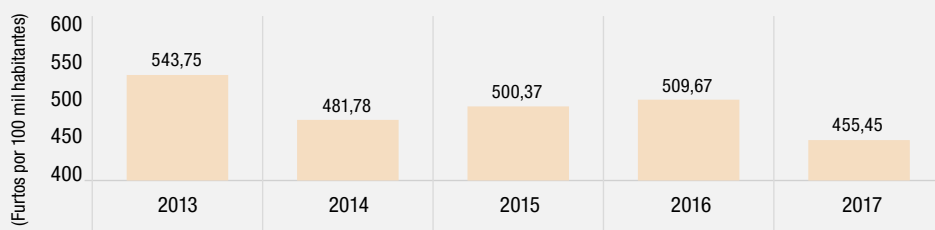
CRIMES DE FURTO NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Para um estudo mais aprofundado dos dados de furto, geramos o gráfico 2 de forma que facilitasse a visualização desses crimes na zona urbana da cidade de Cruz das Almas (BA).

Após a geoespacialização dos dados coletados do período estudado, podemos afirmar que a Zona Especial do Centro de Cruz das Almas (BA) é o local com a maior incidência de furtos entre os anos de 2013 e 2017, conforme mostra a figura 2.

Gráfico 2

Furtos na Zona Urbana – Cruz das Almas(BA) – 2013-2017

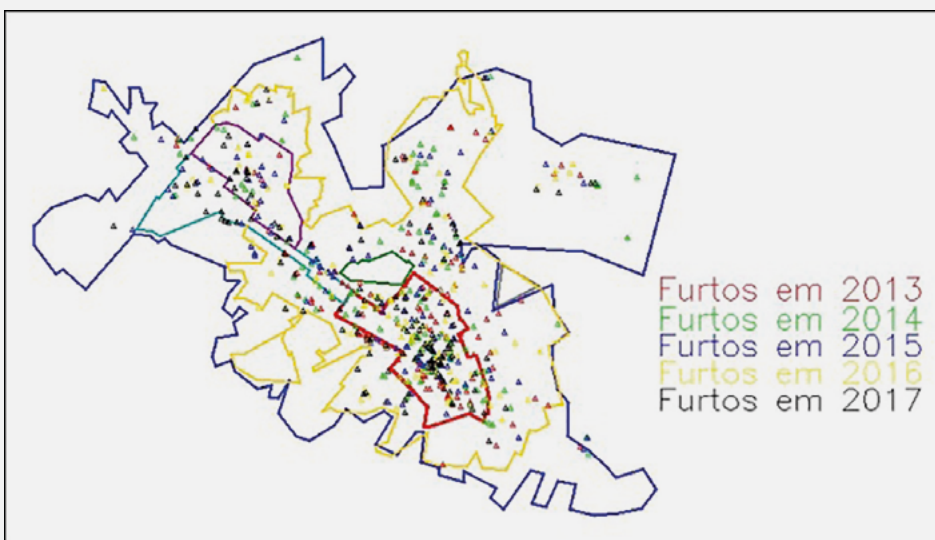


Fonte: SSP-BA.

Nota: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 2

Geoespacialização no Spring das ocorrências de furto registradas na zona urbana de Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



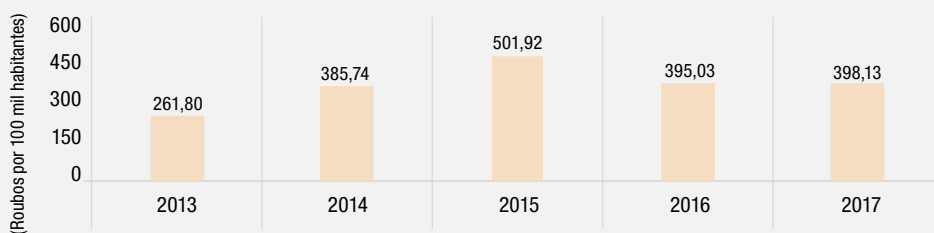
Fonte: elaboração própria (2018).

CRIMES DE ROUBO NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Para os dados de roubo, geramos o gráfico 3.

Pelo gráfico, vemos que há um crescimento acentuado no número de roubos entre os anos de 2013 e 2014, e um aumento de 91% comparando apenas os anos de 2013 e 2015. Em 2016 temos uma queda na quantidade de crimes, comparado ao ano anterior e em 2017 um aumento bem pequeno comparado a 2016. Da mesma forma que aconteceu com os crimes de furto, a concentração para os crimes de roubo registrados entre 2013 e 2017 se dá na Zona Especial do Centro, conforme figura 3.

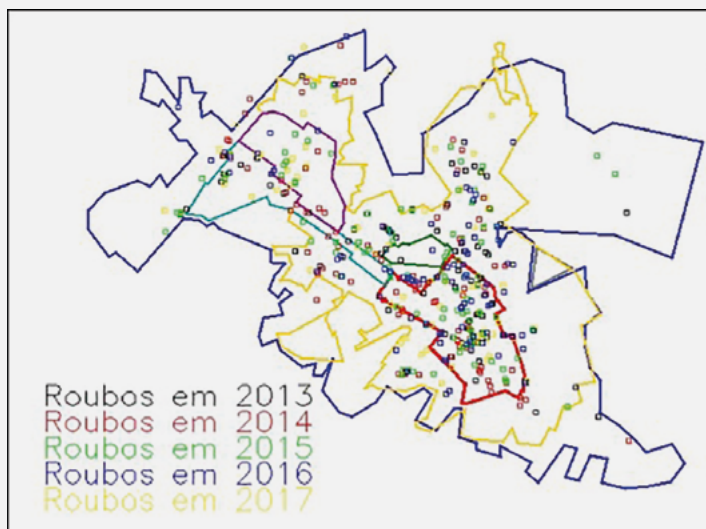
Gráfico 3
Roubos na Zona Urbana – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



Fonte: SSP-BA.

Nota: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 3
Ocorrências de Roubo registradas, visualizadas no Spring – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



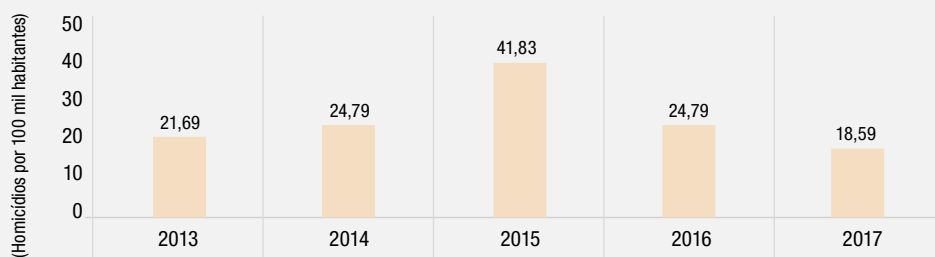
Fonte: elaboração própria (2018).

CRIMES DE HOMICÍDIO NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS (BA)

Para os dados de homicídios, geramos o gráfico 4 para facilitar a interpretação dos dados.

A partir do gráfico 4, visualizamos um crescimento de homicídios muito grande entre os anos de 2013 e 2015, em seguida vemos uma diminuição nos homicídios ocorridos nos anos de 2016 e 2017 na zona urbana de Cruz das Almas (BA). Após a geoespacialização dos dados de homicídios desde 2013 até 2017, visualizamos que os homicídios não seguem o mesmo padrão dos crimes de furto e roubo, sendo que são visualizadas apenas seis ocorrências no centro da cidade, conforme podemos ver na figura 4.

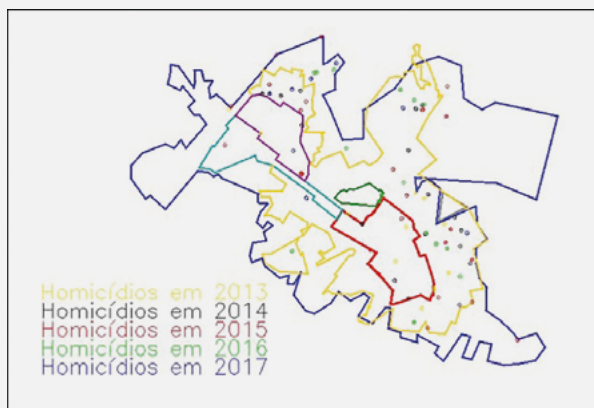
Gráfico 4
Homicídios na Zona Urbana – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



Fonte: SSP-BA.

Nota: Elaborado pelo autor (2018).

Figura 4
Visualização das ocorrências de homicídio registradas na zona urbana, no Spring – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



Fonte: elaboração própria (2018).

Figura 5
Geoespacialização das ocorrências de homicídio, unidades de saúde visualizados no Spring – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017



Fonte: elaboração própria (2018).

Analisando as ocorrências de homicídios registradas, junto com os planos de informação das estruturas públicas municipais de educação e saúde, verificamos que essas unidades não possuem uma relação direta com o aumento do número de ocorrências. No entanto, no que diz respeito às unidades de lazer, observamos na área em destaque na figura 5 (círculo tracejado) as localidades com maior incidência de homicídios em Cruz das Almas entre 2013 e 2017. E fazendo uma análise visual dos dados geoespacializados, vemos que em algumas dessas localidades não existem praças, parques, biblioteca ou locais para práticas esportivas, o que nos leva a crer que essa falta de locais de lazer pode ter uma relação entre a quantidade de homicídios nas zonas em destaque.

Se compararmos um desses locais (a área que fica mais próxima da zona central da cidade), com a geoespacialização das estruturas de lazer do centro, vemos uma grande diferença no que diz respeito aos locais de lazer, que podem ser praças, parques, bibliotecas ou locais para a prática de esportes. Essas duas áreas destacadas, apresentam uma quantidade de ocorrências de homicídios registradas muito diferentes entre si. Enquanto a Zona Especial do Centro apresenta apenas 06 registros, a outra área em destaque (círculo tracejado) apresenta 15 ocorrências. A partir da geoespacialização desses dados no Spring, podemos afirmar que quanto à ocorrências de homicídio registradas, a Zona Especial do Centro de Cruz das Almas (BA) é o local mais seguro do município, enquanto que a área em destaque é um dos locais mais perigosos no tocante ao mesmo tipo de ocorrência.

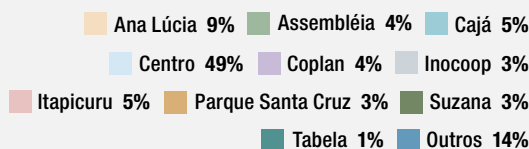
CONCLUSÕES

A utilização do Sistemas de Informações Geográficas para a geoespacialização das informações criminais registradas entre os anos de 2013 e 2017 na cidade Cruz das Almas (BA), mostrou-se muito importante uma vez que foi possível visualizarmos, através do Spring, onde exatamente ocorrem os crimes que deixam a população apreensiva.

A pesquisa serviu também para desmistificar o pensamento de parte da população de que determinados crimes ocorrem apenas em regiões periféricas da cidade. Em Cruz das Almas (BA) é comum ouvir que determinado bairro da cidade é mais perigoso que outro, assim como se tem uma sensação de que o centro da cidade é mais seguro do que esses bairros, ditos popularmente perigosos. Entretanto não se tinha dados concretos para justificar essa afirmação. A partir desse trabalho, com o auxílio do Spring, pudemos verificar que a Zona Especial do Centro (uma das Zonas Especiais de Interesse Social do PDDU 2008 de Cruz das Almas) foi o local onde se registrou a maior quantidade de furtos e roubos no município entre 2013 e 2017, conforme mostra o gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5

Furtos e roubos na zona urbana – Cruz das Almas (BA) – 2013-2017.



Fonte: elaboração própria.

A utilização do Sistema de Informação Geográfico Spring mostrou-se eficaz para a geoespacialização dessas ocorrências (furto e roubo), registradas na polícia civil do município. Após a utilização do software, fizemos uma análise mais profunda dos locais onde acontecem esses crimes no centro da cidade, identificando a Praça Senador Temístocles como a localidade com maior registro de furtos e roubos de Cruz das Almas (BA) entre 2013 e 2017. Nessa praça estão localizadas a maior parte das lojas comerciais da cidade, a sede da prefeitura municipal, três dos quatro bancos da cidade, farmácias, casas lotéricas, entre outros.

Para as ocorrências de homicídios registradas, constatamos que os mesmos ocorrem em maior proporção em determinados bairros da cidade e que em alguns deles se repetem com o passar dos anos. Pudemos verificar também no Spring que alguns desses locais possuem pouca ou nenhuma infraestrutura pública, como escolas, postos de saúde, hospitais, creches, etc. Os bairros com maior número de ocorrências de homicídios registradas na polícia civil de Cruz das Almas (BA), no período entre 2013 e 2017, foram o Itapicuru com 19 ocorrências, seguido do Miradouro/Areal com 13 ocorrências e a Tabela/Tesoura com 08 ocorrências.

Cruz das Almas é uma cidade que continua crescendo a cada ano, por isso sempre haverá necessidade de um planejamento urbano no município. Isso quer dizer que a geoespacialização das ocorrências dos crimes registrados

na cidade deve continuar a fim de melhor planejar ações para diminuir e fazer prevenção, fazendo desta prática uma fonte de pesquisa acadêmica regular e periódica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. D. Homicídios por arma de fogo na grande regional recôncavo: uma análise do incremento dos CVLIs no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014. *Revista Formadores*, Cachoeira, v. 10, n. 3, p. 259, jun. 2017.

BEATO, C. (org.). *Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 219 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada*. 2. ed. Brasília: MS, 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

CÂMARA, G. Representação computacional de dados geográficos. In: CASANOVA, M. A. et al. *Bancos de dados geográficos*. Curitiba: MundoGeo, 2005. cap. 1, p. 1-44.

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da violência 2016*. Brasília, DF: Ipea, 2016. 55 p. (Nota Técnica, 17).

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA: FBSP, 2018.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades: Cruz das Almas*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LIMA, R. S. Para lamentar os nossos mortos. In: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016. São Paulo: FBSP, v. 10, 2016. 137 p. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2016. *Tabelas com a totalidade dos municípios*. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/tabelas2016/mapa2016_armas_UF.xlsx. Acesso em: 20 mar. 2017.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: prática de fichamento, resumos e resenhas*. 13. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SAMPAIO J. et al. Uma análise estatística dos indicadores de criminalidade em Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 161, p. 40-49, out./dez. 2008.

SILVA FILHO, A.; ZEBENDE, G. F.; ALVES, L. A. A. Modelagem estatística da criminalidade: o estado da arte. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 178, p. 52-61, jan./mar. 2013.

SOUZA, V. B.; SILVA FILHO, A.; TOLEDO, O. C. Indicador de criminalidade e violência (ICV): uma proposta para gestão pública da segurança. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 191, p. 36-47, jul./dez. 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Resultados do IPESE: 2014*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2403&Itemid=523. Acesso em: 20 nov. 2016.

WEISBURD, D.; MCEWEN, T. *Crime mapping and crime prevention*. New York: Criminal Justice Press, 1997. 424p. (Crime Prevention Studies, 8).



AS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E O SETOR SUCROENERGÉTICO

Geraldo Jose Ferraresi
de Araujo

Mestre em Administração de
Organizações, pela Universidade
de São Paulo (USP) e graduado em
Administração de Empresas, pela
Universidade de São Paulo (USP).
geraldoferraresi@gmail.com

Adhemar Ronquim Filho

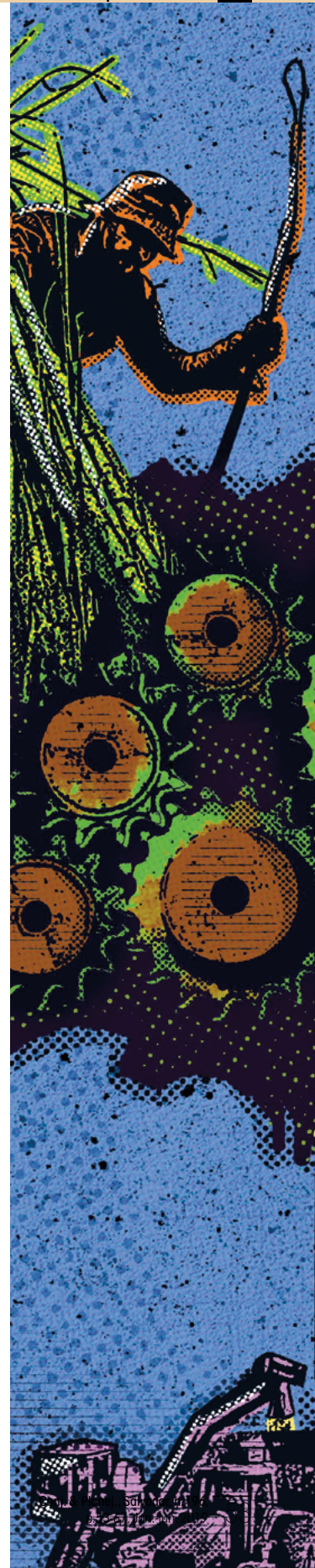
Mestre em Desenvolvimento Regional
e Meio Ambiente, pela Universidade de
Araraquara (UNIARA) e doutorando em
Administração de Organizações, pela
Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo (USP).

Procurador Municipal e professor de
graduação e pós-graduação em Direito
da UNIARA). aronquim@gmail.com

Nadia Maria Colin

Graduada em Direito pela
Universidade de Araraquara (UNIARA).
nadia_colin@hotmail.com

O DIREITO Administrativo, de acordo com Resurreição (2002) surgiu com a teoria da separação de poderes, desenvolvida por Montesquieu e acolhida pelos estados de direito. A tripartição do estado em executivo, legislativo e judiciário veio a ensinar a especialização das atividades do governo e dar independência aos órgãos incumbidos de realizá-las.



De acordo com Garcez (2013) o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, o maior produtor e exportador de açúcar e o segundo maior produtor de etanol do mundo

Podemos citar como uma das funções garantidas constitucionalmente a união, para Correia (2010) é a atuação no domínio econômico que tem por objetivo a interferência na ordem econômica do país, através de leis e atos normativos, em outros casos exercendo atividade empresarial (modo excepcional) e em outras circunstâncias dando incentivos fiscais e ou financeiros ao setor privado sempre com a finalidade de atingir o interesse público e o bem-estar social.

Sendo o setor sucroenergético de grande importância para a economia nacional, e, no cenário atual, ganhando o etanol relevância, devido ao seu potencial para substituir o petróleo, uma fonte não renovável e mais poluente. De acordo com Garcez (2013) o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, o maior produtor e exportador de açúcar e o segundo maior produtor de etanol do mundo. O setor sucroenergético, de acordo com Ramos e Nachiluk (2015), foi responsável por aproximadamente 2% do PIB nacional e por 31% do PIB da agricultura no Brasil em 2012, tendo empregado cerca de 4,5 milhões de pessoas. Com a produção de 590 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo que a região Centro-Sul é responsável por aproximadamente 90% dessa produção.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar movimentou, na safra 2013/2014, em torno de US\$ 107 bilhões, contribuindo com cerca de US\$ 8,5 bilhões de impostos. Além da comercialização de 14,54 bilhões de litros de etanol, e 11,13 milhões de toneladas de açúcar para o mercado interno, as exportações de etanol somaram US\$ 1,67 bilhão, e 26,63 milhões de toneladas de açúcar (NEVES; TROMBIM, 2014).

Por representar um segmento importante dentro do agronegócio e da indústria nacional, esse setor é vulnerável às influências das políticas econômicas governamentais do direito ambiental, a partir da regulação de sua expansão, através de suas normas e licenças e das tributações que incidem sobre o setor e mudam conforme o conteúdo e interesse do Estado que, pela Constituição Federal de 1988, pode intervir na economia alterando alíquotas e criando tributações para o setor, acrescentando desafios ao seu desenvolvimento.

Partindo dessas premissas, o objetivo do presente artigo é apontar as políticas governamentais direcionadas ao setor sucroenergético e os diplomas legais que fomentaram e fomentam o presente setor. Como objetivos específicos têm-se:

- Analisar a influência que o setor sucroenergético sofreu a partir dos vários dispositivos legais, como emendas constitucionais, leis e decretos;
- Analisar as consequências dessas intervenções para o setor;

- Identificar quais foram as intervenções de relevância para o setor sucroenergético e debater quais foram as consequências das intervenções públicas no setor sucroenergético.

Para a consecução dos objetivos, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa que:

Pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas. A pesquisa qualitativa encaixa-se como uma abordagem adequada à compreensão da natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999, p. 90).

Além disso, foi realizada a revisão bibliográfica nos principais artigos e dissertações relacionados com o diploma legal ligado ao setor sucroenergético, aonde o conteúdo extraído foi submetido à análise de discurso, que de acordo com Gregolin (1995, p. 18) “podemos observar as projeções da enunciação no enunciado; os recursos de persuasão utilizados para criar a “verdade” do texto (relação enunciador/enunciatário) e os temas e figuras utilizados”.

REVISÃO DA LITERATURA

ORIGEM E CICLO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO BRASIL

A cana-de-açúcar, originária da Nova Guiné, expandiu-se pelo continente asiático por volta do século III A.C. Foi com a chegada dos europeus à América e à Índia que começou uma nova etapa em seu desenvolvimento e produção em escala mundial (MOREIRA, 2007).

Para Góes, Marra e Silva (2008), a cana-de-açúcar está intrinsecamente ligada à história e ao desenvolvimento do país. A cana-de-açúcar foi uma das primeiras atividades econômicas a serem desenvolvidas no Brasil a partir de 1530, por Martin Afonso de Souza, com o início do processo colonial brasileiro.

De acordo com Regazzini e Bacha (2012), desde o início da colonização brasileira, a cana-de-açúcar é uma atividade de grande importância para a economia nacional, dado que desde os primeiros séculos de história, essa cultura se destinava basicamente à produção comercial em grande escala de açúcar para exportação Europeia. Para Prado Junior (1972), era o início

A cana-de-açúcar
foi uma das
primeiras atividades
econômicas a serem
desenvolvidas no
Brasil a partir de 1530,
por Martin Afonso
de Souza, com o
início do processo
colonial brasileiro

De acordo com Fausto (2012) de 1570 até 1670, foi o momento histórico de intensa produção e lucratividade do negócio açucareiro, porém, a partir de 1670, o valor e volume exportado sofreram quedas acentuadas, devido à concorrência holandesa nas Antilhas, e em 1760, no auge do ciclo do ouro, inicia-se uma fase de decadência da economia açucareira no Brasil

de um dos ciclos econômicos mais longos da história do Brasil, posicionando o país como principal fornecedor de açúcar na divisão internacional de trabalho, que vai do início da colonização até 1760, com destaque para as regiões da Bahia e de Pernambuco, onde estavam instalados os engenhos responsáveis pela produção e exportação de açúcar para Europa.

De acordo com Fausto (2012) de 1570 até 1670, foi o momento histórico de intensa produção e lucratividade do negócio açucareiro, porém, a partir de 1670, o valor e volume exportado sofreram quedas acentuadas, devido à concorrência holandesa nas Antilhas, e em 1760, no auge do ciclo do ouro, inicia-se uma fase de decadência da economia açucareira no Brasil.

A economia do açúcar durante o Brasil colônia se estruturou no chamado *plantation* com base em três elementos básicos: latifúndio, monocultura e trabalho escravo, logo, nasceram no Brasil a grande propriedade rural e a sociedade patriarcal onde os poderes político, econômico e social estavam concentrados nas mãos dos senhores de engenho. Além disso, o poder estava estratificado na aristocracia rural (senhores de engenho), homens livres (comerciantes e funcionários públicos) e escravos, grande parte da população do período (PRADO JUNIOR, 1972).

AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS NO SETOR SUCROENERGÉTICO

As primeiras intervenções no setor sucroenergético aconteceram com a criação de escolas imperiais de agricultura, na segunda metade do século XIX. De acordo com Câmara (2019), a Imperial Escola Agrícola da Bahia, criada por meio do Decreto nº 5.957, de 23 de junho de 1875, foi consequência de uma política iniciada em 1859 pelo Imperador D. Pedro II com a finalidade de se ensinar os princípios, de se ensaiar os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhor concorrer para aperfeiçoar o fabrico dos produtos agrícolas e de introduzir máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho e melhorem os processos até agora empregados.

De acordo com Torres (1926), o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, instituição que precedeu e possibilitou o surgimento da Imperial Escola Agrícola da Bahia em 1875, foi criado em 1859 junto a outros Imperiais Institutos de Agricultura como o Instituto de Agricultura Sergipano (Decreto nº 2.521 de 20/01/1860), o Instituto Pernambucano de Agricultura (Decreto nº 2.516 de 22/12/1859), o Instituto Fluminense de Agricultura (Decreto nº 2607 de 30/06/1860) e o Instituto Rio-Grandense de Agricultura (Decreto nº 2816 de 14/08/1861), somando-se às diversas experiências modernizadoras realizadas no país.

Nos anos 30, de acordo com Pinheiro (2015) foi criado o Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA), com Decreto n.º 22.789, esse instituto teve como função primordial de centralizar, controlar estoques, estabelecer contratos de exportação, conceder subsídios aos produtores e administrar o setor sucroenergético.

Em 20 de fevereiro de 1931, foi publicado o Decreto n.º 19.717, que obrigava a utilização de 5% de álcool na gasolina importada no Brasil, esse Decreto foi criado com objetivo de interferir na ordem econômica na época do Governo Vargas. Ainda reforçando esse decreto, acrescenta-se o Decreto n.º 737, de 23 de setembro de 1938, que vem na mesma vertente de tornar obrigatório a adição do álcool anidro à gasolina, medida que perdura até os dias atuais (SELANI, 2005).

Já o Decreto Lei n.º 3.855, de 27 de novembro de 1941, de acordo com Rico (2013), regulamentou, identificou e definiu os direitos e deveres dos fornecedores de cana-de-açúcar, considerando fornecedor todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, fornecia cana a uma mesma usina, diretamente ou interposta, durante três ou mais safras consecutivas. Além disso, estão compreendidos os parceiros, arrendatários, bem como os lavradores sujeitos ao risco agrícola e aos quais haja sido atribuída, a qualquer título, área privativa de lavoura, ainda que os respectivos fornecimentos sejam feitos por intermédio do proprietário, possuidor ou arrendatário principal do fundo agrícola. Já em 1942, ainda de acordo com Rico (2013) o Decreto Lei n.º 4.722 declara a Indústria Alcooleira de interesse nacional, estabelecendo padrões de mistura, intervenção econômica em nível nacional a partir da agricultura canavieira.

Dentre as intervenções governamentais no setor sucroenergético desde os anos 1930, a mais significativa foi a do Programa Nacional do Alcool, conhecido como Proálcool, que de acordo com Pissinato (2014) surgiu em meio à primeira crise do petróleo, nos anos 70, sucedeu que os países produtores de petróleo começaram a limitar as exportações de petróleo aos países consumidores. O Brasil importava cerca de 80% de sua necessidade de consumo, como resposta a essa crise no mercado internacional surge o Proálcool idealizado por José Walter Batista Vidal, físico e por Urbano Ernesto Stumpf, engenheiro urbano.

O Proálcool foi instituído pelo Decreto 76.593 de 14 de novembro de 1975, de acordo com Pinto (2011) com o objetivo de expandir a produção de cana-de-açúcar e a capacidade de processamento das usinas para a produção de etanol, combustível renovável para substituir a gasolina, derivado do petróleo.

Decreto Lei n.º 3.855,
de 27 de novembro
de 1941, de acordo
com Rico (2013),
regulamentou,
identificou e definiu
os direitos e deveres
dos fornecedores
de cana-de-açúcar,
considerando
fornecedor todo
o lavrador que,
cultivando terras
próprias ou alheias,
fornecia cana a
uma mesma usina,
diretamente ou
interposta, durante
três ou mais safras
consecutivas

O Programa Nacional do Álcool para Johnson (2010) teve êxito ao introduzir o álcool em substituição ao petróleo, ainda mais relevante foi a tecnologia desenvolvida através desse programa, possibilitando a introdução de novas variedades de cana desenvolvidas no Brasil e o aprimoramento do setor

Para que houvesse a implementação do Proálcool, houve captação de recursos financeiros internacionais através do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco Mundial, para ampliação das áreas plantadas com a matéria prima, a cana-de-açúcar, e as usinas receberam financiamentos para que pudessem investir em aparelhos. Isso foi até o chamado segundo choque do petróleo que ocorreu em 1979, decorrente de uma Revolução Islâmica no Irã que ocasionou a paralisação da produção de petróleo.

Em um segundo momento (1980 – 1985) o objetivo era a substituição parcial da gasolina pelo álcool para que houvesse um reequilíbrio nas contas do país. Ressalta-se que o Estado de São Paulo alcançou o patamar de principal centro sucroenergético do país e lançou uma política de incentivo no setor com a intenção de aumentar a produção de álcool (KOHLHEPP, 2010).

O objetivo do Proálcool foi atingido, introduzindo uma nova matriz energética no país. No ano de 1987, a produção de álcool atingiu um patamar de 12 bilhões de litros e em 1989, 60% da gasolina já havia sido substituída por álcool no Brasil, porém o aumento dos preços internacionais do açúcar, combinado com a queda do preço do barril no cenário internacional, acabou ocasionando uma crise de desabastecimento no mercado nacional (KOHLHEPP, 2010).

O Programa Nacional do Álcool para Johnson (2010) teve êxito ao introduzir o álcool em substituição ao petróleo, ainda mais relevante foi a tecnologia desenvolvida através desse programa, possibilitando a introdução de novas variedades de cana desenvolvidas no Brasil e o aprimoramento do setor, nota-se que o país usa um combustível renovável em larga escala que independe do mercado internacional. Por outro lado, existe a contratação de mão de obra que é maior do setor petroleiro e ainda se vislumbra parte ambiental com a redução de emissões de gases efeito estufa

Paralelamente ao Proálcool, de acordo com a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (2019) o IAAem 1971, elaborou e executou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar, também conhecido como PLANALSUCAR, com o objetivo de otimizar os rendimentos da cana de açúcar, tanto na lavoura quanto na indústria sucroenergética.

O PLANALSUCAR foi implantado progressivamente, por meio de Coordenadorias Regionais nos Estados de Alagoas em Rio Largo, São Paulo em Araras, Rio de Janeiro em Campos, Pernambuco em Carpina e Minas Gerais em Ponte Nova. Também se contava com Subestações Regionais nos Estados do

Paraná, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Paraíba, Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia (REDE INTERUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO, 2019).

Esse projeto direcionou esforços no sentido de levar a indústria da cana conhecimentos, produtos e serviços gerados pela pesquisa, que resultaram em considerável aumento da produtividade agroindustrial. Em menos de cinco anos esse órgão de pesquisa apresentava resultados altamente significativos para o setor canavieiro nacional, destacando: a modernização da mecanização agrícola e industrial; o controle biológico de pragas, com a produção da vespa *Cotesia flavipes* no controle da broca comum, a *Diatraea spp* e a produção do fungo *Methariziumanisopliae* no controle das cigarras *Mahanarva spp*; a recomendação de calagem e a adubação da cana-de-açúcar; a otimização de processos industriais na fabricação de açúcar e álcool e o estabelecimento de parâmetros para pagamento da cana pelo teor de sacarose (REDE INTERUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO, 2019).

Segundo Silva, (2011, p. 790) “a ordem econômica, segundo a Constituição, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios indicados no art. 170, princípios estes que, em essência, como dissemos, consubstanciam uma ordem capitalista”

A DESREGULAMENTAÇÃO DO SETOR NA DÉCADA DE 1990, CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SETORIAIS

O setor sucroenergético sofreu fortes intervenções, porém com a Constituição Federal de 1988, temos a chamada intervenção no domínio econômico, que é a forma do Estado interferir na economia. Segundo Silva (2011, p. 810): “O art. 174 declara que o Estado exercerá sua atividade de agente normativo e regulador, na forma da Lei.”.

O Estado pode intervir de maneira direta ou indireta na ordem econômica, a forma direta de intervenção é quando o próprio Estado atua na economia do país e a forma indireta de intervenção é quando o Estado faz insurgir o princípio da livre-concorrência com objetivo de evitar abusos, como a prática de cartéis.

A Constituição coloca o Estado em duas posições, uma como agente econômico e outra como agente disciplinador, que se tornam ferramentas para resguardar os princípios da ordem econômica. Ainda segundo Silva (2011, p. 790) “a ordem econômica, segundo a Constituição, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios indicados no art. 170, princípios estes que, em essência, como dissemos, consubstanciam uma ordem capitalista”.

A democratização que ocorreu a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, mudou o panorama, pois, reforçou o poder do Congresso

O processo de redemocratização trouxe mais transparências às políticas agrícolas, porém a crise econômica dos anos oitenta, também conhecida como a década perdida, decorrente do endividamentopúblico e do descontrole inflacionário, tornou escassos os créditos subsidiados ao setor, obrigando os interessados a procurar outros meios e indo em direção à liberação de mercado

Nacional e, de acordo com Adri (2010) passou a regular a intervenção do Estado diminuindo assim, sua intervenção na economia, dando novo viés à relação que existia entre o Estado e o setor privado.

O processo de redemocratização trouxe mais transparências às políticas agrícolas, porém a crise econômica dos anos oitenta, também conhecida como a década perdida, decorrente do endividamentopúblico e do descontrole inflacionário, tornou escassos os créditos subsidiados ao setor, obrigando os interessados a procurar outros meios e indo em direção à liberação de mercado.

Os novos rumos tomados em direção à liberação de mercado trouxeram severas mudanças ao setor sucroenergético, uma vez que, o Estado comandava todo o setor desde seu planejamento até a sua comercialização.

Com a desregulamentação e a inconsistência sobre o prosseguimento das políticas públicas que amparavam o setor, várias organizações setoriais começaram a surgir com o objetivo de defender um posicionamento para essa temática.

No Estado de São Paulo, de acordo com Cano (2016) foram criadas associações como a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, conhecida como UNICA, a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo (SOPRAL) e a Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Alcool (CEPAAL). Dessas entidades na região Centro-Sul destaca-se a UNICA que era a favor do livre mercado e apoiava a fase de transição sem regras e a CEPAAL que era a favor de adiar as novas medidas para regulamentar a comercialização do etanol.

No transcorrer do debate regulatório, em 1997, houve a criação do Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool (CIMA) que visava analisar e recomendar políticas destinadas ao setor sucroenergético e também almejava modificar o sistema descentralizado das decisões do setor. A composição do CIMA era da seguinte forma: dez ministros e seus respectivos secretários, um representante da Casa Civil da Presidência da república (GARCIA; LIMA; VIEIRA, 2015).

Para Barros e Moraes (2002) a criação do Comitê Consultivo do CIMA estava composto por seis representantes dos produtores de açúcar e etanol, quatro representantes dos fornecedores de cana-de-açúcar, quatro parlamentares da Câmara dos Deputados e dois senadores da República. A Câmara Técnica do CIMA era formada por especialistas, plantadores de cana e entidades da classe dos trabalhadores. As decisões do CIMA tinham o seguinte rito: 1 – a Câmara Técnica discutia e avaliava as questões e as

encaminhava ao Comitê; 2 – o Comitê Executivo, por sua vez, analisava e debatia com o Comitê Consultivo quando tinham uma posição e 3 – essa posição era transmitida ao CIMA que dava a última palavra sobre o assunto.

No que se refere especificamente a política de incentivo ao setor sucroenergético no estado da Bahia, este importa cerca de 70% de etanol e açúcar. Para reverter este quadro, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) criou o projeto de um complexo sucroalcooleiro cujo objetivo é tornar a Bahia autossuficiente na sua produção sucroenergética. Nos últimos 10 anos o setor teve investimentos de R\$ 500 milhões, gerou 6,4 mil empregos e a perspectiva é desse panorama crescer (BAHIA, 2019).

Ainda, de acordo com Bahia (2019):

A SDE tem atuado na prospecção e atração de investimentos no setor, em especial, na região do Médio São Francisco. “A implantação de um polo sucroalcooleiro será determinante para o desenvolvimento da região, com geração de empregos direto e indiretos, crescimento do IDH e estímulo da atividade econômica que vão efetivamente mudar a realidade do Médio São Francisco. A iniciativa visa incluir o estado nas estatísticas nacionais de produção de açúcar e álcool. Atendendo à demanda estadual dos produtos derivados da cana de açúcar, o polo vai elevar ainda a pauta de exportações do Estado”, afirma João Leão, vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico. O professor e pesquisador doutor Ademar Nogueira, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial da Universidade Federal da Bahia, é defensor da retomada do programa Proálcool. O Programa Nacional do Álcool foi criado em 14 de novembro de 1975, pelo decreto 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool para atender as necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. “Uma indústria sucroalcooleira é intensiva em mão de obra, levará industrialização para região, incentivará o desenvolvimento do ambiente tecnológico e vai estimular a economia do estado”.

QUADRO NORMATIVO NO SETOR SUCROENERGÉTICO E A CRISE DE 2008

Conforme percorrido nos capítulos dois e três do presente artigo, houve dois panoramas distintos da atuação do Estado no setor sucroenergético:

o da intervenção no setor iniciado na década de 1930 e o da desregulamentação do setor, iniciado na década de 1990, implicando adaptações.

Hoje o setor não possui nenhum mecanismo de regulação de preços nem subsídios à produção ou comercialização de seus produtos. Dado ao presente cenário de não intervenção governamental no setor, o açúcar brasileiro possui um dos menores custos no mundo.

A estratégia de liderança a baixo custo foi possível através do desenvolvimento tecnológico e ajudou a reduzir custos de produção. Os processos inovadores implementados incluem sistemas integrados de colheita e transporte, automação industrial, processos de separação e projetos de modificações genéticas, como forma de melhorar o desempenho do setor.

No cenário internacional, de acordo com Alves (2009) com destaque para o açúcar, o fato de não haver nenhum tipo de suporte de preço por políticas públicas, reforça a competitividade mediante um mercado de liberação de comércio. A importância dessa vantagem competitiva para o país é fundamental, na medida em que o agronegócio tem papel de destaque na composição do superávit da balança comercial nacional, para a geração de emprego e renda em toda cadeia produtiva sucroenergética e correlatas, como também na dinamização do comércio local e pagamento de tributos.

Todavia, o fator ambiental é fundamental para a consecução de altos ganhos de escala em produção de açúcar e etanol, uma vez que há implicações de ordem ambiental para a operacionalização das atividades do setor. Dentre os principais princípios do direito ambiental, com base em Moraes (2011), aqueles que se aplicam ao setor sucroenergético são os seguintes:

- Princípio do desenvolvimento sustentável: os recursos naturais utilizados na cadeia produtiva devem ser utilizados de forma consciente para que não comprometa os suprimentos das futuras gerações, respeitando assim as legislações pertinentes para cultivo da matéria-prima, transporte, processamento, resíduos e distribuição de açúcar e etanol;
- Princípio democrático: norteia o setor no sentido de mantê-lo em contato com a população e programar atividades que preservem a flora e a fauna, demonstrando preocupação socioambiental com o meio ambiente;
- Princípio do acesso equitativo: orienta o setor na minimização da degradação ambiental;
- Princípio da precaução e prevenção: refere-se à prevenção de riscos futuros ao meio ambiente causado por atividades potencialmente poluidoras a partir do Estudo de Impacto Ambiental (EIA);

- Princípio do equilíbrio: prioriza o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente;
- Princípio do limite: define qual fator é aceitável para atividades potencialmente poluidoras do setor, atribuindo aos órgãos estaduais tal tarefa;
- Princípio do poluidor pagador: responsabiliza com a reparação do dano, com base na Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, no qual o poluidor é compelido a empregar recursos para diminuir ou minimizar os danos causados ao meio ambiente;
- Princípio da obrigatoriedade da intervenção do poder público: preconiza que o Estado deve atuar em defesa do meio ambiente e garantir meios necessários e adequados para a proteção;
- Princípio da função socioambiental da propriedade: alvitra que o interesse coletivo prevaleça sobre o individual.

Além dos princípios norteadores do setor sucroenergético, é fundamental citar uma série de diplomas legais, que em razão de ser uma atividade potencialmente poluidora, são observados pelo setor, no tocante ao aspecto ambiental, ainda de acordo com Moraes (2011), os principais são:

- Constituição da República Federativa do Brasil: trata da questão ambiental em capítulo específico e tem diretrizes gerais sobre a necessidade de preservação do meio ambiente.
- Lei da Política Nacional do Meio Ambiente: de acordo com a Lei 6.938/81 o sucroenergético tem o dever de resguardar o direito ao meio ambiente equilibrado.
- Lei da Política Agrícola: a Lei 8.171/91 incentiva a produção agrícola e ao mesmo tempo promove a preservação do meio ambiente.
- Lei de Recursos Hídricos: a Lei 9.433/97 refere-se à proteção e preservação desse recurso natural;
- Lei de Crimes Ambientais: a Lei 9.605/98 esclarece o que são crimes ambientais;
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): dispostas na Resolução 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Estas resoluções norteiam o setor e devem ser cumpridas.

Embora o arcabouço legal também tenha como objetivo dar sustentabilidade ao processo produtivo do setor sucroenergético, o mesmo ligado aos instrumentais de produção mais limpa não conseguiu impedir os impactos da crise no setor. A crise financeira mundial em 2008, a consequente dificuldade de acesso ao crédito nos mercados internacionais e os investimentos internacionais no setor foram suspensos. A esse quadro somam-se problemas com a mecanização, longos períodos de estiagem, declínio de exportação e a queda no preço do açúcar nos mercados internacionais.

Dada a crise que se abateu sobre o setor sucroenergético, de acordo com Oliveira Filho (2013) se tornou interessante a compra de usinas em dificuldades financeiras por grupos estrangeiros

Além disso, houve um direcionamento estratégico por parte do governo federal em priorizar investimentos em fontes fósseis de energia, sobretudo na camada do pré-sal, em detrimento do setor sucroenergético. Outrossim, como medida de combate à inflação, o governo Rousseff (2011-2016) manteve artificialmente baixo o preço da gasolina, prejudicando a participação do etanol no mercado de combustíveis no país, como pode ser constatado, de acordo com Wilkinson (2015, p.4):

No governo Dilma, a prioridade foi dada ao controle da inflação e a Petrobras manteve o preço da gasolina baixo, tornando o etanol hidratado não competitivo na maior parte do Brasil. Os preços do etanol, em muitos casos, não mais cobriram os custos da produção, agravando o endividamento do setor. Cerca de 80 das mais de 300 usinas do país pararam de operar em 2014 e há mais de dez em vias de se somar a este número em 2015 (WILKINSON, 2015, p. 4).

Dada a crise que se abateu sobre o setor sucroenergético, de acordo com Oliveira Filho (2013) se tornou interessante a compra de usinas em dificuldades financeiras por grupos estrangeiros. Houve uma transição de 2005 em que havia um mercado dominado por competidores nacionais para um mercado de predominância global. A Cosan em parceria com a Shell criou a Raizen Energia, além de outras empresas como a LDV SEV que pertence ao Dreyfus, a Guarani dominada pela Tereos, empresa francesa e Bunge; hoje todas essas empresas são líderes de mercado.

Apesar do quadro supracitado, de acordo com Costa e Burnquist (2016) o setor no final de 2017 começou a se recuperar, após, a tributação da gasolina ser elevada, houve um salto nas vendas do etanol de 37% e em relação ao açúcar houve uma melhora no final de 2015 depois de passado o excesso de oferta no mundo. Essas mudanças beneficiaram o setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou identificar quais são as políticas públicas que influenciaram o setor sucroenergético e como foi a adaptação a essas políticas. O setor sucroenergético é um setor fundamental da economia brasileira que busca sobreviver em meio a vários diplomas legais que regem seu funcionamento. Para tanto, foram analisados vários artigos e livros que envolvem o setor sucroenergético, no aspecto econômico, ambiental, administrativo, tributário e constitucional entre diplomas esparsos.

As medidas de intervenção do governo para a expansão e desenvolvimento do setor sucroenergético foram de grande importância para impulsionarem o setor em questão de crescimento, porém, acabaram estimulando a ineficiência produtiva, na medida em que não havia incentivo ao uso de novas tecnologias para reduzir custos e o setor ficar mais competitivo.

Todos esses aspectos somados dão origem ao que o setor é atualmente. Conclui-se que as políticas públicas devem interferir o mínimo possível no setor para que não causem um desequilíbrio e que o governo deve investir em infraestrutura para desenvolvimento do setor sucroenergético, dando suporte para seu desenvolvimento e toda economia nacional, como faz atualmente o governo do Estado da Bahia. Nesse sentido o artigo congratula na consecução de seus objetivos gerais e específicos.

REFERÊNCIAS

ADRI, R. P. *O planejamento da atividade econômica como dever do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ALVES, F. O Programa Garantia-Safra no Semiárido brasileiro. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2009. p. 281-302.

BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. *Complexo sucroalcooleiro projeta tornar Bahia autossuficiente em etanol e açúcar*. Salvador, 16 maio 2019. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2019/05/149010/Complexo-sucroalcooleiro-projeta-tornar-Bahia-autossuficiente-em-etanol-e-acucar.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARROS, G. S.; MORAES, M. A. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 2, abr./jun. 2002. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/86-9.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CÂMARA, B. P. *Imperial Escola Agrícola da Bahia*. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escagba.htm#topo>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CANO, A. *Formas plurais de governança das transações de suprimento de cana de açúcar: estudo de quatro casos polares em unidades da agroindústria canaveira paulista*. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CORREIA, E. A. *A efetividade dos incentivos fiscais ambientais por meio de políticas públicas para a redução das desigualdades regionais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Marília, Marília, 2010.

COSTA, C. C.; BURNQUIST, H. L. Impactos do controle do preço da gasolina sobre o etanol biocombustível no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 1003-1028, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v46n4/0101-4161-ee-46-04-1003.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 14.ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

GARCÊZ, S. L. *Métodos de estimativa da evapotranspiração da cultura da cana de açúcar em condições de sequeiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

GARCIA, J. R.; LIMA, D. A.; VIEIRA, A. C. A nova configuração da estrutura produtiva do setor sucroenergéticobrasileiro: panorama e perspectivas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 162-185, jan./abr. 2015.

GOES, T.; MARRA, R.; SILVA, G. S. Setor sucroalcooleiro no Brasil: situação atual e perspectivas. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, n. 2, p. 39-51, 2008. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/125247/1/SetorsucroalcooleironoBrasil.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

GREGOLIN, M. R. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JOHNSON, E. C. *O etanol como alternativa energética e sua consolidação na política externa brasileira no governo Lula*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 223-253, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/17.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MORAES, R. J. *Setor sucroalcooleiro: regime jurídico ambiental das usinas de açúcar e álcool*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOREIRA, M. A. *Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação*. 3. ed. Viçosa: UFV, 2007. 320 p.

NEVES, M.F.; TROMBIN, V.G. (coord.). *A dimensão do setor sucroenergético: mapeamento e quantificação da safra 2013/2014*. Ribeirão Preto, SP: Markestrat, 2014. Disponível em: http://markestrat.com.br/upload/7847735477894e572d68daff25f31bb4-pub_20140611090607_mapeamento_quantificacao_safra2013141.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

OLIVEIRA FILHO, A. *As indústrias de bens de capital em Piracicaba/SP: novas perspectivas a partir dos biocombustíveis*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PINHEIRO, J. C. *Análise da dinâmica das áreas ocupadas pela cultura canavieira no Brasil entre 1990 e 2013: uma contribuição ao estudo do circuito espacial produtivo do setor sucroenergético*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PINTO, M. J. A. *Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético*. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

PISSINATO, B. *A cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo entre 1950 e 2010: evolução histórica da área e da produtividade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

PRADO JUNIOR, C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS, R. C., NACHILUK, K. *Diagnóstico do Setor Sucroenergético em 2014*. São Paulo. Instituto de Economia Agrícola, 2015.

REDE INTERUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO. *PLANALSUCAR*: o início. Disponível em: <https://www.ridesa.com.br/historia>. Acesso em: 20 jun. 2019.

REGAZZINI, L. C.; BACHA, C. J. A tributação no setor sucroenergético do estado de São Paulo: anos de 2000 e 2008. *Revista Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 50, n. 4, p. 801-818, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a12.pdf>. Acesso em: 9 out. 2016.

RESURREIÇÃO, V. C. L. *Estado de Direito, separação de poderes e controle de constitucionalidade da norma pelo administrador destinatário*. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

RICHARDSON, R. J. (org.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RICO, J. A. P. *Biocombustíveis, alimentos e petróleo: uma análise retrospectiva da experiência brasileira*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SELANI, R. A. *evolução da cana-de-açúcar no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

SILVA, J. A. *Curso de direito constitucional positivo*. 34.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

TORRES, A. E. M. *O ensino agrícola no Brasil (seu estado atual e a necessidade de sua reforma)*. Rio Grande do Sul: Imprensa Nacional, 1926.

WILKINSON, J. *O setor sucroalcooleiro brasileiro na atual conjuntura nacional e internacional*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2015.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO MUNICIPAL: ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE BLUMENAU, FLORIANÓPOLIS E JOINVILLE NO PERÍODO DE 2010 A 2018

Paulo Roberto de
Freitas Junior
Graduado em Nutrição, pela
Faculdade Metropolitana
de Blumenau (Fameblu/
UNIASSELVI) e graduando
em Administração, pela
Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).
jufreitasbnu@gmail.com

Roni Francisco Pichetti
Mestre em Desenvolvimento
Regional, pela Fundação
Universidade Regional de
Blumenau (FURB) e graduado
em Administração, pela
Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).
ronipichetti@hotmail.com

O TERMO desenvolvimento possui distintos significados, tendo em vista a sua utilização e difusão em diversos setores e atividades da sociedade. Para Büttgenbender (2017, p. 99) o desenvolvimento “pode ser entendido como um processo de evolução, de mudança de um objeto, pessoa ou situação específica em determinadas condições, não se restringindo ao termo apenas de crescimento”. Theis (2006), complementa ao dizer que o desenvolvimento se trata de um processo complexo que tem seu significado alterado com o tempo, desta forma depende de certo período histórico, assim como tem um lugar em dado espaço social e natural.



Neste sentido, cabe identificar os municípios que foram definidos como objetos de estudo, Blumenau, Florianópolis e Joinville, consideradas as três maiores cidades do estado de Santa Catarina

Ao se pensar em desenvolvimento, uma abordagem possível é aquela que alia o conceito apenas ao crescimento econômico. Esta interpretação deriva de um estilo de vida baseado no consumismo, orientado ao consumo compulsivo. Para Bauman (2008), o consumismo envolve velocidade, excesso e desperdício. O atual crescimento irrestrito, preocupado apenas com o acúmulo de capital, além de ser desigual, não é viável em termos de recursos naturais, que são sua matéria-prima. Com a aparente hegemonia do modelo econômico vigente, cuja depredação ambiental é cada vez mais profunda, se torna essencial a utilização de conceitos alternativos. A partir da Declaração da Conferência das Nações Unidas no Ambiente Humano (NAÇÕES UNIDAS, 1972), ocorrida na cidade de Estocolmo, estabelece-se que a proteção do meio ambiente é fundamental e afeta tanto o desenvolvimento econômico quanto o bem-estar mundial (GOMES; SOUZA; TABOSA, 2015).

Tendo como objetivo principal a erradicação da pobreza mundial em todas as suas formas e dimensões, em setembro de 2015 se reuniram em Nova York 193 chefes de Estado e membros da Organização das Nações Unidas (ONU), para definir a Agenda 2030. Neste documento, foram elencados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais, os quais contam com metas para resolução de diversas questões nas dimensões econômica, social e ambiental. As metas e objetivos propostos são abrangentes e têm as pessoas como seu foco principal. Assim como visam dar continuidade aos trabalhos conquistados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, utilizados entre 2000 e 2015, e concluir os que não obtiveram êxito. A Agenda 2030 foi baseada no respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, em tratados internacionais de direitos humanos e na Declaração do Milênio (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Portanto, este documento influencia e tem aplicação mundial, mas também local e regional.

Neste sentido, cabe identificar os municípios que foram definidos como objetos de estudo, Blumenau, Florianópolis e Joinville, consideradas as três maiores cidades do estado de Santa Catarina. Cabe destacar que a escolha se deve primeiramente ao seu tamanho territorial, o que possibilita a comparação, como também por estarem localizadas em diferentes regiões do estado. Outro critério empregado para a escolha foi à viabilidade do estudo, por conta da disponibilidade de informações sobre os municípios, sendo que os indicadores levantados foram de escolha dos autores. Sendo assim, a seguinte pergunta de pesquisa foi elaborada: Qual a diferença entre os indicadores de desenvolvimento sustentável das cidades de Blumenau, Florianópolis e Joinville, referentes ao período entre 2010 e 2018?

CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A definição mais difundida e aceita mundialmente trata o Desenvolvimento Sustentável (DS) como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Para ser promovido, o DS depende de planejamento e do reconhecimento de que todos os recursos naturais existentes são finitos. Desta forma, para que se possam atender as necessidades futuras de maneira sustentável, é primordial que se resolvam os conflitos existentes, avançando assim para o uso eficaz dos recursos naturais (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995). O termo desenvolvimento é por vezes tratado como sinônimo de crescimento econômico, porém este segundo depende do consumo irrestrito dos recursos naturais e da crescente utilização de energia. O crescimento econômico, por si só, é insustentável, pois acarreta no esgotamento de recursos naturais, dos quais a humanidade depende de utilização para sua sobrevivência (WORLD WIDE FUND, 2018).

Existem diferentes abordagens e linhas de pensamento quanto à sustentabilidade e ao modo como ela deve ser analisada. Para Aumond (2012) “devemos trilhar a dimensão da sustentabilidade planetária, ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional”. Sachs (1993) pondera que ao planejar o desenvolvimento, devem ser consideradas cinco dimensões de sustentabilidade de forma simultânea: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Tendo como objetivo a criação de uma sociedade mais igualitária, que utilize conscientemente os recursos naturais, com melhor distribuição dos territórios, respeitando pluralidades culturais, sem deixar de lado a gestão eficiente de recursos econômicos. Afirmar ainda que para sair dos ciclos viciosos de pobreza e destruição ambiental e para realizar a transição para o desenvolvimento sustentável é preciso promover, por um longo período, o crescimento econômico das regiões mais pobres do mundo. O autor propõe ainda uma revisão dos padrões de consumo e de acumulação de bens dos povos residentes, nos denominados países de primeiro mundo.

As cinco dimensões para o planejamento do desenvolvimento sustentável levantadas por Sachs (1993) são detalhadas a seguir:

A definição mais difundida e aceita mundialmente trata o Desenvolvimento Sustentável (DS) como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46)

no ano 2000, 189 líderes mundiais se comprometeram com um pacto em favor da promoção da dignidade humana durante a realização da Cúpula do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York

- a. Sustentabilidade social: trata da consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento, onde o objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista mais igualdade na distribuição do “ter” e da renda, a fim de melhorar os direitos e as condições da população.
- b. Sustentabilidade econômica: trata da gestão e alocação mais eficiente dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica precisa ser avaliada em termos sociais ao invés de apenas por meio da lucratividade empresarial.
- c. Sustentabilidade ecológica: pode ser aumentada pela intensificação do uso de recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, para propósitos socialmente válidos. Bem como pela limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou prejudiciais ambientalmente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis.
- d. Sustentabilidade espacial: envolvida em uma configuração rural urbana mais equilibrada para uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase na concentração excessiva nas áreas metropolitanas e destruição de ecossistemas frágeis, por processos de colonização descontrolados; estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
- e. Sustentabilidade cultural: busca raízes dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, dando preferência a processos de mudança no seio da continuidade cultural e transformando o conceito normativo de eco desenvolvimento em soluções particulares, que respeitem cada ecossistema, cultura e local.

Nesse sentido, no ano 2000, 189 líderes mundiais se comprometeram com um pacto em favor da promoção da dignidade humana durante a realização da Cúpula do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O documento, chamado de Declaração do Milênio, previa como prioridade eliminar a extrema pobreza e a fome no planeta até o ano de 2015. Para isso, foram definidos oito objetivos, denominados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os quais previam metas específicas para o combate à fome, relacionadas às áreas da educação, igualdade de gênero, saúde e meio ambiente as quais foram acompanhadas por indicadores (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004).

Adiante, no ano de 2015, foram definidos os ODS, que de forma semelhante aos ODM, são um compromisso assumido pelos 193 países-membros da ONU. Os ODS's são compostos por 17 objetivos e 169 a serem atingidos até 2030. As ações continuam priorizando a erradicação

da pobreza, bem como a segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, energia, água e saneamento, redução das desigualdades, verificação dos padrões sustentáveis de produção e consumo, mudança do clima, sustentabilidade de cidades, ecossistemas terrestres, entre outros (ESTRATÉGIA ODS, 2018). Nesse sentido, se faz necessário mensurar esta forma de desenvolvimento, a fim de acompanhar sua efetividade. Com esse intuito, foram criados os indicadores de desenvolvimento sustentável.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os indicadores podem ser identificados como uma simplificação de informações sobre fenômenos complexos, sendo, portanto, uma versão mais acessível da realidade. Geralmente, utiliza-se de indicadores para acompanhar processos ambientais, sociais e econômicos e assim conhecer melhor a realidade de uma sociedade em determinado período de tempo (MARTINS, 2017). Para Januzzi (2001, p. 15) um indicador social é “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).” De acordo com Carvalho e Barcellos (2010), basta substituir o termo social por sustentabilidade da definição supracitada, para se ter uma boa definição de um indicador de sustentabilidade. Assim, utilizando-se de indicadores é possível observar mudanças em aspectos que estão sendo acompanhados e realizar análises a partir destas informações. Servem também como base para verificação da efetividade de políticas públicas.

No que se refere aos indicadores de sustentabilidade, que combinam a visão de desenvolvimento com igualdade social e equilíbrio ecológico, há a necessidade de uma abordagem integrada de todas estas dimensões. Assim, órgãos que trabalham com dados e estatísticas nacionais bem como internacionais vêm desenvolvendo sistemas de informações periódicas, alterando gradativamente indicadores tradicionais para indicadores mais amplos. Estes levam em conta o uso de recursos naturais e custos referentes à poluição, por exemplo. Órgãos vinculados à ONU têm construído diferentes estudos sobre indicadores ambientais e sua aplicação para a medição da qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Porém, é levantada uma contradição entre o que se planeja na atual lógica capitalista predominante e a disponibilidade de recursos naturais no planeta. O que difere dos princípios da sustentabilidade, no que se refere à imposição de limites na escala dos processos econômicos (MARTINS, 2017). A fim de auxiliar na compreensão dos indicadores levantados a respeito

dos municípios do estado de Santa Catarina que são objeto deste estudo, foram levantadas informações sobre sua história, formação e demografia, apresentadas em sequência.

ESTADO DE SANTA CATARINA

O estado apenas começou a ser povoado no ano de 1637, após a chegada dos bandeirantes, que se alocaram na futura capital, conhecida como Nossa Senhora do Desterro, e mais tarde nomeada de Florianópolis. Com o decorrer dos anos, em aproximadamente 1660 foi fundada a vila de Nossa Senhora da Graça, hoje cidade de São Francisco do Sul. Em seguida, mais alguns anos depois, em 1714, foram fundados o município de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, onde está situada a cidade de Laguna. Após o início da povoação e desenvolvimento das cidades, o estado de Santa Catarina, passou a ser o posto português mais avançado da América do Sul (SANTA CATARINA, 2019a). No ano de 1829 os imigrantes alemães chegaram às terras catarinenses, se instalaram em diversas localidades, criando muitas colônias. A primeira colônia europeia a ser fundada contou com aproximadamente 523 colonos vindos da Alemanha, e localizada em São Pedro de Alcântara (SANTA CATARINA, 2019b).

O estado de Santa Catarina está localizado geograficamente na região sul do Brasil, e possui uma população de aproximadamente seis milhões de habitantes. Sua área é de noventa e cinco quilômetros quadrados, e ocupa o vigésimo lugar em extensão territorial, O estado faz divisa com os estados de Rio Grande do Sul e Paraná, e faz fronteira com a República Argentina, Possui ainda uma extensão de quatrocentos e cinquenta quilômetros de litoral oceânico no Atlântico. A capital do estado é Florianópolis, sede do governo, e está localizada na Ilha de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2019b).

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

A região da cidade de Blumenau era habitada por índios *Xoklengse* pelos índios da tribo *Kaingangs*, conhecidos como Botocudos. Antes da fundação da então denominada Colônia Blumenau, nas margens do ribeirão Garcia e do rio Itajaí-Açú, já havia algumas famílias estabelecidas nesta região. No ano de 1850, o filósofo alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, obteve uma terra de duas léguas, aproximadamente 9,6 quilômetros, para estabelecer uma colônia agrícola, com os imigrantes europeus. Neste mesmo ano dezesseis colonos chegaram, ao que hoje é a cidade de Blumenau. Com o passar

dos anos, outros imigrantes começaram a chegar à colônia, atravessando o Oceano Atlântico, em veleiros e navios particulares (BLUMENAU, 2018a).

Blumenau está localizada geograficamente no nordeste do estado de Santa Catarina. Possui altitude de 21 (vinte e um) metros acima do nível do mar, e tem hoje uma área de aproximadamente 519 km² (quinhentos e dezenove quilômetros quadrados). Faz parte da Mesorregião do Vale do Itajaí formada por 53 (cinquenta e três) municípios, e da microrregião homogênea com 15 (quinze) municípios. A cidade é a terceira maior cidade do estado de Santa Catarina. O relevo é bastante acidentado, e devido a isso apresenta inúmeras diferenças de altitude no mesmo município. O clima é temperado quente, com ventos médios e uma temperatura média anual de 16° C a 27° C. A principal hidrografia é o Rio Itajaí-Açú (BLUMENAU, 2018b).

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis é conhecida nacionalmente como a “Ilha da Magia”, capital do estado de Santa Catarina, grande fluxo turístico nacional e internacional. Antes do povoamento, a ilha de Santa Catarina, recebia diversas visitas de navegadores que vinham se banhar e se refrescar, retirando-se do local após o merecido descanso. No ano de 1536, Ruy Coschera, argentino, passou pelo local, onde estabeleceu moradia. Gonzalo Mendoza, sobrinho de Dom Pedro de Mendoza, chegou à ilha por ordem deste; chegou para se abastecer de produtos alimentícios, visto que na ilha havia diversas plantações de frutas e demais produtos. A ilha antes da chegada de Ruy era povoada pelos índios Tupis-guaranis, que praticavam agricultura, pesca e cultivo de moluscos para sobrevivência. Os indícios de sua presença são encontrados em sítios arqueológicos, cujos registros datam de 4.800 a.C. (FLORIANÓPOLIS, 2018).

No ano de 1675, Francisco Dias Velho e sua família deram início ao povoamento da Ilha, com o nome de Nossa Senhora do Desterro, considerado o segundo núcleo povoado mais antigo do estado, e fazendo parte da vila de Laguna. No ano de 1726 Nossa Senhora do Desterro, foi elevada a categoria de Vila, onde se desmembrou da Vila de Laguna. No ano de 1737, a Vila começou a ser ocupada por militares, devido a sua posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a). Neste mesmo ano os militares iniciaram a construção das fortalezas necessárias para a defesa de seu território. Devido a esse acontecimento, a ocupação na ilha se intensificou, aumentando a produção agrícola da região, manufatura de algodão e linho (FLORIANÓPOLIS, 2018).

Em meados do ano de 1894, o município de Nossa Senhora do Desterro, mudou de nome, ficando conhecida até hoje como a cidade de Florianópolis. Essa mudança foi possível após a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto. O nome Florianópolis, foi em homenagem a este oficial. No início do século XX, a cidade passou por diversas mudanças, dando lugar à construção civil, considerada um dos suportes econômicos da região. Florianópolis hoje totaliza uma área de aproximadamente 675 km² (seiscentos e setenta e cinco quilômetros quadrados), compreendendo a ilha e uma parte do continente. Florianópolis é a segunda maior cidade do estado de Santa Catarina. As principais atividades econômicas da cidade são o comércio, o turismo e a informática, dentre outros. Dentre os pontos turísticos da capital, destacam-se as praias e o centro histórico (FLORIANÓPOLIS, 2018).

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Às margens do Rio Cachoeira, no ano de 1851, imigrantes alemães, desembarcaram em meio à mata virgem, para dar origem a Colônia Dona Francisca. Local pertencido à princesa Francisca Carolina, que recebeu a terra como dote após se casar com o príncipe François Ferdinand Phillipe Louis Marie (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b). Junto com esses imigrantes, vieram também pessoas da Suíça e Noruega. Essa chegada apenas foi possível após o príncipe ceder 8 (oito) léguas, aproximadamente 33 km (trinta e três quilômetros), para que a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, pudesse constituir a colônia. Esses imigrantes chegaram dois anos após a cessão de terra, e juntaram-se aos imigrantes portugueses e indígenas, que ali viviam (JOINVILLE, 2017).

No ano de 1858 a colônia Dona Francisca foi elevada a categoria de vila; passando a ser chamada de Vila Joinville e era subsidiada pela cidade de São Francisco do Sul. Em 1869, a Vila de Joinville desmembrou-se da cidade de São Francisco do Sul, e passando a ter sede distrital própria. Mas apenas no ano de 1877 a Vila Joinville passou a ser chamada de cidade de Joinville. Na década de 1880 surgiram as primeiras indústrias têxteis da cidade, e iniciou-se a evolução conjunta com a indústria metalúrgica. No início do Século XX, começou o efetivo desenvolvimento, onde foi inaugurada a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Neste mesmo período, surgiu a energia elétrica e o sistema de transporte coletivo municipal (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b).

Joinville está localizada na região norte do estado de Santa Catarina, sendo sede da microrregião nordeste do estado. Possui o título de maior cidade do estado de Santa Catarina, sendo também responsável por cerca de

20% das exposições e eventos do estado. Possui hoje uma área total de aproximadamente 1.124 km² (um mil cento e vinte e quatro quilômetros quadrados), somadas a área rural e urbana. O clima da região é do tipo úmido a superúmido, pois fica na vertente da Serra do Mar, onde é formada por um conjunto de bacias hidrográficas isoladas (JOINVILLE, 2017).

METODOLOGIA

Os métodos deixam claro quais técnicas metodológicas foram escolhidas como meios mais ajustados a fim de garantir a objetividade e a precisão do estudo (GIL, 2002). O presente trabalho trata-se de uma pesquisa básica, que segundo Gerhardt e Silveira(2009) tem por natureza gerar novos conhecimentos e conceitos, que sejam de cunho útil, sem obrigatoriedade de aplicabilidade prática. Em relação aos seus objetivos, classifica-se como pesquisa documental tendo em vista que compreende documentos relacionados aos indicadores de desenvolvimento sustentável das cidades de Blumenau, Florianópolis e Joinville, no período de 2010 a 2018. Relacionada à forma de abordagem, a pesquisa pode ser considerada quali-quantitativa: qualitativa, na medida em que percebe uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto de estudo; quantitativa, na necessidade de levantamento e análise de dados sobre as três cidades objeto de estudo. Nesse sentido, as “[...] ações quantitativas e qualitativas não se opõem. Ao contrário, complementam-se, pois, a realidade não abrangida por eles interage dinamicamente” (MINAYO, 2002, p. 22). Por se tratar de análise documental, não está sendo definida uma população ou amostra para aplicação de questionário ou entrevista.

O primeiro passo será a realização de pesquisa bibliográfica abrangendo livros, publicações científicas periódicas e utilizando o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS), de domínio da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), buscando abordagens convencionais e mais recentes sobre os temas de interesse do estudo. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é elaborada em materiais já publicados sobre o tema de estudo, embasado principalmente em livros e artigos científicos. A pesquisa engloba primordialmente documentos relacionados à história, economia, educação, meio ambiente dos municípios estudados, bem como sobre desenvolvimentos sustentáveis e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com intuito de resgatar os indicadores de desenvolvimento sustentável – educação, economia e meio ambiente – de Blumenau, Florianópolis e Joinville, no período de 2010 a 2018. A análise dos dados envolveu as dimensões ambiental, social, econômica e institucional sugeridas por Sachs (1993). Foi efetuado levantamento documental em sites governamentais e com respaldo oficial referente a dados sobre os ODS. De

acordo com Gil (2002), a análise documental é relativamente parecida com a pesquisa bibliográfica, o que as difere, é que na pesquisa documental se dispensa o tratamento analítico das fontes utilizadas.

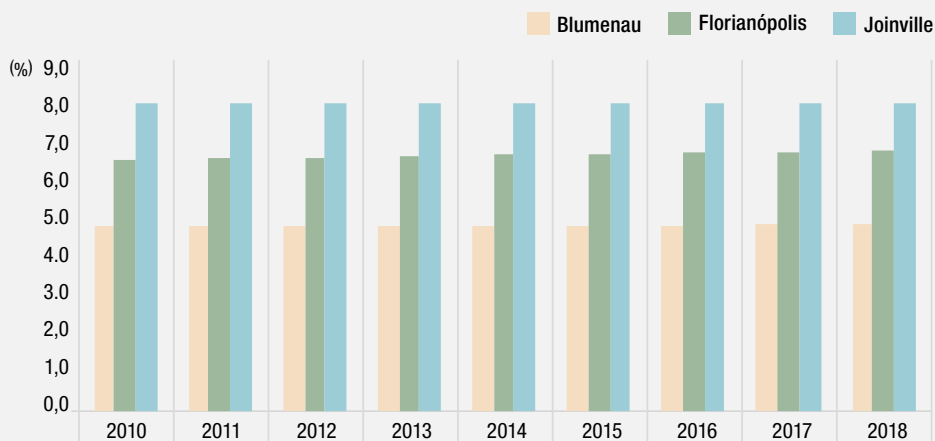
ANÁLISE DOS DADOS

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Para Sachs (1993) a sustentabilidade social trata da consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento, onde o objetivo é construir uma civilização do “ser”, na qual exista mais igualdade na distribuição do “ter” e da renda. Com o objetivo de melhorar os direitos e as condições da população e reduzir a distância entre os padrões de vida de ricos e pobres. Nesse sentido, inicialmente no gráfico 1 são apresentados os dados relativos à população total dos municípios pesquisados, em equivalência com a população total do estado.

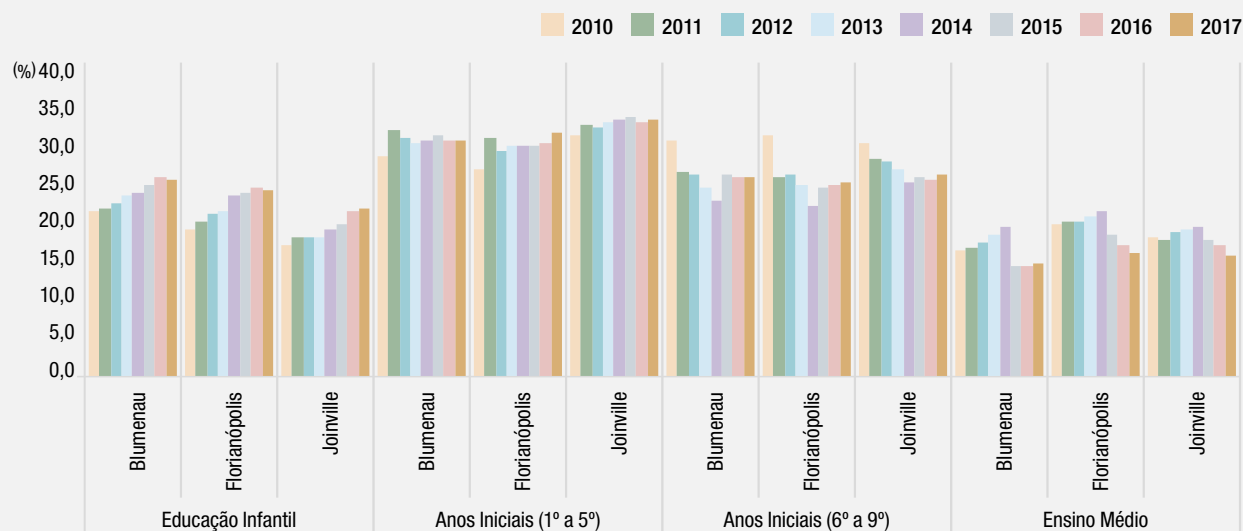
Constata-se que o município de Joinville é o mais populoso dentre os municípios pesquisados, seguido de Florianópolis e Blumenau, respectivamente. Ao longo do período pesquisado, não se percebem grandes alterações tanto em acréscimo quanto em diminuição populacional. Para facilitar a compreensão e a comparação entre os municípios, os indicadores seguintes são apresentados também na forma de percentual.

Gráfico 1
População total dos municípios em equivalência com a população total de Santa Catarina



Fonte: elaboração própria (2019).

Gráfico 2
Total de alunos matriculados por nível escolar



Fonte: elaboração própria (2019).

No gráfico 2, são retratados dados sobre a educação em seus diferentes níveis, desde a educação infantil até o ensino médio. Os números sobre a educação, disponíveis somente do período de 2010 a 2017, demonstram constante crescimento nos matriculados da educação infantil nos três municípios. No que se refere aos anos iniciais (do 1º ao 5º ano), houve também aumento, parecido entre ambas, porém o mesmo não foi constante. Quanto aos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), houve decréscimo em todos os casos, com destaque para o ano de 2014, que teve o menor número de matrículas. Posterior a este período as matrículas aumentaram gradativamente nos anos seguintes. Já sobre o ensino médio, observa-se que é o nível com menor número de matrículas em comparação aos demais, assim como o mesmo teve redução desde o ano de 2014, principalmente em Florianópolis e Joinville. Percebe-se que este menor número de matriculados pode ser vinculado à evasão escolar motivada pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

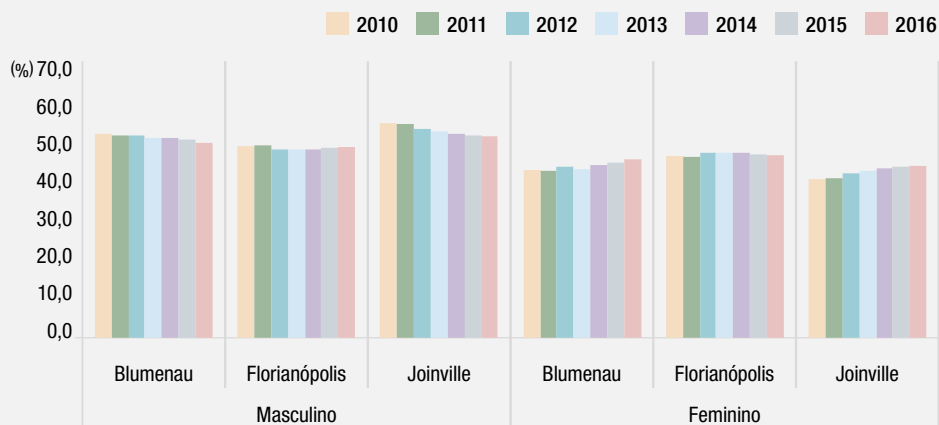
A sustentabilidade econômica é definida por Sachs (1993) como a que trata da gestão e alocação mais eficiente dos recursos por um fluxo regular do investimento público e privado. Sendo que a eficiência econômica precisa

ser avaliada em termos sociais em vez de apenas por meio da lucratividade empresarial. No sentido de que teoricamente a transição poderia ser encurtada pela redistribuição imediata da renda, mas evidências históricas demonstram a complexidade de soluções nesse sentido. Assim, a perspectiva é a de uma transição ao longo de várias décadas, em que a gestão da interdependência reduzirá gradativamente as atuais diferenças entre ricos e pobres, sejam países, regiões ou povos. Nessa perspectiva, são apresentados indicadores a respeito da quantidade de emprego de homens e mulheres, no período de 2010 a 2016, no gráfico 3.

Observa-se que do total de empregos formais do período estudado, o nível de emprego dos homens decaiu nos municípios de Blumenau e Joinville, enquanto que em Florianópolis se manteve constante. Já no caso das mulheres, consequentemente houve aumento na empregabilidade, também em Blumenau e Joinville. Assim como nos homens, Florianópolis permaneceu com pouca variação. Nesse contexto, os empregos no ano de 2016 eram ocupados: 52,24% por homens e 47,76% por mulheres em Blumenau, 51,11% por homens e 48,89% por mulheres em Florianópolis e 54,02% por homens e 45,98% por mulheres em Joinville. Os indicadores apresentam certo aumento no equilíbrio entre os empregos por gênero.

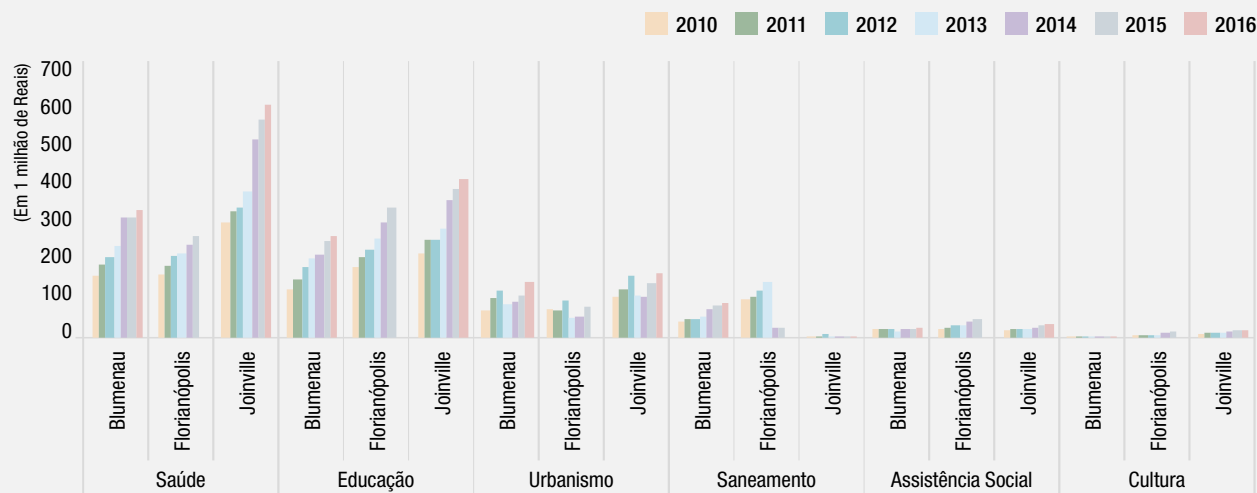
As despesas da administração pública municipal de cada um dos municípios pesquisados estão apresentadas no gráfico 4, divididas por função. Este indicador também é apresentado na base de dados pesquisados com informações atualizadas somente até o ano de 2016.

Gráfico 3
Quantidade de emprego por gênero (masculino e feminino)



Fonte: elaboração própria (2019).

Gráfico 4
Despesas municipais por função



Fonte: elaboração própria (2019).

Quanto aos gastos dos municípios em cada área, percebe-se que a educação e a saúde, respectivamente, necessitaram de maiores investimentos ao longo do período analisado, em constante crescimento. No que se refere ao município de Joinville, seus investimentos na área da saúde superaram os demais locais. A terceira área em ordem de despesas foi o urbanismo, seguida do saneamento. Evidencia-se que Florianópolis e Blumenau possuem indicadores muito superiores aos de Joinville na questão do saneamento. Enquanto que na assistência social e na cultura, entende-se que os investimentos são baixos, se comparados aos demais, nos três municípios. O que leva a crer que estas duas áreas têm recebido menor relevância na definição das prioridades dos governos dos municípios pesquisados.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

A sustentabilidade ecológica, no entendimento de Sachs (1993), pode ser aumentada pela intensificação do uso de recursos potenciais dos vários ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, para propósitos socialmente válidos. Outro exemplo seria a limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou prejudiciais ambientalmente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis ou abundantes e ambientalmente inofensivos entre outras iniciativas. Ainda para o autor, uma das características mais importantes de nossa época é a exploração urbana sem precedentes.

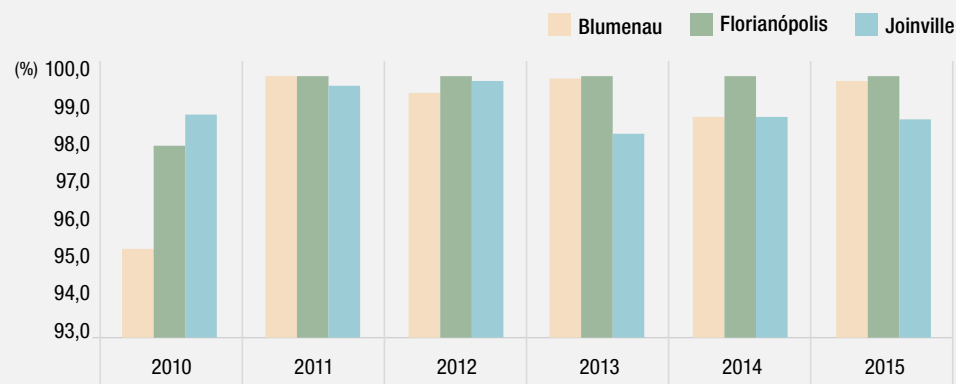
Os pobres urbanos são as principais vítimas da destruição ambiental, pois são expostos tanto à poluição da pobreza quanto àquela que se origina dos estilos de vida das elites urbanas consumistas.

Sachs (1993) ressalta que as cidades são ecossistemas e representam muitos recursos que podem ser latentes, subutilizados ou mal utilizados. Cita como exemplo o lixo reciclável, que possui potencial para conservação de energia e água, atividades que podem representar fonte de empregos e um meio de melhorar as condições ambientais. O autor entende que a resposta ao desafio urbano deve considerar a diversidade dos problemas como um valor cultural de fundamental importância. No sentido que as estratégias para um desenvolvimento urbano sustentável não podem ser impostas de cima para baixo, mais sim devem ter participação popular e políticas públicas de capacitação. Assim como a troca de experiências entre as cidades e os estudos comparativos devem desempenhar um papel importante nas políticas de cooperação, tanto nacionais quanto internacionais.

Em continuidade à apresentação dos indicadores resgatados na pesquisa, o primeiro dado resgatado sobre a dimensão da sustentabilidade ecológica, trata da população atendida com o abastecimento de água, no gráfico 5. O mesmo possui a relação percentual do período de 2010 a 2015, disponibilizada no SIDEMS.

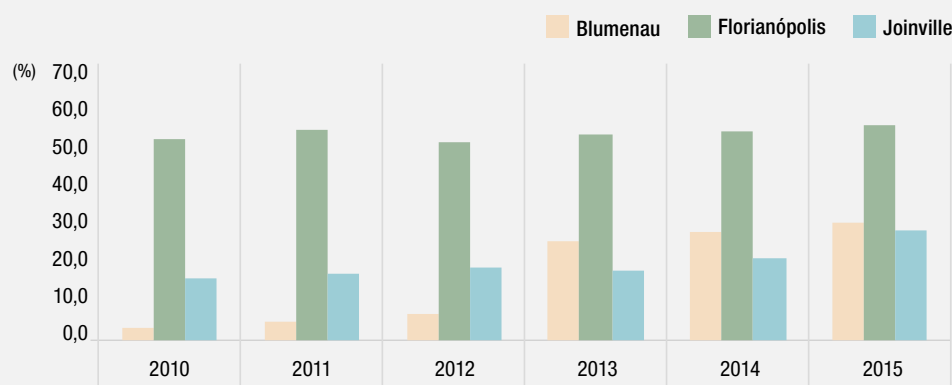
Observa-se que Florianópolis possui 100% da população atendida com o abastecimento de água desde 2011, enquanto que Blumenau e Joinville

Gráfico 5
População atendida com o abastecimento de água



Fonte: elaboração própria (2019).

Gráfico 6
População atendida com esgotamento sanitário



Fonte: elaboração própria (2019).

ainda estão se aproximando deste número. O que pode ser relacionado à taxa de população urbana de cada município, que de acordo com o SIDEMS (SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL, 2018), em 2010 era de 96,62% em Joinville, 96,21% em Florianópolis e 95,39% em Blumenau. De forma semelhante, no gráfico 6, é apresentada a população atendida por esgotamento sanitário.

Neste caso, Florianópolis é o município com maior parte da população atendida por esgotamento sanitário, e com base nos dados de 2015 é seguida de Blumenau e Joinville. Esta informação é confirmada no gráfico 6, onde é detalhado o volume de esgoto tratado. Apesar de o volume ser maior em Joinville, de acordo com o gráfico 6 o município de Blumenau consegue atender um percentual maior de habitantes com o serviço de esgoto.

A sustentabilidade ecológica é vinculada à efetiva gestão e manutenção dos recursos naturais. Nesse contexto, Sachs (1993) traz à evidência o fato de que a Terra é finita e que o crescimento quantitativo ilimitado da produção material não pode se sustentar continuamente. Tanto em termos de fonte de matérias-primas quanto como depósito de resíduos que são produzidos pela humanidade. Mesmo a ideia de “desenvolvimento qualitativo” prevê um crescimento material aumentando a produtividade, mesmo que baseado em um uso mais eficiente e na reciclagem da energia e dos recursos naturais, também na redução de resíduos e poluentes. A crítica necessária é quanto à extensão deste crescimento: para onde crescer se não há mais para onde ir? O autor traz a tona que o crescimento ininterrupto se utiliza de padrões perdulários tanto na utilização de recursos quanto na eliminação dos resíduos.

Quanto aos municípios pesquisados, mesmo não tendo acesso a muitos dados sobre cada uma das áreas, principalmente a ecológica, entende-se que os mesmos estão no caminho certo. Primeiramente, sem registro de indicadores não há como avaliar possíveis avanços, então pelo menos existem dados disponíveis a toda a população, que podem ser verificados e cobrados por todos. Da mesma forma, percebe-se que duas áreas importantes, saúde e educação, vêm recebendo atenção especial nas despesas municipais. O que se deseja é que cada vez mais exista transparência nos gastos e nas ações públicas, para que haja coerência entre os discursos e as atividades realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo a realização de uma análise comparativa de indicadores relativos à educação, economia e meio ambiente, os quais compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses das cidades de Blumenau, Florianópolis e Joinville entre os anos de 2010 a 2018. Nesse sentido, a questão norteadora da pesquisa preocupou-se em verificar a diferença entre os indicadores de desenvolvimento sustentável destas cidades, no período proposto. Sendo que para atingir o objetivo geral foram elencados como objetivos específicos: resgatar os indicadores relativos à educação, economia e meio ambiente, os quais mensuram o desenvolvimento sustentável dos municípios de Blumenau, Florianópolis e Joinville em um intervalo de 2010 a 2018; realizar análise do comportamento dos indicadores sobre educação, economia e meio ambiente destes municípios, enfatizando os aspectos qualitativos sob a perspectiva das cinco dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs; e apontar disparidades e semelhanças entre os indicadores das cidades pesquisadas.

Os dados resgatados neste estudo se referem as três maiores cidades do estado de Santa Catarina, Blumenau, Florianópolis e Joinville. Cabe destacar que a escolha se deve primeiramente por seu tamanho territorial, o que possibilita a comparação, como também por estarem localizadas em diferentes regiões do estado. Outro critério empregado para a escolha foi à viabilidade do estudo, por conta da disponibilidade de informações sobre estes municípios, sendo que os indicadores levantados foram de escolha dos autores. Blumenau está localizada geograficamente no nordeste do estado de Santa Catarina, capital regional do Vale do Rio Itajaí-Açú. E seu território ocupa uma área de aproximadamente 519 km² (quinhentos e dezenove quilômetros quadrados) (BLUMENAU, 2018a). Enquanto que a capital do estado, Florianópolis está localizada no litoral de Santa Catarina e conta com uma área de aproximadamente 675 km² (seiscentos e setenta

e cinco quilômetros quadrados) abrangendo a ilha e uma parte do continente (FLORIANÓPOLIS, 2018). Já a cidade de Joinville, a maior cidade do estado, possui uma área de 1.124 km² (um mil cento e vinte e quatro quilômetros quadrados), sendo localizado na região nordeste (JOINVILLE, 2017).

Dito isto, verificou-se nos dados resgatados, que o município de Joinville é o mais populoso dentre os municípios pesquisados, seguido por Florianópolis e Blumenau, respectivamente. Os números sobre a educação demonstram constante crescimento nos matriculados da educação infantil e inconstante aumento nos anos iniciais (do 1º ao 5º ano) do ensino fundamental, nos três municípios. A partir dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), até o ensino médio houve decréscimo em todos os casos. O que leva a crer que este menor número de matriculados pode ser relacionado à evasão escolar, motivada pela necessidade dos alunos com menos recursos financeiros ingressarem no mercado de trabalho.

Ao verificar os gastos dos municípios em cada grande área, percebe-se que a educação e a saúde, respectivamente, receberam maiores investimentos ao longo do período do estudo, em constante crescimento. No que se refere ao município de Joinville, seus investimentos na área da saúde superaram os dos demais locais. A terceira área em ordem de despesas foi o urbanismo, seguida do saneamento. Evidenciou-se que Florianópolis e Blumenau possuem indicadores superiores aos de Joinville na questão do saneamento, que se referem à quantidade de água e esgoto tratados.

Com os dados apresentados nesta pesquisa podem se subsidiar escolhas efetuadas pelos dirigentes das cidades pesquisadas, em termos de aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável. Assim, podem se gerar bases para a formulação de políticas públicas mais assertivas para o desenvolvimento municipal sustentável. Bem como, foi uma tentativa de construir conhecimentos que possam se tornar importantes para a sociedade. Na busca de um modelo de desenvolvimento que valorize a proteção ao meio ambiente, o direito a educação, sem deixar de se preocupar com a economia. Com ênfase na observação de diferentes informações e com a possibilidade de obtenção de resultados distintos de acordo com a dimensão analisada sob a perspectiva das cinco dimensões do desenvolvimento sustentável de Sachs. Assim como, poderá propiciar subsídios para novas pesquisas com este mesmo objeto de estudo. Como sugestões de trabalhos futuros, podemos elencar a comparação entre diferentes municípios do estado, ou até mesmo regiões, utilizando a mesma base de dados empregada neste estudo. Da mesma forma, se pode fazer uso de outras fontes de dados para possibilitar um estudo mais detalhado.

REFERÊNCIAS

- AUMOND, J. J. As perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: BENEVIDES, M.; VALDEZ, S. (org.). *Nós e a sustentabilidade*. Florianópolis: Relata, 2012.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BLUMENAU. Prefeitura. *História do município*. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>. Acesso em: 10 dez. 2018a.
- BLUMENAU. Prefeitura. *Dados geográficos*. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>. Acesso em: 10 dez. 2018b.
- BRUNDTLAND, G. H (org.). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. (org.). *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 58-60.
- CARVALHO, P.; BARCELLOS, F. Mensurando a sustentabilidade. In: MAY, P. (org.). *Economia do meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472p.
- ESTRATÉGIA ODS. *O que são os ODS?* Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura. *Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico: história*. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=historia&menu=5>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a distância). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, A. M.; SOUZA, C. M.; TABOSA, A. P. Ecodesenvolvimento como resposta a uma crise multidimensional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2015, Matinhos. *Anais [...]*. Paraná: UFPR Litoral, 2015. p. 143-147.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *História de Florianópolis*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/historico>. Acesso em: 20 dez. 2018a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *História de Joinville*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/historico>. Acesso em: 8 dez. 2018b.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: IPEA, 2004.
- JANUZZI, P. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- JOINVILLE. Prefeitura. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. *Joinville cidade em dados 2017*. Joinville: SEPUD, 2017. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARTINS, C. H. B. Indicadores ambientais. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. (org.). *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.p. 235-238.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

NAÇÕES UNIDAS (Suécia). *Declaração da Conferência das Nações Unidas no Ambiente Humano*. Estocolmo: ONU, 1972. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc. Acesso em: 10 mar. 2018.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTA CATARINA. Governador (2018 -: Carlos Moisés da Silva). *Com alto potencial econômico SC está entre os melhores estados do Brasil*. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conhecasc>. Acesso em: 25 fev. 2019a.

SANTA CATARINA. Governador (2018 -: Carlos Moisés da Silva). *Você sabia que SC tem uma "Baía dos Perdidos"? Confira algumas curiosidades sobre o nosso estado*. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em: 20 fev. 2019b.

SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL. Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS). Florianópolis: SIDEMS, 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/index/index/ano/2018>. Acesso em: 10 dez. 2018.

THEIS, I. M. Desenvolvimento, meio ambiente, território: qual sustentabilidade? *Desenvolvimento em questão*, Ijuí, v. 4, n. 8, p. 13-34, jul./dez. 2006.

WORLD WIDE FUND (Brasil). *O que é o desenvolvimento sustentável?* Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 15 abr. 2018.



Rafael Lucchesi
Economista, é diretor-geral do Serviço
Nacional de Aprendizagem Industrial
(SENAI), diretor-superintendente do SESI
e diretor de Educação e Tecnologia
da CNI. É também conselheiro do
Conselho Nacional de Educação (CNE).

O FUTURO DO TRABALHO E OPORTUNIDADES COM A INDÚSTRIA 4.0

Estamos vivendo o início de uma nova era em que um conjunto de novas tecnologias, baseadas em novas rotas tecnológicas como big data, internet das coisas, produção integrada e conectada, manufatura avançada, indústria aditiva e inteligência artificial, mudará tudo ao nosso redor. O mercado de trabalho também será reformulado.

Diante desse cenário, são muitas as adaptações necessárias para que empresas e trabalhadores sejam bem-sucedidos. Independentemente do que seja possível prever, uma coisa é certa: todas as ocupações humanas vão ser fortemente impactadas por essas transformações e empregados e empregadores devem estar preparados para um aprendizado contínuo.

Historicamente, as transformações disruptivas sempre criaram o temor da perda de empregos para máquinas, mas o progresso tecnológico e a automação não fizeram o ofício humano obsoleto, apenas o modificaram. A exigência, que já ocorre, desde as primeiras revoluções industriais há mais de 200 anos, é de aumento do capital humano, de qualificação, de produtividade, de geração de riqueza e melhoria do bem-estar.

Ainda que o futuro seja incerto, duas grandes tendências nos dão pistas sobre os desafios que teremos. A primeira diz respeito ao encerramento do bônus demográfico, com uma redução da quantidade de trabalhadores que entram no mercado de trabalho em relação aos que o deixam. Isso impõe um entrave para o crescimento pelo

simples fato de que não será mais possível crescer simplesmente empregando mais pessoas. Ou seja, para crescer será preciso produzir mais com menos. Mais ainda, com as mudanças no sistema previdenciário e o envelhecimento da população, é fato que a idade média dos trabalhadores seguirá aumentando.

A segunda tendência crítica reside sobre os avanços tecnológicos e a automação do sistema produtivo. Por um lado, isso significa um aumento da demanda por profissionais capazes de lidar com a dinâmica de uma economia mais atrelada à tecnologia, ao mesmo tempo que ocupações repetitivas e rotineiras tendem a ser substituídas por robôs.

O que essas duas tendências nos dizem é que os trabalhadores passarão mais tempo no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que precisarão manter um aprendizado contínuo para suprir as lacunas de habilidades que surgem com o progresso tecnológico.

Uma contradição que surge nesse contexto é que apesar da alta taxa de desemprego, observada no Brasil recentemente, 34% dos empregadores reportam dificuldade em contratar pessoas adequadas para as vagas que são abertas por não encontrarem candidatos com as habilidades requeridas para o cargo, segundo dados do MangroupPower.

O problema é que as mudanças ocorrem a uma velocidade superior à capacidade de preparar profissionais para os novos desafios do mercado de trabalho. Na prática, isso significa que as novas tecnologias demandam habilidades específicas que ainda não são ensinadas no sistema de ensino tradicional. Mais do que isso, não há mais tempo para esperar formar uma nova geração de profissionais que tenham essas características.

Não significa que a formação tradicional deixou de ser importante, mas no que pese a formação tradicional, precisamos de uma nova escola, que respire e dialogue com a inovação. Os países desenvolvidos que já chegaram no nível de excelência estão indo na direção do STEAM (sigla de Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, em inglês). Ou seja, passar para uma educação mais criativa, que dialoga com as formas de geração de riqueza do futuro.

Para além da formação tradicional, o ponto é que deverá haver uma complementação contínua para que o trabalhador desenvolva novas competências. Para se ter uma ideia, estudo do Fórum Econômico Mundial mostra que em grandes empresas, quase metade dos empregados deve passar por algum treinamento todos os anos, seja no próprio ambiente de trabalho, seja em instituições de educação profissional.

Somente na indústria, estima-se que anualmente 1,6 milhão de empregados deve passar por algum aperfeiçoamento profissional até 2023, em resposta às mudanças trazidas pela indústria 4.0 e à pressão pelo aumento da produtividade e da competitividade, de acordo com as projeções do Mapa do Trabalho Industrial preparado pelo SENAI.

Trabalhadores qualificados são capazes de utilizar e interpretar as novas tecnologias, antecipar tendências e propor produtos e processos mais eficientes. Países desenvolvidos estão investindo fortemente na agenda de educação profissional devido à 4ª revolução industrial.

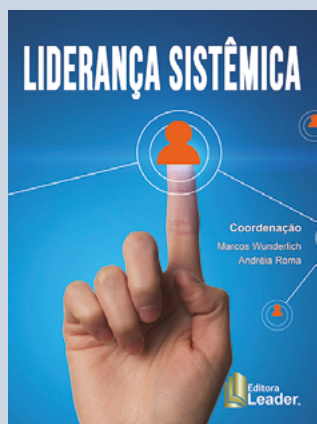
Em termos de política pública, dois grandes campos de atuação são percebidos nesse cenário. De um lado, a requalificação de trabalhadores que estão em ocupações que estão perdendo espaço por conta do processo de automação, preparando-os para outras atividades e garantindo a manutenção de sua empregabilidade.

Por outro lado, todos os trabalhadores devem passar por aperfeiçoamento contínuo para adquirir e desenvolver novos conhecimentos e habilidades, o que traz ganhos de produtividade e ainda fortalece a empregabilidade.

Em que pese o cenário desafiador de transformação na dimensão trabalho, novas oportunidades surgirão nesse contexto. A demanda por trabalho mais qualificado tende a aumentar, de modo que profissões mais analíticas e interativas não rotineiras ficarão mais em evidência. Em um mundo em que as máquinas dividem espaço com as pessoas, o diferencial do trabalhador incidirá sobre habilidades como pesquisar, analisar, avaliar, planejar, elaborar regras e prescrições, interpretar, negociar, coordenar, organizar, ensinar. Ou seja, o trabalhador do futuro será aquele que fará o diferente, o inovador, o dinâmico.

A educação profissional é um dos pilares da inovação e do aumento da produtividade na indústria brasileira para o crescimento da economia.

Diante dessa realidade, o Brasil tem mais uma chance de recuperar seu atraso, dando saltos de produtividade e competitividade, investindo em uma força de trabalho mais preparada para os desafios do futuro. É um caminho possível para aproveitar a janela de oportunidade, trazida pelo avanço tecnológico e a educação profissional contínua.



LIDERANÇA SISTÊMICA

Marcos Wunderlich e Andréia Roma (Coord.)

Entre outros objetivos, este livro busca ampliar a visão dos leitores a respeito do que nos dias atuais se entende por ser líder, dá a conhecer os recursos necessários para alcançar os resultados almejados nessa conquista, junto com uma equipe que se torna parceira diante dos desafios e tarefas no dia a dia dentro do ambiente organizacional.

Marcos Wunderlich e Renato Klein descrevem no capítulo de abertura o que se entende por Liderança Sistemática e em que consiste a capacidade de conduzir e obter resultados no mundo disruptivo, cada vez mais complexo. Os autores entendem que a Liderança Sistemática pode se tornar o caminho para criar o ambiente inovador passível de impactar não só as empresas, mas também a sociedade na qual se inserem.

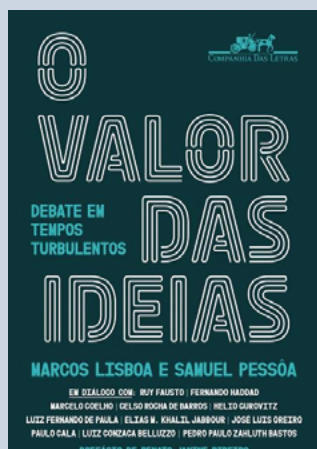


SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

Lília M. Schwarcz

Neste livro a autora analisa o processo da construção narrativa sobre o Brasil, narrativa esta que acabou por suavizar e de alguma forma ocultar uma realidade muito distante daquela herdada pela perversa escravidão e as lógicas de dominação do sistema colonial.

Ao investigar esses subterrâneos da história do país — e suas permanências até os dias atuais — a autora deixa expostas as raízes do autoritarismo no Brasil, favorecendo o entendimento sobre por que fomos e continuamos a ser uma nação muito mais excludente que inclusiva. Schwarcz mostra também o longo caminho que temos pela frente na elaboração de uma agenda mais justa e igualitária.



O VALOR DAS IDEIAS – DEBATE EM TEMPOS TURBULENTOS

Vários Autores – Companhia das Letras

Os economistas Marcos Lisboa, presidente do Insper e ex-secretário de política econômica do governo Lula, e Samuel Pessôa, professor da FGV, estabelecem um prolífico diálogo com outros intelectuais na imprensa brasileira ao abordar temas incontornáveis da agenda política e econômica.

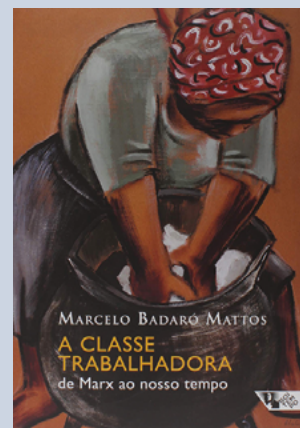
O livro reconstitui quatro dessas conversas e oferece ao leitor uma discussão plural de alto nível sobre os rumos da esquerda, o balanço dos mandatos do PT e do PSDB, a crise da democracia e as controvérsias das escolas econômicas que regeram os últimos governos. Muito mais do que esmiuçar as diferenças entre direita e esquerda ou entre o desenvolvimentismo e o liberalismo econômico, esta coletânea é exemplo singular de um debate respeitoso em tempos de polarização.

A CLASSE TRABALHADORA: DE MARX AO NOSSO TEMPO

Marcelo Badaró

O autor combina uma síntese da elaboração de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora com o debate sobre o perfil atual do proletariado no Brasil e no mundo.

Para tanto, a obra começa pela síntese das principais contribuições desses dois clássicos (e, de forma complementar, de autores marxistas do século XX), a fim de favorecer a compreensão de categorias como: classes sociais, luta de classes e classe trabalhadora, mostrando como elas permanecem pertinentes na compreensão do mundo atual. Uma vez feita a síntese, são apresentados alguns exercícios de diálogo entre as discussões de Marx e dos marxistas sobre a classe trabalhadora, ademais dos elementos empíricos e da real situação da classe trabalhadora nos dias que correm.



DIREITO E ECONOMIA: DIÁLOGOS

Antônio José M. Porto, Armando Castelar Pinheiro e Patrícia Regina Pinheiro Sampaio (Org.)

Os autores evidenciam a forma como as relações entre o direito e a economia se estreitaram a partir do maior reconhecimento das suas interdependências, tanto em termos de o desempenho econômico depender de normas jurídicas bem desenhadas e aplicadas como de a teoria econômica poder contribuir para a boa formulação e a boa aplicação das normas jurídicas.

Por sua vez, as relações entre os agentes econômicos se tornaram mais impessoais e mais frequentes, conforme se aprofundaram os processos de integração produtiva e financeira e a especialização de empresas, trabalhadores e até países.

O livro busca promover a construção de um conhecimento informado acerca dos incentivos econômicos e das consequências decorrentes da atuação legislativa, executiva e jurisdicional em temas centrais para o funcionamento de uma economia de mercado, em que indivíduos, sociedades e Estado se envolvem em diversas transações e diversos mercados.



ECONOMIA DONUT – UMA ALTERNATIVA AO CRESCIMENTO A QUALQUER CUSTO

Kate Raworth

Kate Raworth propõe um modelo econômico instigante e original para responder aos desafios do século XXI, os quais consistem em: crise financeira permanente, desigualdade na distribuição de renda e pressões sobre o meio ambiente que expõem a falência do sistema econômico vigente.

Analisa-se sete pontos críticos da economia dominante que nos trouxe à ruína – do propagandeado mito do “homem econômico racional” à obsessão pelo crescimento ilimitado a qualquer custo –, a autora propõe uma mudança de paradigma, a Economia Donut. Com esse modelo as necessidades de todos serão satisfeitas sem esgotar os recursos do planeta. Para ilustrar esse ponto de equilíbrio, a autora desenhou o icônico gráfico similar a um “donut” – a clássica rosquinha.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

Apesar do crescimento registrado nas principais atividades econômicas entre janeiro e maio de 2019, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, não será suficiente para uma possível retomada do crescimento no PIB da Bahia no 1º semestre de 2019.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro a maio de 2019, ampliação de apenas 0,1%, comparada com o mesmo período do ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, oito contribuíram positivamente no período, com destaque para Metalurgia, que se expandiu em 34,0%, Minerais não metálicos (26,0%), Bebidas (20,3%), Borracha e material plástico (7,6%), Extrativa mineral (5,5%) e Produtos alimentícios (2,3%). Negativamente, destacou-se o segmento Produtos químicos (-12,2%), impactado, principalmente, pela menor fabricação de amoníaco, ureia, etileno não-saturado e princípios ativos para herbicidas. Vale citar os recuos em Derivados de petróleo (-3,8%), Celulose, papel e produtos de papel (-7,1%) e Veículos (-2,0%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro a maio de 2019, crescimento de 1,6%, em relação ao mesmo período de 2018. As principais contribuições positivas vieram de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (7,8%), Móveis e eletrodomésticos (4,2%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (2,9%), e Tecidos, vestuário e calçados (2,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram: Livros, jornais, revistas e papelaria (-51,6%), Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (-26,7%), Combustíveis e lubrificantes (-0,9%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE, o volume de serviços entre janeiro a maio de 2019, ampliou 0,8% em relação ao mesmo período de 2018. Nesta análise, por ordem de magnitude, Serviços profissionais, administrativos e complementares (3,5%), foi a atividade que apontou para a mais

expressiva variação positiva, seguida por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (3,4%), assim como Serviços prestados às famílias (1,1%). Em sentido oposto, apenas a atividade Serviços de informação e comunicação (-4,8%) exibiu retração nessa análise.

No mesmo período, a balança comercial registrou déficit entre janeiro a maio de 2019, em relação ao mesmo período de 2018. As exportações tiveram ampliação de 2,5%, e as importações de 22,3%, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre os segmentos que exerceram pressões significativas para o resultado do indicador no acumulado no ano, destacam-se: a diminuição nas vendas externas, Automotivo (-49,1%), Soja e Derivados (-17,7%), Papel e Celulose (-11,1%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho positivo foram: Metalúrgicos (56,0%), Petróleo e derivados (54,6%), Químicos e Petroquímicos (4,5%).

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou entre janeiro a maio de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, variação de 2,51%, revelando-se superior aos 1,84%, registrados no mesmo período de 2018. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para Artigos de residência (4,53%), Alimentos e bebidas (4,28%), Saúde e cuidados pessoais (3,49%), Despesas pessoais (2,69%), Habitação e encargos (2,59%), Transporte e comunicação (0,82%) e Vestuário (0,80%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em maio de 2019, fechou em 24,9% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em relação à distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, 64,0% foram alocados no setor de *Serviços*, 20,5% no *Comércio*, 7,0% na *Construção* e 6,7% na *Indústria de transformação*. Considerando as posições na ocupação, 87,7% foram alocados para os assalariados *com carteira assinada* e 12,3% para os ocupados *sem carteira assinada*. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados recuou 1,6% na variação do ano de 2019, em relação a 2018, até abril.

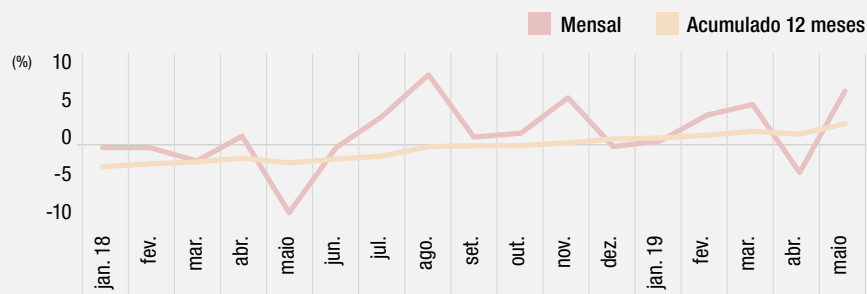
Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos dados apurados entre janeiro a maio de 2019.

Gráfico 1 – O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 7,2% em maio de 2019, na comparação com o mesmo mês de 2018. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram: ônibus urbanos (7,8%), Carga portuária (41,9%) e Combustível (8,2%). No acumulado de 12 meses, o indicador apontou expansão de 2,8%.

Gráfico 2 – O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou inflação de 0,21% em maio de 2019. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente pela SEI, 155 registraram alta nos preços, 70 não tiveram alterações, e 150 exibiram decréscimos. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências positivas na formação do índice, destacam-se: Anti-inflamatório e antirreumático (16,04%), Cerveja fora do domicílio (9,64%), Móvel para sala (11,10%), Plano de saúde (2,46%) e Empregado doméstico (4,75%).

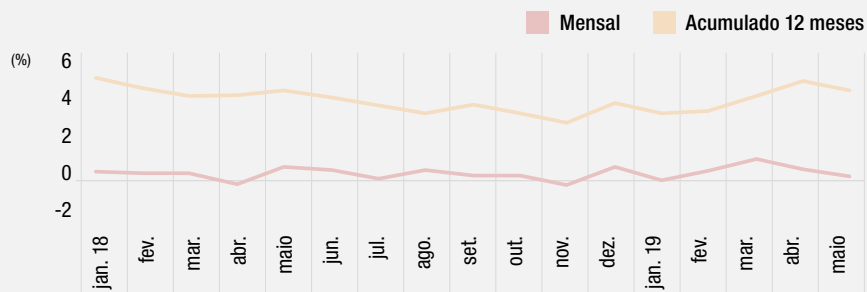
Gráfico 3 – Saúde e cuidados pessoais (2,64%) e Alimentos e bebidas (0,70%) foram os grupos que mais contribuíram para a inflação em Salvador no mês de maio de 2019. No primeiro grupo, os itens que puxaram os preços para cima foram: esmalte, base e acetona (16,85%), anti-inflamatório e antirreumático (16,04%), bronco dilatador (12,19%) e anti-concepcionais (11,75%). Já no grupo Alimentos e bebidas houve acréscimo em itens como cerveja fora do domicílio (9,64%), bala, chiclete, doce e chocolate em barra (4,10%) e refrigerante fora do domicílio (1,94%).

Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2018-maio 2019



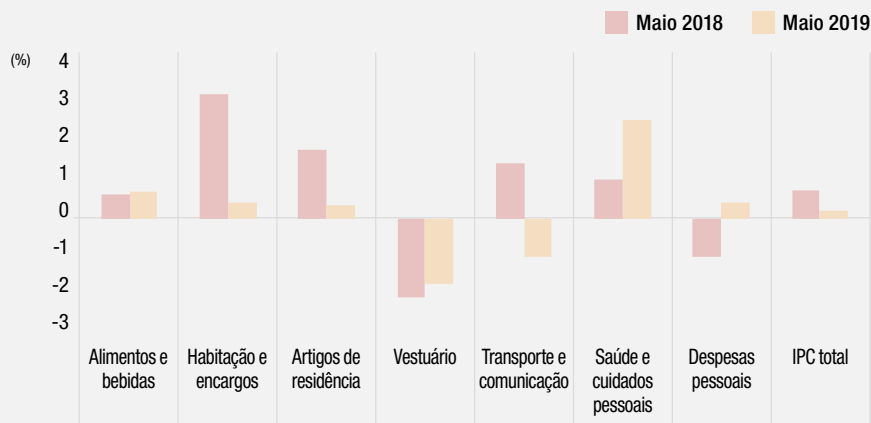
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

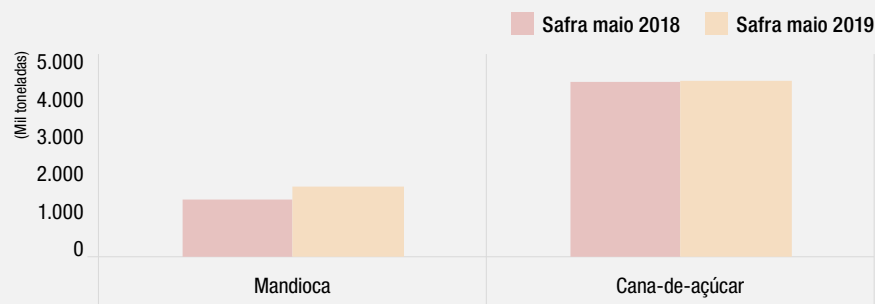
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Maio 2018/maio 2019



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4

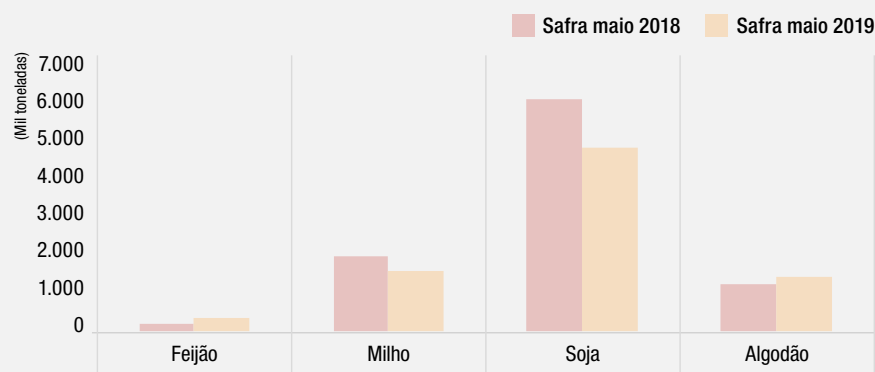
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Maio 2018/maio 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 5

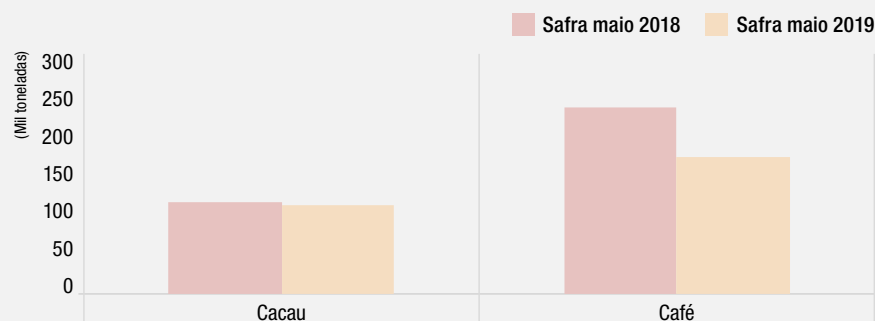
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Maio 2018/maio 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Maio 2018/maio 2019



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4 – Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em maio de 2019, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, em andamento no estado, seguiram a mesma tendência. A primeira cresceu 21,6%, e a segunda cresceu 0,2%. O desempenho da mandioca foi oriundo da estabilidade da área plantada (0,0%) e da estabilidade da área colhida (0,0%), culminando em variação positiva do rendimento médio (21,6%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve queda das áreas plantadas (-33,0%) e colhidas (-24,7%), com crescimento no rendimento médio (33,1%), em relação à safra de 2018.

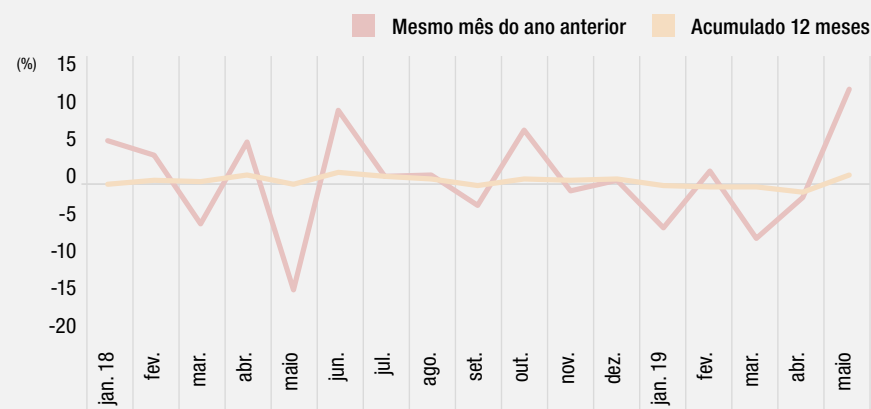
Gráfico 5 – O LSPA apresentou estimativa de crescimento da produção de feijão e algodão, em relação a 2018, com taxas de 93,2% e 17,1%, respectivamente. Em sentido contrário, a cultura de milho e soja apresentaram decréscimo com taxas de 19,2% e 20,9%. As projeções de área plantada e área colhida para o feijão são de variação positiva de 6,4% para ambas, resultando em uma previsão na ampliação no rendimento 81,5%. Para o algodão, calcula-se ampliação na área cultivada (24,3%), na área colhida (24,3%), com retração no rendimento médio (-5,8%). O milho mostra decréscimo na área plantada (-3,8%), colhida (-3,8%) e rendimento (-16,0%). A soja tem indicação da mesma variação negativa para as áreas plantada e colhida (-1,9%), com retração no rendimento médio de 19,4%.

Gráfico 6 – As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – café e cacau – apontaram a mesma tendência em 2019. Em relação ao café, também em fase de colheita, indicaram decréscimo na produção (26,4%), com decréscimos na área plantada (-19,8%) e área colhida (-5,0%), marcando supressão no rendimento médio (-22,5%). Já para o cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimo da produção (-2,3%). Estimou-se supressão na área plantada (-6,2%) e na área colhida (-2,3%), com estabilidade no rendimento médio (0,0%).

Gráfico 7 – Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referentes à indústria de transformação baiana, mostraram acréscimo de 12,8% em maio de 2019, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos do segmento de Veículos (48,9%) e Metalurgia (75,5%), Produtos de borracha e de material plástico (31,1%), Celulose, papel e produtos de papel (16,3%), Produtos alimentícios (13,7%), Bebidas (60,1%), Minerais não metálicos (35,5%), Couro, artigos para viagem e calçados (14,8%), Equipamentos de informática e produtos eletrônicos (125,1%) e Extrativa mineral (2,2%). As contribuições negativas vieram de Produtos químicos (-11,9%) e Derivados de petróleo (-6,4%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 1,3%.

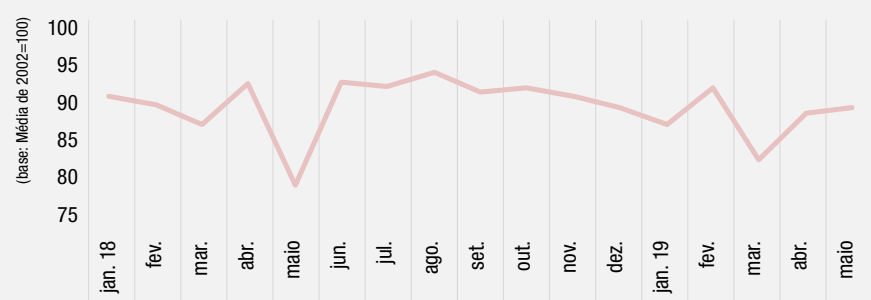
Gráfico 8 – A análise da indústria geral indicou ampliação de

Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



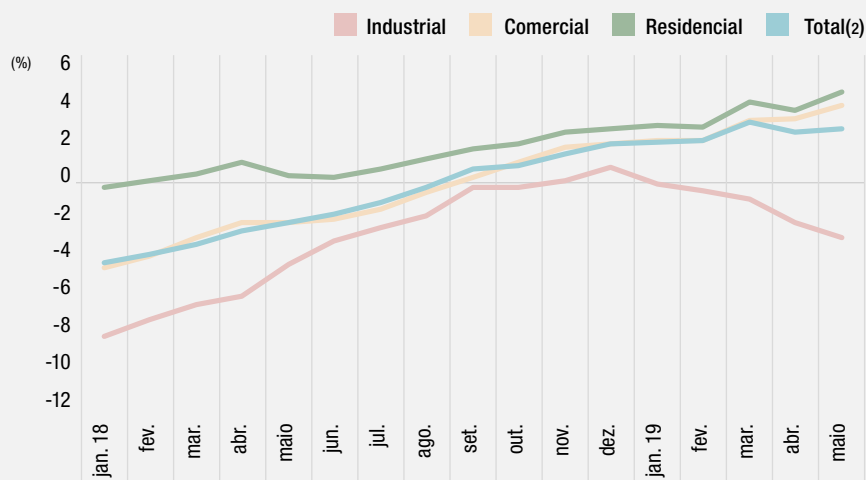
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 9
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



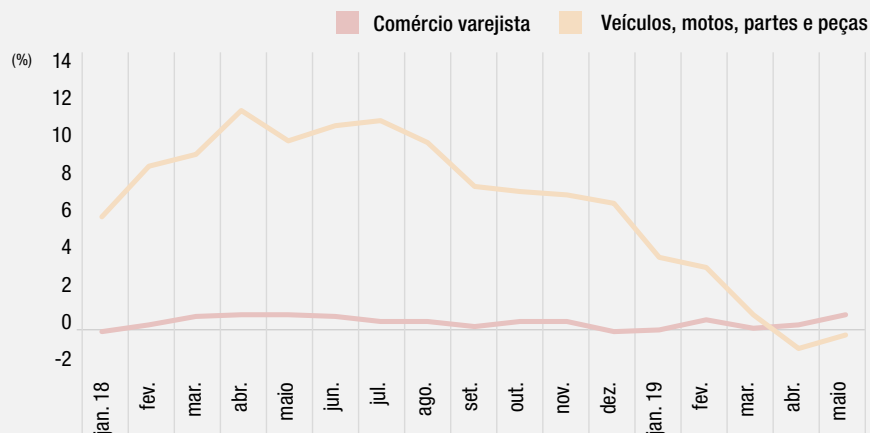
Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

1,0% em maio de 2019 – eliminando-se influências sazonais –, na comparação com o mês de abril do mesmo ano.

Gráfico 9 – O consumo de energia elétrica no estado variou positivamente 2,6% em maio de 2019, na comparação com o mesmo mês de 2018. No acumulado de 12 meses, notou-se expansão de 2,9% no consumo total, impulsionado pelas classes: residencial e comercial, com avanços de 4,8%, e 4,1% respectivamente. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (com participação de 28,0% no total), apresentou queda de 2,9% no período.

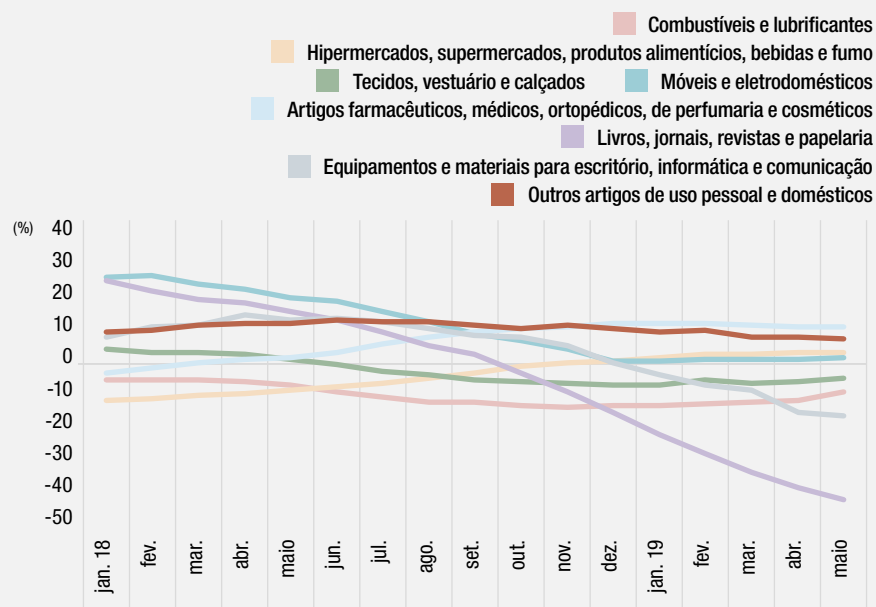
Gráfico 10 – De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve um acréscimo de 5,2% nas vendas no mês de maio de 2019, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas em maio com maiores influências vieram de *Combustíveis e lubrificantes* (15,7%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (11,5%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (2,7%). Em sentido contrário, destaca-se a queda de *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-50,1%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-19,9%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 0,8%, enquanto que *Veículos, motos, partes e peças* (-0,3%) retraíram.

Gráfico 11 – Ainda no acumulado de 12 meses, até maio de 2019, os principais segmentos que contribuíram para a ampliação no volume foram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (11,7%), *Outros artigos de uso pessoal* (7,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,4%), e *Móveis e eletrodomésticos* (1,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-42,4%), *Combustíveis e lubrificantes* (-8,9%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-16,2%).

Gráfico 12 – O volume de serviços apresentou, em maio de 2019, expansão de 3,6%, em relação ao mesmo mês de 2019. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 0,3%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços, em maio, deveu-se, principalmente, aos arrefecimentos nas atividades de *Serviços prestados às famílias* (12,1%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (7,8%) e *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (4,2%). Em sentido contrário, ocorreu queda nas atividades: *Outros serviços* (-7,5%) e *Serviços de informação e comunicação* (-3,7%).

Gráfico 11

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



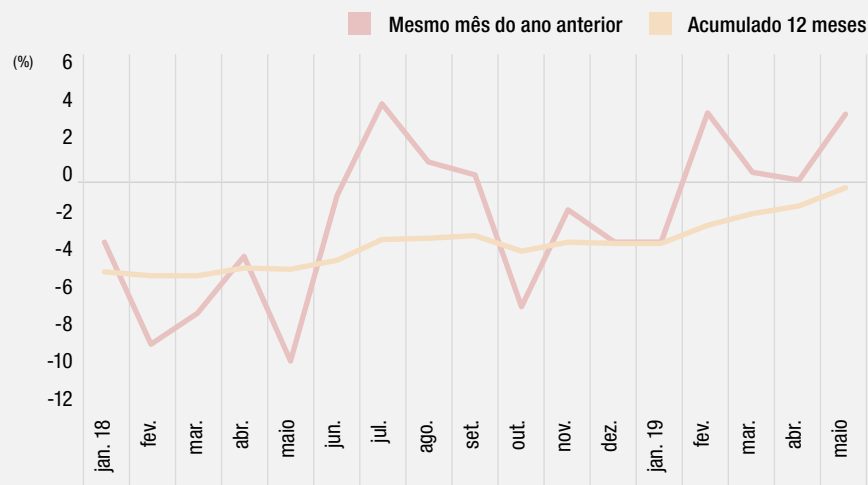
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 12

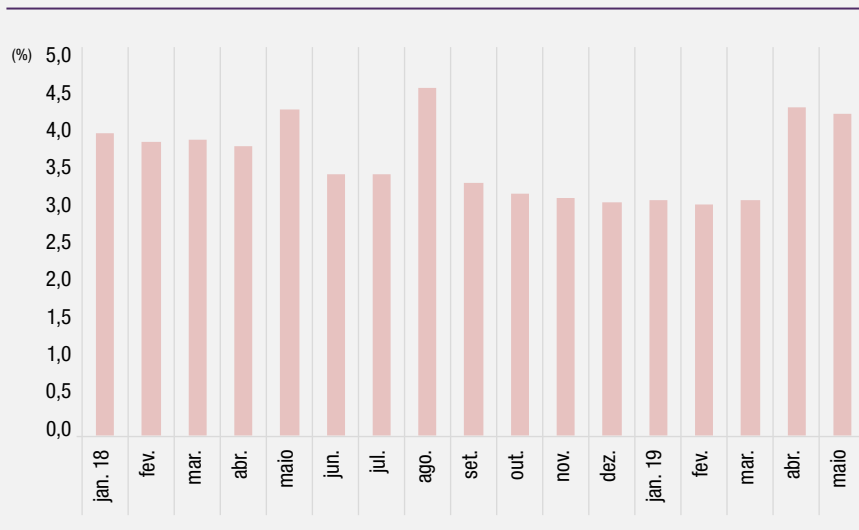
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: IBGE.

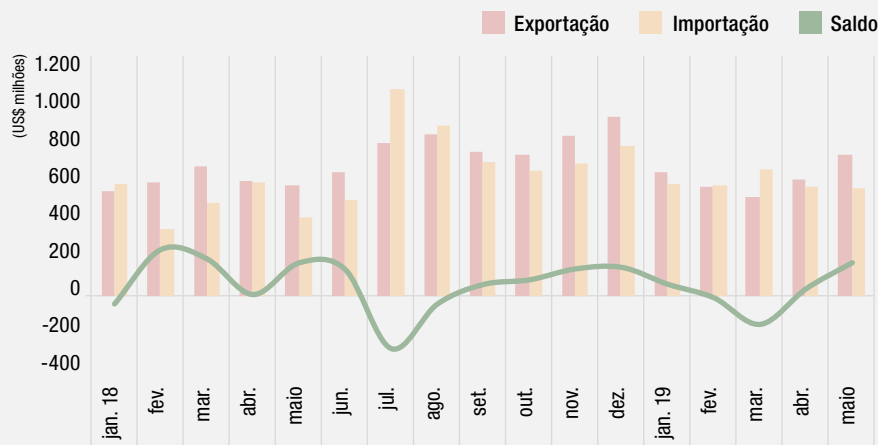
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13
Taxa de inadimplência – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 14
Balança comercial – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13 – Conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a inadimplência relativa às operações de crédito para pessoas físicas no estado chegou a 3,7%, em maio de 2019. O índice de inadimplência total atingiu 4,3%, enquanto que o de pessoas jurídicas contabilizou 5,4%.

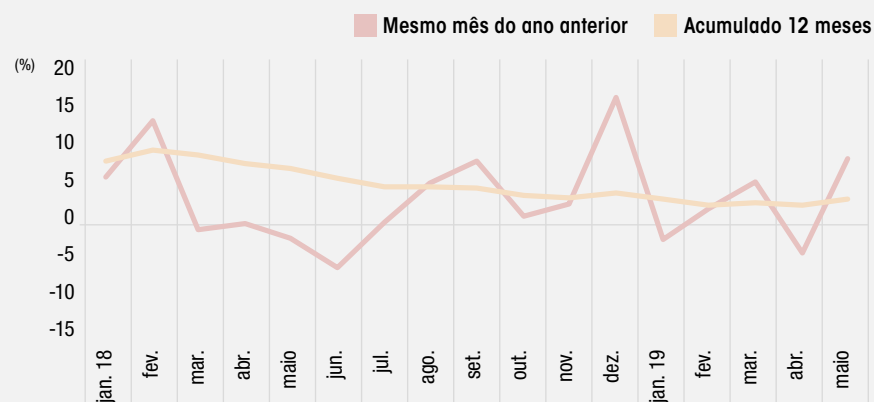
Gráfico 14 – Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 758 milhões em maio de 2019, com aumento de 27,3%, em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2018. As importações registraram aumento de 38,6%, com volume de US\$ 579 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador, destacam-se, com aumento nas vendas externas: *Papel e celulose* (73,1%), *Químicos e petroquímicos* (6,3%), *Metalúrgicos* (138,8%) e *Petróleo e derivados* (1.360,6%). Já entre os segmentos que registraram queda nas exportações, ressaltam-se: *Soja e derivados* (-23,3%), *Automotivos* (-19,2%) e *Metais preciosos* (-15,0%).

Gráfico 15 – Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 2,46 bilhões em maio de 2019, expansão real de 5,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o indicador acumulou expansão real de 2,5% em 12 meses. O principal tributo de arrecadação do estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) totalizou R\$ 2,0 bilhões em maio, com variação real, de 8,8%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o ICMS apresentou acréscimo real de 3,5% no indicador acumulado dos últimos 12 meses.

Gráfico 16 – Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia gerou 2.540 postos de trabalho. Setorialmente, três segmentos contabilizaram saldos positivos: Agropecuária (+3.733 postos), Construção Civil (+1.118 postos) e Extrativa Mineral (+100 postos). Por outro lado, cinco setores registraram resultados negativos: Indústria de Transformação (-890 postos), Serviços (-854 postos), Comércio (-511 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-97 postos) e Administração Pública (-59 postos).

Gráfico 15

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



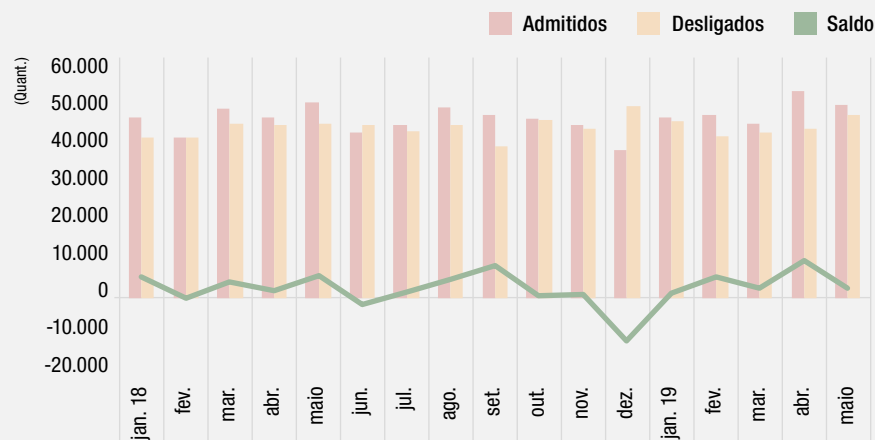
Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Deflator IGP-DI.

Gráfico 16

Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



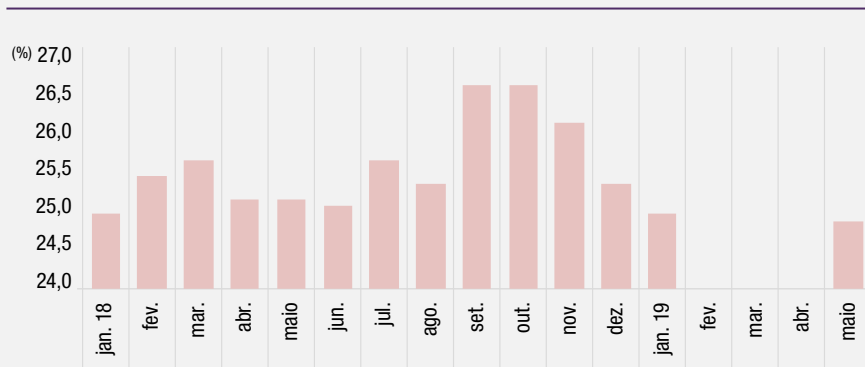
Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Sem ajustes.

Gráfico 17
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Jan. 2018-maio 2019



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 17 – Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 24,9% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada em maio de 2019. Com relação ao o nível de ocupação variou positivamente (0,3%), sendo estimado em 1.503 mil pessoas. O nível de ocupação diminuiu (-2,1%), sendo estimado em 1.474 mil pessoas. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve crescimento do contingente de ocupados, apenas no Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,7%, ou 5 mil). Por outro lado, houve redução na Construção (-8,8%, ou -10 mil pessoas), na Indústria de transformação (-4,8%, ou -5 mil) e nos Serviços (-2,7%, ou -262 mil).

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Maio 2019

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Maio 2018	Maio 2019	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,64	0,70	4,28	8,27	223,82	548,03
Habituação e encargos	3,30	0,41	2,59	3,57	208,06	1426,63
Artigos de residência	1,83	0,33	4,53	8,52	127,62	293,78
Vestuário	-2,12	-1,75	-0,96	3,99	133,98	240,17
Transporte e comunicação	1,46	-1,03	0,82	2,34	153,40	1099,94
Saúde e cuidados pessoais	1,02	2,64	3,49	7,76	244,66	820,05
Despesas pessoais	-1,04	0,43	2,69	2,18	239,71	945,57
Geral	0,73	0,21	2,51	4,85	194,95	655,38

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – Maio 2019

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
São Paulo	507,07	-2,87	7,56	14,94	55,23
Porto Alegre	496,13	-0,65	6,76	13,34	54,04
Rio de Janeiro	492,93	-4,39	5,61	10,51	53,69
Florianópolis	487,93	1,17	6,58	10,49	53,14
Brasília	487,30	0,06	11,81	20,43	53,07
Vitória	484,84	-2,75	20,07	18,27	52,81
Curitiba	451,38	-2,28	7,72	13,65	49,16
Fortaleza	444,44	-3,21	11,85	13,73	48,41
Goiânia	425,35	-4,48	9,38	16,01	46,33
Belo Horizonte	424,85	-7,02	3,95	13,26	46,27
Campo Grande	423,97	-13,92	0,26	6,49	46,18
Belém	418,05	-1,21	9,35	13,74	45,53
Recife	417,85	0,20	22,69	24,23	45,51
Aracaju	408,16	0,86	13,77	16,85	44,45
Natal	406,07	-0,98	18,94	19,02	44,23
João Pessoa	403,57	-2,11	16,91	16,50	43,95
Salvador	392,07	-0,95	14,30	19,97	42,80

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

AGRICULTURA

Tabela 3

Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2018/2019

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.248.154	1.461.360	17,1	267.180	332.000	24,3
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	3.564	3.168	-11,1	3.300	3.300	0,0
Arroz total	9.126	1.302	-85,7	7.220	720	-90,0
Batata-inglesa (2º safra)	72.090	72.120	0,0	1.806	1.806	0,0
Cana-de-açúcar	4.680.000	4.690.000	0,2	91.000	61.000	-33,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	172.022	332.400	93,2	427.440	455.000	6,4
Feijão 1ª safra	146.300	183.600	25,5	217.000	245.000	12,9
Feijão 2ª safra	25.722	148.800	478,5	210.440	210.000	-0,2
Fumo	8.480	8.160	-3,8	8.000	8.000	0,0
Mamona	17.500	25.800	47,4	35.000	43.000	22,9
Mandioca	1.527.575	1.857.500	21,6	250.505	250.505	0,0
Milho total	2.011.140	1.626.000	-19,2	616.600	593.300	-3,8
Milho 1ª safra	1.963.740	1.322.400	-32,7	383.300	363.300	-5,2
Milho 2ª safra	47.400	303.600	540,5	233.300	230.000	-1,4
Soja	6.244.800	4.936.800	-20,9	1.600.000	1.570.000	-1,9
Sorgo granífero	72.396	72.360	0,0	80.350	80.350	0,0
Tomate	230.800	275.800	19,5	6.740	6.740	0,0
Pernamentes						
Banana (4)	823.000	1.040.000	26,4	88.000	88.000	0,0
Cacau	122.568	119.718	-2,3	480.045	450.045	-6,2
Café total	249.240	183.390	-26,4	154.000	123.500	-19,8
Café arábica	108.840	75.390	-30,7	102.000	75.500	-26,0
Café cenephora	140.400	108.000	-23,1	52.000	48.000	-7,7
Castanha-de-cajú	3.000	3.000	0,0	20.000	20.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	830.000	787.500	-5,1	61.500	61.500	0,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	75.378	74.142	-1,6	2.154	2.069	-3,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2018.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2019 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2018/2019

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)	2018 (1)	2019 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	267.180	332.000	24,3	4.672	4.402	-5,8
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	3.300	3.300	0,0	1.080	960	-11,1
Arroz total	7.220	720	-90,0	1.264	1.808	43,1
Batata-inglesa	1.806	1.806	0,0	39.917	39.934	0,0
Cana-de-açúcar	81.000	61.000	-24,7	57.778	76.885	33,1
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	427.440	455.000	6,4	402	731	81,5
Feijão 1ª safra	217.000	245.000	12,9	674	749	11,2
Feijão 2ª safra	210.440	210.000	-0,2	122	709	479,7
Fumo	8.000	8.000	0,0	1.060	1.020	-3,8
Mamona	25.000	43.000	72,0	700	600	-14,3
Mandioca	170.505	170.500	0,0	8.959	10.894	21,6
Milho total	616.600	593.300	-3,8	3.262	2.741	-16,0
Milho 1ª safra	383.300	363.300	-5,2	5.123	3.640	-29,0
Milho 2ª safra	233.300	230.000	-1,4	203	1.320	549,7
Soja	1.600.000	1.570.000	-1,9	3.903	3.144	-19,4
Sorgo granífero	80.350	80.350	0,0	901	901	0,0
Tomate	6.740	6.740	0,0	34.243	40.920	19,5
Pernamentes						
Banana (4)	63.000	63.000	0,0	13.063	16.508	26,4
Cacau	430.045	420.045	-2,3	285	285	0,0
Café total	130.000	123.500	-5,0	1.917	1.485	-22,5
Café arábica	82.000	75.500	-7,9	1.327	999	-24,8
Café cenephora	48.000	48.000	0,0	2.925	2.250	-23,1
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	200	200	0,0
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	51.500	51.500	0,0	16.117	15.291	-5,1
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.864	1.819	-2,4	40.439	40.760	0,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2018.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), maio de 2019 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Maio 2019

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	12,2	0,1	1,4
Indústrias extrativas	2,2	5,9	4,3
Indústrias de transformação	12,8	-0,2	1,3
Produtos alimentícios	13,1	1,9	1,0
Bebidas	60,0	20,3	13,4
Couros, artigos para viagem e calçados	14,8	2,2	-3,3
Celulose, papel e produtos de papel	16,3	-7,1	-0,2
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-6,4	-3,8	1,6
Outros produtos químicos	-11,9	-12,2	-8,3
Produtos de borracha e de material plástico	31,1	7,6	3,4
Produtos de minerais não-metálicos	35,5	26,0	7,3
Metalurgia	75,5	34,0	20,5
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	125,1	3,0	-2,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	48,8	-2,0	2,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2018	5,8	0,0	-6,1
Fevereiro	3,9	0,5	-7,1
Março	-5,3	0,3	-6,8
Abril	5,7	1,3	-7,4
Maio	-14,1	0,0	-7,2
Junho	10,0	1,7	-7,7
Julho	1,0	1,0	-5,4
Agosto	1,3	0,7	-4,1
Setembro	-2,8	-0,1	-3,2
Outubro	7,3	0,8	-2,9
Novembro	-1,2	0,5	-2,4
Dezembro	0,6	0,8	-1,9
Janeiro 2019	-5,8	-5,8	-0,1
Fevereiro	1,8	-2,1	-0,3
Março	-7,2	-3,9	-0,4
Abril	-1,8	-3,3	-1,0
Maio	12,8	-0,2	1,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Maio 2019

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	-1,7	15,1	9,0
Residencial	9,4	5,9	4,8
Industrial (1)	-5,7	-7,2	-2,9
Comercial	6,4	5,1	4,1
Utilidades públicas (2)	2,3	4,8	5,3
Setor público	9,9	8,6	8,1
Concessionária	19,1	8,8	3,8
Total	2,6	2,5	2,9

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Maio 2019

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	5,2	1,6	0,8
Combustíveis e lubrificantes	15,5	-0,9	-8,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,8	2,9	3,4
Hipermercados e supermercados	1,3	1,6	3,0
Tecidos, vestuário e calçados	4,0	2,8	-4,4
Móveis e eletrodomésticos	7,3	4,2	1,8
Móveis	14,1	9,1	2,8
Eletrodomésticos	4,3	2,1	1,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,5	7,8	11,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-50,1	-51,6	-42,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-19,9	-26,7	-16,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,5	4,0	7,9
Comércio Varejista Ampliado	4,6	-0,3	0,1
Veículos, Motos, Partes e Peças	4,4	-4,1	-0,3
Material de construção	1,1	-3,0	-3,8

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-maio 2018/2019

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2018	2019			
Químicos e petroquímicos	536.482	560.593	4,49	17,79	-5,18
Papel e celulose	619.837	550.897	-11,12	17,49	0,73
Soja e derivados	545.246	448.782	-17,69	14,25	-6,41
Metalúrgicos	221.412	345.455	56,02	10,97	36,31
Petróleo e derivados	207.150	320.156	54,55	10,16	8,95
Metais preciosos	164.964	178.480	8,19	5,67	-42,61
Automotivo	261.775	133.186	-49,12	4,23	-0,37
Algodão e seus subprodutos	41.281	123.167	198,36	3,91	-1,75
Cacau e derivados	79.040	84.085	6,38	2,67	-2,42
Minerais	68.717	80.457	17,08	2,55	27,47
Borracha e suas obras	61.898	71.292	15,18	2,26	0,79
Frutas e suas preparações	43.356	57.346	32,27	1,82	1,74
Café e especiarias	35.465	53.975	52,19	1,71	-35,94
Sisal e derivados	32.574	40.195	23,40	1,28	-20,71
Couros e peles	44.673	32.766	-26,65	1,04	4,09
Calçados e suas partes	24.553	17.694	-27,94	0,56	-9,21
Fumo e derivados	18.340	14.410	-21,43	0,46	-25,27
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	8.497	12.574	47,97	0,40	-12,94
Carne e miudezas de aves	8.212	5.320	-35,22	0,17	-13,05
Demais segmentos	48.826	19.484	-60,10	0,62	81,25
Total	3.072.299	3.150.311	2,54	100,00	4,01

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/06/2019.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-maio 2018/2019

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2018	2019		2018	2019		
China	1.584.101	1.451.902	-8,35	836.321	782.607	-6,42	24,84
Estados Unidos	279.289	325.530	16,56	368.975	334.091	-9,45	10,61
Argentina	97.583	102.843	5,39	398.339	244.737	-38,56	7,77
Países Baixos (Holanda)	283.560	288.977	1,91	203.683	227.323	11,61	7,22
Cingapura	174.298	451.110	158,82	65.124	190.828	193,02	6,06
Coreia do Sul	214.106	145.636	-31,98	103.068	100.992	-2,01	3,21
Alemanha	180.763	201.744	11,61	76.175	97.456	27,94	3,09
Canadá	23.206	5.745	-75,24	74.078	92.532	24,91	2,94
Suíça	316	1.849	485,06	49.466	90.669	83,30	2,88
França	207.334	149.285	-28,00	90.368	75.242	-16,74	2,39
Bélgica	219.784	140.409	-36,12	92.546	67.118	-27,48	2,13
Colômbia	16.276	14.176	-12,90	31.345	57.169	82,38	1,81
México	29.551	49.810	68,56	47.889	56.860	18,73	1,80
Emirados Árabes Unidos	69.764	98.867	41,71	46.239	48.727	5,38	1,55
Índia	30.125	28.366	-5,84	48.822	48.325	-1,02	1,53
Indonésia	11.789	20.890	-	34.347	47.199	-	1,50
Chile	34.294	14.953	-56,40	43.743	42.979	-1,75	1,36
Costa Rica	1.651	7.471	352,62	5.260	42.381	705,64	1,35
Macau	488	87.380	17.812,10	299	35.784	11.861,33	1,14
Japão	10.144	16.403	61,70	20.822	34.785	67,06	1,10
Itália	51.052	24.924	-51,18	52.031	33.631	-35,36	1,07
Portugal	5.821	44.332	661,60	9.740	29.807	206,04	0,95
Taiwan (Formosa)	48.190	65.782	36,51	19.074	29.713	55,78	0,94
Paquistão	9.425	72.055	664,53	4.313	28.194	553,65	0,89
Espanha	127.366	25.241	-80,18	62.095	27.635	-55,49	0,88
Omã	1	4.347	389.112,09	26	27.540	107.478,57	0,87
Vietnã	3.509	14.032	299,87	5.573	17.614	216,07	0,56
Bangladesh	3.930	12.596	220,51	6.638	17.199	159,11	0,55
Catar	19	2.558	13.125,24	53	16.218	30.238,23	0,51
Equador	6.228	6.509	4,50	16.728	15.716	-6,05	0,50
Demais países	392.298	202.837	-48,30	259.122	189.240	-26,97	6,01
Total	4.116.259	4.078.560	-0,92	3.072.299	3.150.311	2,54	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/06/2019.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2018	1.994	133	1.495	136	499	125	1.403	146	59	25	3.803
Fevereiro	2.001	134	1.491	136	510	128	1.402	146	59	26	3.808
Março	1.997	133	1.484	135	513	129	1.411	147	59	26	3.812
Abril	2.017	135	1.509	137	508	128	1.396	146	59	25	3.816
Maio	2.013	134	1.506	137	507	127	1.405	147	59	25	3.821
Junho	2.033	136	1.523	139	510	128	1.390	145	59	25	3.825
Julho	2.019	135	1.500	136	519	130	1.409	147	59	26	3.829
Agosto	2.036	136	1.519	138	517	130	1.397	146	59	25	3.833
Setembro	2.039	136	1.495	136	544	137	1.399	146	59	27	3.838
Outubro	2.032	136	1.490	136	542	136	1.412	147	59	27	3.842
Novembro	2.031	136	1.499	136	532	134	1.417	148	59	26	3.846
Dezembro	2.014	135	1.503	137	511	128	1.440	150	58	25	3.850
Janeiro 2019	2.020	135	1.515	138	505	127	1.439	150	58	25	3.855
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	1.963	131	1.474	134	489	123	1.517	158	56	25	3.872
Variação no ano (%)											
Maio 2019/dez. 2018		-3		-2		-4		5	-3	-2	
Variação anual (%)											
Maio 2019/maio 2018		-2		-2		-4		8	-4	-1	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2018	25,0	18,3	6,7	6,0	(1)	23,8	17,5	6,4	29,0	21,4	7,6
Fevereiro	25,5	18,8	6,7	5,9	(1)	24,7	18,4	6,4	28,0	20,1	7,8
Março	25,7	18,7	7,0	6,0	(1)	25,1	18,3	6,8	28,0	20,2	7,8
Abril	25,2	18,1	7,1	6,0	(1)	24,5	17,6	6,9	27,8	20,1	7,8
Maio	25,2	17,9	7,2	6,3	(1)	24,5	17,4	7,1	27,9	20,0	7,9
Junho	25,1	17,7	7,3	6,4	(1)	24,0	16,8	7,3	29,1	21,5	7,5
Julho	25,7	18,1	7,5	6,7	(1)	24,3	17,1	7,2	30,9	22,2	8,8
Agosto	25,4	17,7	7,6	6,7	(1)	24,5	16,8	7,7	28,7	21,5	(1)
Setembro	26,7	18,2	8,4	7,6	(1)	25,8	17,4	8,5	30,1	21,8	8,3
Outubro	26,7	17,5	9,2	8,3	(1)	26,1	16,9	9,3	28,8	20,0	8,7
Novembro	26,2	17,0	9,3	8,4	(1)	25,0	16,1	8,9	31,0	20,5	10,5
Dezembro	25,4	16,7	8,7	8,0	(1)	24,5	16,1	8,4	29,0	18,9	10,1
Janeiro 2019	25,0	16,7	8,4	7,6	(1)	24,4	16,4	8,0	27,4	17,7	9,7
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	24,9	18,2	6,7	6,1	(1)	24,9	18,1	6,8	25,1	18,7	(1)
Variação no ano (%)											
Maio 2019/dez. 2018	-2,0	9,0	-23,0	-23,8	—	1,6	12,4	-19,0	-13,4	-1,1	—
Variação anual (%)											
Maio 2019/maio 2018	-1,2	1,7	-6,9	-3,2	—	1,6	4,0	-4,2	-10,0	-6,5	—

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos Ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar											
Períodos	Serviços										
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública; defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2018	100	7,6	7,3	21,6	61,5	6,9	5,4	7,8	18,8	14,5	7,5
Fevereiro	100,0	7,6	7,6	21,9	60,7	6,3	5,3	7,6	18,2	15,0	7,6
Março	100,0	7,7	7,6	20,3	62,2	6,7	5,8	7,8	18,3	15,4	7,7
Abril	100,0	7,4	7,4	19,5	63,5	6,6	5,9	8,3	19,0	15,5	7,6
Maio	100,0	6,9	7,5	19,7	64,3	6,7	6,5	8,1	20,0	15,1	7,2
Junho	100,0	6,5	7,5	20,3	64,0	6,1	6,6	8,3	20,7	14,5	7,1
Julho	100,0	6,2	7,6	20,8	63,5	6,3	6,4	7,5	20,5	14,9	7,3
Agosto	100,0	6,6	7,1	20,8	63,3	6,2	6,2	7,9	20,0	14,6	7,9
Setembro	100,0	7,1	6,8	20,4	63,4	6,2	6,0	8,3	19,9	14,7	8,0
Outubro	100,0	7,6	6,5	20,0	63,7	6,0	6,6	8,5	19,9	14,5	7,9
Novembro	100,0	7,3	6,4	19,7	64,5	6,1	7,0	8,7	19,9	14,9	7,6
Dezembro	100,0	7,5	6,7	19,5	64,5	6,2	7,2	8,0	19,8	15,1	7,6
Janeiro 2019	100	7,2	7	19,9	64,1	6,7	6,8	8,2	19,3	14,8	7,9
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	100,0	6,7	7,0	20,5	63,9	7,1	6,0	8,4	19,4	15,0	7,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2018	63,4	47,6	7,2	8,6	23,2	21,6	(3)	(3)	7,5	3,6
Fevereiro	63,1	47,8	7,8	7,6	23,2	21,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Março	62,6	47,1	8,0	7,5	23,2	22,1	(3)	(3)	7,7	4,2
Abril	63,4	47,3	7,9	8,2	22,3	21,4	(3)	(3)	7,6	4,4
Maio	64,0	46,5	7,8	9,7	21,5	20,6	(3)	(3)	7,2	4,6
Junho	64,6	46,9	7,7	9,9	21,0	19,8	(3)	2,8	7,1	4,5
Julho	64,2	46,6	7,9	9,7	21,6	20,3	(3)	(3)	7,3	4,0
Agosto	63,6	46,8	7,7	9,1	21,9	20,5	(3)	(3)	7,9	3,8
Setembro	64,0	47,4	7,5	9,2	21,5	20,1	(3)	(3)	8,0	3,8
Outubro	64,4	47,2	7,9	9,4	21,4	19,8	(3)	(3)	7,9	3,7
Novembro	64,5	47,9	7,6	8,9	21,2	19,7	(3)	(3)	7,6	4,3
Dezembro	63,7	47,1	7,6	8,9	21,6	20,3	(3)	(3)	7,6	4,5
Janeiro 2019	63,2	48,0	6,8	8,5	21,2	20,0	(3)	(3)	7,9	5,1
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maio	62,6	46,8	6,6	9,2	23,3	21,9	(3)	(3)	7,7	4,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2018	1.427	85,5	1.551	84,1	1.028	91,0
Fevereiro	1.440	86,3	1.558	84,4	1.028	91,0
Março	1.424	85,4	1.544	83,7	1.012	89,6
Abril	1.489	89,2	1.584	85,8	1.016	90,0
Mai	1.515	90,8	1.586	85,9	1.053	93,2
Junho	1.524	91,3	1.589	86,1	1.055	93,4
Julho	1.526	91,4	1.602	86,8	1.051	93,0
Agosto	1.528	91,6	1.603	86,8	1.034	91,6
Setembro	1.553	93,1	1.614	87,5	1.080	95,7
Outubro	1.581	94,7	1.574	85,3	1.119	99,1
Novembro	1.618	97,0	1.596	86,5	1.152	102,0
Dezembro	1.648	98,8	1.591	86,2	1.136	100,6
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	87,7	1.538	83,3	1.052	93,2
Variação no ano (%)						
Abr. 2019/dez. 2018		-11,2		-3,3		-7,4
Variação anual (%)						
Abr. 2019/abr. 2018		-1,6		-2,9		3,5

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

(R\$)

Períodos	Total(2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2018	1.427	(3)	1.037	1.021	1.410	2.982
Fevereiro	1.440	(3)	1.040	1.045	1.375	3.150
Março	1.424	(3)	999	1.056	1.346	3.161
Abril	1.489	(3)	1.009	1.045	1.336	3.514
Maio	1.515	(3)	1.020	1.043	1.368	3.475
Junho	1.524	(3)	1.037	1.009	1.387	3.538
Julho	1.526	(3)	1.008	994	1.393	3.569
Agosto	1.528	(3)	990	996	1.355	3.801
Setembro	1.553	(3)	967	1.031	1.335	3.916
Outubro	1.581	(3)	970	1.059	1.334	4.071
Novembro	1.618	(3)	984	1.079	1.349	4.201
Dezembro	1.648	(3)	1.039	1.069	1.354	4.372
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-
Abril	1.464	(3)	1.006	1.030	1.331	3.553
Variação no ano (%)						
Abr. 2019/dez. 2018	-11,2	—	-3,1	-3,7	-1,7	-18,7
Variação anual (%)						
Abr. 2019/abr. 2018	-1,6	—	-0,3	-1,4	-0,4	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2018	1.551	1.432	1.781	1.248	1.421	1.527	863	2.737
Fevereiro	1.558	1.424	1.800	1.270	1.409	1.521	869	2.900
Março	1.544	1.410	1.767	1.312	1.383	1.504	862	2.736
Abril	1.584	1.422	1.750	1.330	1.409	1.524	840	2.852
Maio	1.586	1.430	1.815	1.288	1.435	1.535	825	2.791
Junho	1.589	1.422	1.748	1.233	1.451	1.532	825	2.936
Julho	1.602	1.427	1.643	1.250	1.458	1.512	927	3.078
Agosto	1.603	1.418	1.678	1.252	1.431	1.500	911	3.084
Setembro	1.614	1.425	1.737	1.256	1.432	1.507	955	3.195
Outubro	1.574	1.407	1.784	1.173	1.440	1.498	874	3.030
Novembro	1.596	1.436	1.666	1.200	1.482	1.530	906	2.985
Dezembro	1.591	1.440	1.740	1.220	1.472	1.526	866	2.894
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	1.538	1.370	1.593	1.183	1.397	1.452	846	2.848
Variação no ano (%)								
Abr. 2019/dez. 2018	-3,3	-4,9	-8,5	-3,0	-5,1	-4,8	-2,4	-1,6
Variação anual (%)								
Abr. 2019/abr. 2018	-2,9	-3,7	-9,0	-11,0	-0,9	-4,7	0,6	-0,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2018-maio 2019

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2018	531	996	1.071	1.594	2.651	996	1.012	1.275	1.700	2.656
Fevereiro	530	998	1.145	1.590	2.651	998	1.011	1.267	1.690	2.654
Março	526	1.002	1.066	1.578	2.630	1.002	1.011	1.262	1.590	2.630
Abril	526	1.003	1.126	1.581	2.956	1.003	1.006	1.262	1.583	2.951
Maio	525	998	1.135	1.578	3.012	998	1.004	1.253	1.580	2.867
Junho	520	992	1.140	1.580	3.121	992	1.005	1.248	1.664	3.121
Julho	520	992	1.143	1.569	3.119	992	998	1.247	1.664	3.121
Agosto	519	986	1.137	1.560	3.101	986	992	1.247	1.662	3.118
Setembro	516	984	1.135	1.559	3.097	984	991	1.240	1.649	3.101
Outubro	516	980	1.133	1.550	3.101	980	986	1.234	1.550	2.982
Novembro	515	980	1.134	1.546	3.877	980	983	1.237	1.546	3.092
Dezembro	515	980	1.130	1.546	3.923	976	983	1.234	1.546	3.069
Janeiro 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	500	998	1.106	1.500	2.544	998	1.015	1.207	1.509	2.500
Variação no ano (%)										
Abr. 2019/dez. 2018	-2,8	1,8	-2,2	-3,0	-35,2	2,3	3,2	-2,2	-2,4	-18,5
Variação anual (%)										
Abr. 2019/abr. 2018	-4,9	-0,5	-1,8	-5,1	-13,9	-0,5	0,8	-4,3	-4,7	-15,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2019.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19
Flutuação mensal do emprego – Bahia – Jan. 2018-maio 2019

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2018 (2)	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Declaração fora do prazo	0	0	0	0	0
Com ajuste	29.148	1.921	776	2.135	20.691
Janeiro	7.572	999	1.657	-522	4.487
Fevereiro	716	-37	-202	-1.143	1.239
Março	5.365	-229	1.003	21	2.185
Abril	3.292	509	-710	-429	1.755
Maio	7.179	1.341	-103	-178	641
Junho	-1.378	271	-413	-828	-619
Julho	1.696	23	-226	-936	1.625
Agosto	4.703	1.124	1.096	-21	3.564
Setembro	9.086	1.159	2.200	1.296	4.609
Outubro	1.119	126	-66	1.199	1.372
Novembro	1.376	-1.501	416	3.638	2.492
Dezembro	-11.578	-1.864	-3.876	38	-2.659
2019 (2)	27.473	3.592	8.478	-2.546	8.069
Declaração fora do prazo	-1.402	29	-91	-205	-542
Com ajuste³	26.071	3.621	8.387	-2.751	7.527
Janeiro	2.374	573	2.304	-1.649	725
Fevereiro	7.625	621	1.643	238	4.439
Março	3.026	861	1.768	-1.636	1.011
Abril	11.189	2.451	1.624	892	2.511
Maio	3.259	-914	1.139	-391	-617

Fonte: MTE–Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até abril.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

(Continua)

Tabela 20
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	413.675.323	412.152.447
Receitas correntes	289.549.459	264.538.157
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	108.132.722	96.642.076
Impostos	107.010.255	93.561.958
Taxas	1.122	3.080.119
Receita de contribuições	145.794.628	134.842.074
Contribuições sociais	143.527.012	131.576.087
Contribuições econômicas	1.440.239	3.265.988
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional		
Receita patrimonial	17.313.011	20.558.175
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	321	244
Valores mobiliários	3.188.608	5.987.488
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	209	458
Exploração de recursos naturais	13.100.086	13.392.162
Exploração do patrimônio intangível	0	1
Cessão de direitos	489	235
Demais receitas patrimoniais	6	4
Receita agropecuária	3	5
Receita industrial	155	266
Receita de serviços	12.313.225	7.401.545
Serviços administrativos e comerciais gerais	599	546
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	966	0
Serviços e atividades referentes à saúde	322	339
Serviços e atividades financeiras	10.422.698	5.857.794
Outros serviços	925	5
Transferências correntes	73	180
Transferências da união e de suas entidades	127,20	145,33
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4,504	-219,893
Transferências dos municípios e de suas entidades	407,00	3,91
Transferências de instituições privadas	120,622	30,092
Transferências do exterior	225,00	0,00
Transferências de pessoas físicas	72	157
Transferências provenientes de depósitos não identificados	2.890.472,00	0,00
Outras receitas correntes	2.695.552	4.642.502
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.036.351	1.163
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.312.805	1.373.079
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	970	131
Demais receitas correntes	860	1.265
Receitas correntes a classificar	102.953.729	1
Receitas de capital	113.367.222	147.614.289
Operações de crédito	100.170.737	98.198.649
Operações de crédito internas	8.130.156	93.110.445
Operações de crédito externas	186	5.100.004
Alienação de bens	195	81

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de bens móveis	30	52
Alienação de bens imóveis	4.268.225	13
Alienação de bens intangíveis	5	3
Amortizações de empréstimos	4.882.131	7.888.224
Transferências de capital	999	0
Transferências da união e de suas entidades	998,00	0,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	6.308.351,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0	0
Transferências do exterior	6.308.352,00	0,00
Outras receitas de capital	8.128.053	41.446.258
Integralização do capital social	0	25.973.338
Resultado do banco central	8.128.053	15.472.920
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0
Receitas de capital a classificar	0	0
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	413.675.323	412.152.447
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	76.965.653	76.739.550
Operações de crédito internas	76.965.653	75.885.664
Mobiliária	76.965.653	75.885.664
Operações de crédito externas	0	854
Mobiliária	0	854
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	495.305.457	494.967.221
Déficit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	495.305.457	494.967.221

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.664.481	6.075.223
Receitas correntes	4.664.481	6.075.223
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	341	796
Impostos	130	343
Taxas	211	453
Receita de contribuições	3.057.358	2.979.312
Contribuições sociais	3.057.356	2.979.297
Contribuições econômicas	1	15
Contribuições para ent. Privadas de serv. Social e de form. Profissional	0	0
Receita patrimonial	514	649
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	512	610
Valores mobiliários	1	
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença		38
Receita industrial	19,52	48,97
Receita de serviços	8	14
Serviços administrativos e comerciais gerais	2	532
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Serviços e atividades referentes à saúde	361	11
Serviços e atividades financeiras	0	0
Outros serviços	0	0
Outras receitas correntes	1.007.799	2.351.276
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-17	-2
Indenizações, restituições e ressarcimentos	264	148
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. Ao rgps		
Demais receitas correntes	1.007.628	2.350.477
Receitas de capital	0	0
Operações de crédito	0	0
Operações de crédito internas	0	0
Operações de crédito externas	0	0
Alienação de bens	0	0
Alienação de bens móveis	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0
Outras receitas de capital	0	0
Integralização do capital social	0	0
Resultado do banco central	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

Rreo - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das despesas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Despesa executada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	373.564.054	314.635.701
Despesas correntes	335.835.062	286.020.233
Pessoal e encargos sociais	48.299.477	50.810.261
Juros e encargos da dívida	95.717.307	34.934.214
Outras despesas correntes	191.818.280	200.275.759
Transferência a estados, df e municípios	61.898.599	49.273.932
Benefícios previdenciários	95.812.500	101.073.409
Demais despesas correntes	34.107.181	49.928.418
Despesas de capital	37.728.991	28.615.467
Investimentos	125	1.141
Inversões financeiras	6.832.420	9.713.229
Amortização da dívida	30.699.811	17.761.576
Reserva de contingência	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	5.249.317	6.811.504
Despesas correntes	5.249.257	6.809.452
Pessoal e encargos sociais	3.507.621	3.490.217
Juros e encargos da dívida	1.059.515	
Outras despesas correntes		2.521.113
Demais despesas correntes	1.059.515	2.521.113
Despesas de capital	60	310
Investimentos	40	299
Inversões financeiras	20	23
Amortização da dívida		
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	378.813.371	512.360.540
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	136.029.865	190.913.335
Amortização da dívida interna	135.359.168	190.457.869
Dívida mobiliária	134.989.074	190.339.915
Outras dívidas	370	118
Amortização da dívida externa	671	455
Dívida mobiliária	-	-
Outras dívidas	671	455
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	514.843.236	512.360.540
Superávit (XIII)	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	514.843.236	512.360.540

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balança orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	7.158.745.522,12	7.021.321.495,35
Receitas correntes	7.073.306.161,00	6.877.404.939,86
Receita tributária	4.085.909.457,74	4.019.827.964,64
Impostos	3.883.140.654,87	3.823.678.630,69
Taxas	202.768.802,87	196.149.333,95
Contribuição de melhoria	-	-
Receita de contribuições	331.554.860,06	515.957.180,71
Contribuições sociais	331.554.860,06	515.957.180,71
Contribuição de intervenção no domínio econômico	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	-	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	-	-
Receita patrimonial	58.704.385,00	75.859.346,98
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	18.615.441,02	11.130.154,45
Valores mobiliários	29.925.830,51	54.478.841,04
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	-	-
Exploração de recursos naturais	550.760,50	462.264,79
Exploração do patrimônio intangível	-	-
Cessão de direitos	9.611.993,45	9.788.086,70
Demais receitas patrimoniais	359,52	-
Receita agropecuária	58.414,46	65.399,80
Receita industrial	64550	37939,3
Receita de serviços	15.061.063	31.325.442
Serviços administrativos e comerciais gerais	13.473.633	16.007.297
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	257.269	260.151
Serviços e atividades referentes à saúde	46.741	-
Serviços e atividades financeiras	643	13.788.581
Outros serviços	1.282.777,78	1.269.413,52
Transferências correntes	2.502.557.186,95	2.104.021.397,39
Transferências da união e de suas entidades	2.097.306.566,64	1.691.156.389,18
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-
Transferências de instituições privadas	1.220.076	1.057.582
Transferências de outras instituições públicas	403.967.562,14	411.807.426,14
Transferências do exterior	62.982	-
Transferências de pessoas físicas	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-
Outras receitas correntes	79.396.243,38	130.310.268,76
Multas administrativas, contratuais e judiciais	13.354.719,53	13.378.834,32
Indenizações, restituições e ressarcimentos	9.960.241	7.275.036
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-
Demais receitas correntes	56.081.282,37	109.656.398,79
Receitas de capital	85.439.361,12	143.916.555,49
Operações de crédito	77.430.887,82	93.038.429,38
Operações de crédito - mercado interno	5.157.040,09	48.366.917,79
Operações de crédito - mercado externo	72.273.847,73	44.671.511,59

Tabela 22

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita realizada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de bens	1.419.976,43	4.087.657,47
Alienação de bens móveis	6.980	2.768.320
Alienação de bens imóveis	1.412.996,43	1.319.337,47
Alienação de bens intangíveis	-	-
Amortização de empréstimos	1.218.245	35.093.466
Transferências de capital	5.370.251,58	11.697.002,67
Transferências da união e de suas entidades	5.370.251,58	11.697.002,67
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-
Transferências de instituições privadas	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-
Transferências do exterior	-	-
Transferências de pessoas físicas	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-
Outras receitas de capital	-	-
Integralização do capital social	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	-	-
Resgate de títulos do tesouro	-	-
Demais receitas de capital	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	450.722.310,70	483.681.230,13
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48
Operações de crédito internas	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-
Operações de crédito externas	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48
Déficit (VI)	-	-
Total (VII) = (V + VI)	7.609.467.832,82	7.505.002.725,48
Saldos de exercícios anteriores	-	-

Receita intraorçamentária	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	450.722.310,70	483.681.230,13
Receitas correntes	450.722.310,70	483.681.230,13
Receita de contribuições	387.848.428,31	409.887.827,32
Contribuições sociais	387.848.428,31	409.887.827,32
Receita de serviços	-	3.948.730,76
Serviços e atividades referentes à saúde	-	69.844.672,05
Outros serviços	-	-
Outras receitas correntes	-	-
Demais receitas correntes	-	-
Total	450.722.310,70	483.681.230,13

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2019.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 22

Balço orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Despesa executada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.170.983.290,02	9.195.444.451,70
Despesas correntes	3.804.804.642,74	8.639.928.282,95
Pessoal e encargos sociais	1.347.397.082,45	5.634.075.918,79
Juros e encargos da dívida	62.489.212,59	150.379.680,00
Outras despesas correntes	2.394.918.347,70	2.855.472.684,16
Transferências a municípios	1.067.916.973	960.230.811,76
Demais despesas correntes	1.327.001.374,62	1.895.241.872,40
Despesas de capital	366.178.647,28	555.516.168,75
Investimentos	204.282.272	351.508.531,40
Inversões financeiras	27.886.220	27.471.992,76
Amortização da dívida	134.010.155,41	176.535.644,59
Reserva de contingência		
Despesas (intraorçamentárias) (II)	170.993.010,43	742.058.087
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-
Amortização da dívida interna	-	-
Dívida mobiliária	-	-
Outras dívidas	-	-
Amortização da dívida externa	-	-
Dívida mobiliária	-	-
Outras dívidas	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13
Superávit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	4.341.976.300,45	9.937.502.539,13

Despesa intraorçamentária	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas correntes	170.993.010,43	742.058.087,43
Pessoal e encargos sociais	152.970.577,01	556.879.039,08
Outras despesas correntes	18.022.433,42	185.179.048,35
Despesas de capital	-	-
Investimentos	-	-
Total	170.993.010,43	742.058.087,43

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2019.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Unidade da federação	2019					2018				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado
Norte	R\$2.390.808,00	R\$2.317.589,00	R\$2.268.235,00	R\$1.972.099,00	R\$2.502.244,00	R\$2.502.244,00	2.346.523	2.193.044	2.369.650	9.411.461
Acre	R\$246.149,00	R\$120.161,00	R\$111.329,00	R\$0,00	R\$477.639,00	R\$114.042,00	R\$89.970,00	R\$107.933,00	R\$91.260,00	R\$403.205,00
Amazonas	R\$615.059,00	R\$780.614,00	R\$841.491,00	R\$715.199,00	R\$3.152.363,00	R\$710.025,00	R\$822.370,00	R\$732.562,00	R\$786.968,00	R\$3.051.925,00
Pará	R\$998.569,00	R\$1.010.970,00	R\$937.743,00	R\$890.934,00	R\$3.838.216,00	R\$966.883,00	R\$853.316,00	R\$736.841,00	R\$837.169,00	R\$3.394.209,00
Rorondônia	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	325.490(n)	236.650(n)	266.218(n)	288.842(n)	R\$0,00
Amapá	R\$79.064,00	R\$76.287,00	R\$66.556,00	R\$66.673,00	R\$288.580,00	R\$68.708,00	R\$61.905,00	R\$70.628,00	R\$62.498,00	R\$263.739,00
Roraima	R\$0,00	R\$83.962,00	R\$77.040,00	R\$76.717,00	R\$237.719,00	R\$76.496,00	R\$58.324,00	R\$60.340,00	R\$76.580,00	R\$271.740,00
Tocantins	R\$251.965,00	R\$245.594,00	R\$234.074,00	R\$222.574,00	R\$954.207,00	R\$240.596,00	R\$223.984,00	R\$218.517,00	R\$226.329,00	R\$909.426,00
Nordeste	R\$7.777.088,00	R\$7.477.581,00	R\$6.349.478,00	R\$4.865.020,00	R\$26.469.167,00	6.957.976(n)	R\$6.151.257,00	R\$5.581.464,00	R\$6.326.538,00	R\$18.059.259,00
Maranhão	R\$647.514,00	R\$647.181,00	R\$576.131,00	R\$556.244,00	R\$2.427.070,00	R\$555.797,00	R\$495.688,00	R\$488.462,00	R\$503.307,00	R\$2.043.254,00
Piauí	R\$475.889,00	R\$422.516,00	R\$322.688,00	R\$290.816,00	R\$1.511.909,00	R\$346.453,00	R\$311.404,00	R\$329.830,00	R\$334.285,00	R\$1.321.972,00
Ceará	R\$1.156.746,00	R\$1.116.110,00	R\$1.015.490,00	R\$974.355,00	R\$4.262.701,00	R\$1.077.504,00	R\$920.136,00	R\$852.081,00	R\$964.028,00	R\$3.813.749,00
Rio Grande do Norte	R\$512.158,00	R\$536.922,00	R\$465.359,00	R\$453.353,00	R\$1.967.792,00	R\$499.622,00	R\$468.191,00	R\$473.188,00	R\$442.584,00	R\$1.883.585,00
Paraíba	R\$581.302,00	R\$526.841,00	R\$476.894,00	R\$454.105,00	R\$2.039.142,00	462.949(n)	R\$448.039,00	R\$424.156,00	R\$431.877,00	R\$1.304.072,00
Pernambuco	R\$1.460.271,00	R\$1.520.407,00	R\$1.259.298,00	R\$0,00	R\$4.239.976,00	R\$1.424.738,00	R\$1.127.260,00	R\$1.118.467,00	R\$1.468.228,00	R\$5.138.693,00
Alagoas	R\$0,00	R\$386.695,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$386.695,00	R\$372.719,00	R\$340.456,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$713.175,00
Sergipe	R\$304.918,00	R\$317.843,00	R\$282.674,00	R\$266.538,00	R\$1.171.973,00	R\$302.038,00	R\$268.502,00	R\$263.825,00	R\$275.311,00	R\$1.109.676,00
Bahia	R\$2.638.286,00	R\$2.003.063,00	R\$1.950.941,00	R\$1.869.606,00	R\$8.461.896,00	R\$1.916.153,00	R\$1.771.578,00	R\$1.631.452,00	R\$1.906.914,00	R\$7.226.097,00
Sudeste	R\$20.108.253,00	R\$21.432.957,00	R\$19.739.921,00	R\$19.136.871,00	R\$80.418.002,00	R\$20.187.776,00	18.556.925(n)	R\$17.896.760,00	19.574.200(n)	R\$38.084.536,00
Minas Gerais	R\$4.093.093,00	R\$4.251.286,00	R\$4.031.861,00	R\$3.939.544,00	R\$16.315.784,00	R\$4.072.980,00	3.967.570(n)	R\$3.495.077,00	4.140.527(n)	R\$7.568.057,00
Espírito Santo	R\$901.998,00	R\$963.465,00	R\$965.665,00	R\$880.260,00	R\$3.711.388,00	R\$888.911,00	R\$775.656,00	R\$840.165,00	R\$825.407,00	R\$3.330.139,00
Rio de Janeiro	R\$2.867.019,00	R\$3.586.300,00	R\$3.192.884,00	R\$2.763.545,00	R\$12.409.748,00	R\$3.054.647,00	R\$2.899.400,00	R\$2.718.750,00	R\$2.784.291,00	R\$11.457.088,00
São Paulo	R\$12.246.142,00	R\$12.631.904,00	R\$11.549.508,00	R\$11.553.522,00	R\$47.981.076,00	R\$12.171.237,00	R\$10.914.297,00	R\$10.842.766,00	R\$11.823.974,00	R\$45.752.274,00
Sul	R\$8.544.502,00	R\$4.782.304,00	R\$4.793.900,00	R\$4.654.388,00	R\$22.775.094,00	R\$8.101.533,00	R\$6.412.160,00	R\$6.291.614,00	6.701.706(n)	R\$20.805.307,00
Paraná	R\$2.728.830,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$2.728.830,00	R\$3.124.844,00	R\$2.196.105,00	R\$2.176.861,00	R\$2.229.705,00	R\$9.727.515,00
Santa Catarina	R\$1.965.195,00	R\$2.052.405,00	R\$1.979.724,00	R\$1.850.494,00	R\$7.847.818,00	R\$1.867.945,00	R\$1.662.417,00	R\$1.634.399,00	1.725.083(n)	R\$5.164.761,00
Rio Grande do Sul	R\$3.850.477,00	R\$2.729.899,00	R\$2.814.176,00	R\$2.803.894,00	R\$12.198.446,00	R\$3.108.743,00	R\$2.553.638,00	R\$2.480.353,00	R\$2.746.918,00	R\$10.889.652,00
Centro-oeste	R\$3.063.891,00	R\$3.794.643,00	R\$3.776.290,00	R\$3.204.621,00	R\$13.839.445,00	R\$3.734.982,00	R\$2.560.356,00	R\$2.541.962,00	R\$2.822.780,00	R\$11.660.080,00
Mato Grosso	R\$0,00	R\$827.748,00	R\$1.011.560,00	R\$1.094.128,00	R\$2.933.436,00	R\$889.535,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$889.535,00
Mato Grosso do Sul	R\$832.444,00	R\$790.779,00	R\$794.304,00	R\$796.748,00	R\$3.214.275,00	R\$781.572,00	R\$686.713,00	R\$763.500,00	R\$847.923,00	R\$3.079.708,00
Goiás	R\$1.483.223,00	R\$1.475.531,00	R\$1.330.603,00	R\$1.313.744,00	R\$5.603.101,00	R\$1.323.794,00	R\$1.209.659,00	R\$1.155.059,00	R\$1.281.493,00	R\$4.969.995,00
Distrito Federal	R\$748.223,00	R\$700.584,00	R\$639.822,00	R\$0,00	R\$2.088.629,00	R\$740.090,00	R\$663.982,00	R\$623.401,00	R\$693.363,00	R\$2.720.836,00
Brasil	R\$41.884.545,00	R\$39.805.075,00	R\$36.927.827,00	R\$33.833.002,00	R\$152.450.449,00	R\$41.484.514,00	R\$36.027.223,00	R\$34.504.845,00	R\$37.794.876,00	R\$149.811.458,00

Fonte: Confaz – Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

(1) valor provisório.

Tabela 25
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019/Jan.-dez. 2018

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Janeiro	2.002.566.552	1.916.113.836	229.867.251	264.350.768	2.232.433.802	2.180.464.605
Fevereiro	1.950.940.865	1.771.439.443	294.668.398	264.350.768	2.245.609.262	2.035.790.211
Março	1.869.602.544	1.631.452.511	265.313.193	244.652.158	2.134.915.737	1.876.104.669
Abril	1.988.019.928	1.906.887.010	279.600.181	286.683.318	2.267.620.109	2.193.570.328
Mai		1.737.318.180		333.360.501		2.070.678.681
Junho		1.705.215.514		257.333.127		1.962.548.640
Julho		1.976.026.192		311.409.784		2.287.435.975
Agosto		1.977.440.524		307.623.602		2.285.064.126
Setembro		2.133.902.521		311.241.075		2.445.143.596
Outubro		2.040.966.116		286.098.318		2.327.064.434
Novembro		2.080.127.005		245.599.856		2.325.726.861
Dezembro		2.630.771.095		501.653.737		3.132.424.832
Total		23.507.659.947		3.614.357.011		27.122.016.958

Fonte: Sefaz - Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita liquidada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.178.954.866,18	974.267.441,51
Receitas correntes	1.163.177.262,87	906.597.852,61
Receita tributária	585.208.180,48	364.654.784,04
Impostos	508.818.644,90	333.787.632,12
Taxas	76.389.535,58	30.867.151,92
Contribuição de melhoria	-	-
Receita de contribuições	59.261.269,65	54.430.752,15
Contribuições sociais	24.265.021,96	24.581.238,28
Contribuições econômicas	-	-
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de	-	-
Formação profissional	-	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	34.996.247,69	29.849.513,87
Receita patrimonial	24.009.756,56	21.117.946,30
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	6.327.076,93	2.921.696,89
Valores mobiliários	17.682.679,63	18.196.245,41
Delegação de serviços públicos mediante concessão,	-	-
Permissão, autorização ou licença	-	-
Exploração de recursos naturais	-	-
Exploração do patrimônio intangível	-	-
Cessão de direitos	-	-
Demais receitas patrimoniais	-	4,00
Receita agropecuária	-	-
Receita industrial	23.075,71	159,95
Receita da indústria de construção	-	-
Receita de serviços	389.926,89	3.882.583,32
Serviços administrativos e comerciais gerais	30.841,06	1.091.150,81
Serviços e atividades referentes à navegação e ao	-	-
Transporte	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	-	-
Serviços e atividades financeiras	-	-
Outros serviços	359.085,83	2.791.432,51
Transferências correntes	468.903.904,36	443.203.932,42
Transferências da união e de suas entidades	283.079.134,09	247.038.650,80
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	117.644.147,71	131.394.414,76
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	750,00
Transferências de instituições privadas	-	-
Transferências de outras instituições públicas	820,00	64.766.719,34
Transferências do exterior	68.178.616,53	-
Transferências de pessoas físicas	1.186,03	3.397,52
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-
Outras receitas correntes	25.381.149,22	19.307.694,43
Multas administrativas, contratuais e judiciais	11.506.251,35	9.218.271,40
Indenizações, restituições e ressarcimentos	6.288.956,06	3.114.658,89
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	64.107,15	32.379,82
Demais receitas correntes	7.521.834,66	6.942.384,32
Receitas de capital	15.777.603,31	67.669.588,90
Operações de crédito	3.956.945,89	21.123.095,71

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Receita liquidada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Operações de crédito - mercado interno	3.956.945,89	4.948.993,68
Operações de crédito - mercado externo	-	16.174.102,03
Alienação de bens	10.917.760,75	34.176.292,09
Alienação de bens móveis	-	-
Alienação de bens imóveis	10.917.760,75	34.176.292,09
Alienação de bens intangíveis	-	-
Amortizações de empréstimos	-	-
Transferências de capital	902.896,67	12.370.201,10
Transferências da união e de suas entidades	902.896,67	12.370.201,10
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-
Transferências de instituições privadas	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-
Transferências do exterior	-	-
Transferências de pessoas físicas	-	-
Transferências provenientes de depósitos não identificados	-	-
Outras receitas de capital	-	-
Integralização do capital social	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	-	-
Resgate de títulos do tesouro	-	-
Demais receitas de capital	-	-
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	1.228.865.610,75	1.024.004.627,00
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.228.865.610,75	1.024.004.627,00
Déficit (VI)	-	-
Total (VII) = (V+ VI)	1.228.865.610,75	1.024.004.627,00

Receita intraorçamentária	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas correntes	49.910.744,57	49.737.185,49
Contribuições	49.869.727,36	49.692.963,51
Contribuições sociais	49.869.727,36	49.692.963,51
Receita patrimonial	41.017,21	44.221,98
Demais receitas patrimoniais	41.017,21	44.221,98
Receita de serviços	-	-
Outros serviços	-	-
Transferências correntes	-	-
Transferências dos municípios e de suas entidades	-	-
Total de receitas intra-orçamentárias	-	-
Total	49.910.744,57	49.737.185,49

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27

Balanco orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2019

Despesa liquidada	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	772.724.083,75	984.817.540,02
Despesas correntes	748.993.470,09	915.197.896,32
Pessoal e encargos sociais	406.910.706,43	414.287.337,51
Juros e encargos da dívida	2.532.675,51	6.140.953,83
Outras despesas correntes	339.550.088,15	494.769.604,98
Despesas de capital	23.730.613,66	69.619.643,70
Investimentos	6.453.117,62	47.563.807,87
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	17.277.496,04	22.055.835,83
Reserva de contingência	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	49.910.744,57	49.737.185,49
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	822634828,32	1034554725,51
Superávit (IV)		-
Total (V) = (III + IV)	822634828,32	1034554725,51

Despesa intraorçamentária	2019	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas correntes	49.632.669,38	49.456.427,74
Pessoal e encargos sociais	49.591.652,17	49.412.205,76
Juros e encargos da dívida	41.017,21	44.221,98
Outras despesas correntes	-	-
Despesas de capital	278.075,19	280.757,75
Investimentos	-	-
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	278.075,19	280.757,75
Total	49.910.744,57	49.737.185,49

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

[publicações.sei.ba.gov.br
/conjunturaeplanejamento](mailto:publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento)



INFORMAÇÕES

71 3115-4711 71 3115-4771
In english: 55 71 3115-4795
En español 55 71 3115-4795



COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto Correia
Rosângela Ferreira Conceição

w w w . s e i . b a . g o v . b r



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

